UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH

JEFFERSON GODOY ATHAYDES

O MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8): DA LUTA PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS À CONSTRUÇÃO DA FRENTE NACIONAL DEMOCRÁTICA E POPULAR (1972-1982)

Campinas
2023

JEFFERSON GODOY ATHAYDES

O MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8): DA LUTA PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS À CONSTRUÇÃO DA FRENTE NACIONAL DEMOCRÁTICA E POPULAR (1972-1982)

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Mestre em História, na Área de História Social.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO JEFFERSON GODOY ATHAYDES, E ORIENTADA PELO PROF. DR. CLAUDIO HENRIQUE DE MORAES BATALHA

Campinas

2023

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

At38m

Athaydes, Jefferson Godoy, 1994-
O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) : da luta pelas liberdades democráticas à construção da Frente Nacional Democrática e Popular (1972-1982) / Jefferson Godoy Athaydes. – Campinas, SP : [s.n.], 2023.

Orientador: Claudio Henrique de Moraes Batalha.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Movimento Revolucionário 8 de Outubro. 2. Democracia. 3. Liberdade. 4. Comunismo. I. Batalha, Claudio Henrique de Moraes, 1957-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: The 8th of October Revolutionary Movement (MR-8) : from the struggle for democractic liberties to the construction of the Popular Democratic National Front (1972-1982)
Palavras-chave em inglês:
Democracy
Liberty
Communism
Área de concentração: História Social
Titulação: Mestre em História
Banca examinadora:
Claudio Henrique de Moraes Batalha [Orientador]
Álvaro Gabriel Bianchi Mendez
Marcelo Ayres Camurça Lima
Data de defesa: 31-01-2023
Programa de Pós-Graduação: História

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)
- ORCID do autor: https://orcid.org/0000-0001-8256-9345
- Currículo Lattes do autor: http://lattes.cnpq.br/9971786606882609

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 31 de janeiro de 2023, considerou o candidato Jefferson Godoy Athaydes aprovado.

Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha
Prof. Dr. Álvaro Gabriel Bianchi Mendez
Prof. Dr. Marcelo Ayres Camurça Lima

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

AGRADECIMENTOS

Tentar citar a todos que auxiliaram na escrita deste trabalho é uma tarefa inglória e injusta, que por vezes nos faz correr o risco de esquecer ou omitir involuntariamente alguns nomes. Por isso, já de antemão agradeço a todos os que fizeram essa dissertação ser possível, seja na leitura, nos debates, nas sugestões, em questões mais técnicas ou simplesmente pelo companheirismo e amizade. Sem vocês, ela com certeza não sairia do forno.

Primeiramente gostaria de agradecer ao meu orientador Claudio Henrique de Moraes Batalha, pelos longos anos de paciência, atenção, sabedoria e prontidão. Sua leitura crítica, as conversas, os debates e discussões, os comentários críticos, construtivos e ácidos, fizeram esse trabalho ser possível e aumentaram ainda mais minha paixão pela História. Meus mais sinceros agradecimentos por todo o apoio esse tempo todo.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), número do processo 130080/2019-5, pela concessão de bolsa de pesquisa, que viabilizou a execução desta dissertação.

À Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pela estrutura de ensino e pesquisa e bolsas de permanência que permitiram que eu completasse minha formação com qualidade.

Aos professores Fernando Teixeira da Silva, pela leitura, comentários e sugestões em meu exame de qualificação, e a Álvaro Bianchi e Marcelo Camurça pela atenciosa leitura e crítica na banca de defesa. A este último, meus agradecimentos especiais pela disponibilização de documentos do MR-8 presentes em seu acervo.

Aos funcionários do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), do Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ) e do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) pela paciência e disposição de ajudar um jovem pesquisador todas as vezes que, desesperado, encontrava-se perdido sobre o acesso aos documentos ou às questões mais burocráticas. Meus mais sinceros agradecimentos.

Aos meus amigos Talison Picheli, Ivan Gonçalves, Franco Biondi, Caio Arrabal e Felipe Bastos, por todos os anos de debates, conversas, cervejas, viagens e bandejões que tanto alimentaram nossa amizade.

A Agnus Lauriano pela amizade, camaradagem e erudição com que tanto aprendi e que foi indispensável por formar quem sou hoje. Que continue sendo o intelectual que é, e alcance voos infinitas vezes mais distantes.

A Leandro Rodrigues que, além da indiscutível amizade, teve a paciência para ler, discutir e comentar diversos aspectos deste trabalho. Que seja sempre assim, um ser humano com esse coração enorme e sempre acompanhando e ajudando com todas as dificuldades da vida.

A minha irmã Tatiana e meus sobrinhos Renato e Larissa, que nos momentos mais difíceis estiveram presentes e apoiaram em todos os sentidos. A vocês, todo o meu amor.

A Kebab e Halib, minhas feras felinas, cujos ronrons, miados pela manhã, mordidinhas e pãezinhos amassados fazem tudo parecer tão mais leve e mais tranquilo.

A Sophia, cujo amor e companheirismo me dão alegrias e uma paixão infindáveis todos os dias. Seu apoio na reta final foi indispensável para a finalização desse texto, e cada dia que passa tenho mais certeza de tudo. Obrigado de todo o coração.

RESUMO

Esta pesquisa estudou o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), entre os anos de 1972 e 1982. A partir da análise principalmente de documentos internos e periódicos publicados pelo MR-8, assim como uma entrevista com um destacado ex-dirigente, examinamos a trajetória do grupo após o abandono da luta armada e sua cisão em 1972, a adoção da tática de luta pelas liberdades democráticas e pela organização da resistência dos trabalhadores, e como essas táticas pautaram sua atuação ao longo da década de 1970. Também analisamos os conflitos do MR-8 com outros grupamentos comunistas, principalmente o Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP) e a Política Operária (PO), com relação à participação eleitoral. Por fim, observamos como a organização analisava a ascensão do movimento operário a partir de finais dos anos 1970 e o crescente desempenho do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nas eleições. Esses eventos propiciaram uma nova guinada da organização a partir de 1978 que, em conjunto com crescentes insatisfações e conflitos, levaram a uma nova cisão em 1982. De uma das mais influentes organizações de esquerda nos mais diferentes movimentos políticos e sociais, o MR-8 se tornou, assim, um grupo cada vez mais restrito e limitado em sua atuação no interior do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Palavras-chave: Movimento Revolucionário 8 de Outubro; democracia; liberdade; comunismo

ABSTRACT

This research discussed the 8th of October Movement (MR-8) between the years 1972 to 1982. Through the analysis of internal documents, periodicals published by the MR-8, as well as an interview with a distinguished former party leader, we examined the trajectory of the group after ditching the armed struggle and its cession in 1972, the adoption of the tactic of struggle for democratic liberties and for the organization of the workers' resistance, and how these tactics lined its action through the 1970s. We also analyzed the MR-8 conflicts with other communist groups, mainly the Movement for the Emancipation of the Proletariat (MEP) and Worker's Politics (PO), due to the participation on the elections. Finally, we observed how the organization addressed the ascension of the labor movement by the end of the 1970s and the growing performance of the Brazilian Democratic Movement (MDB) at the elections. These events provided for a change of course of the organization after 1978 which, jointly with increasing discontents and conflicts, led to a new cession in 1982. From one of the most influential leftist organizations in different political and social movements, MR-8 became a group continuously restricted and limited in its action inside the Brazilian Democratic Movement Party (PMDB).

Keywords: democracy; liberty; communism

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI – Ato Institucional

ALN – Ação Libertadora Nacional

AP – Ação Popular

APML – Ação Popular Marxista Leninista

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

CENIMAR – Centro de Informações da Marinha

CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

CISA – Centro de Informações da Aeronáutica

CISA – Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica

CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria

DG – Direção Geral

DI – Dissidências do Partido Comunista Brasileiro

DI-GB – Dissidência da Guanabara

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações. Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FMI – Fundo Monetário Internacional

FND – Faculdade Nacional de Direito

FNFi – Faculdade Nacional de Filosofia

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEP – Movimento pela Emancipação do Proletariado

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

MR-8/CP – Movimento Revolucionário 8 de Outubro/Construção Partidária

MR-8/DG – Movimento Revolucionário 8 de Outubro/Direção-Geral

ORM-POLOP – Organização Revolucionária Marxista – Política Operária

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDS – Partido Democrático Social

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PO – Política Operária

POC – Partido Operário Comunista

PP – Partido Popular

PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileira

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

STF – Supremo Tribunal Federal

STM – Supremo Tribunal Militar

UNE - União Nacional dos Estudantes

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS **5**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS **9**

INTRODUÇÃO **12**

1. CAPÍTULO 1: A autocrítica da luta armada e a redefinição da tática **26**

1.1. Por uma autocrítica do militarismo: o *racha* de novembro de 1972 31

1.2. Uma nova tática política: as *Resoluções do Pleno de 1972* 40

2. CAPÍTULO 2: A revista *Brasil Socialista* e a consolidação da bandeira de luta pelas liberdades democráticas **49**

2.1. A organização da resistência dos trabalhadores 53

2.2. As eleições de 1974, a institucionalização e as liberdades democráticas 60

2.3. A cisão da "esquerda proletária": os conflitos com a Política Operária (PO) e o Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP) 66

3. CAPÍTULO 3: Vitórias eleitorais e greve geral: a percepção do acerto da tática de combate contra a ditadura **79**

3.1. "Socialismo e Liberdades Democráticas": a participação eleitoral e a crítica do MEP 84

3.2. A propaganda da participação eleitoral no jornal *Unidade Proletária* 95

3.3. O movimento sindical entre 1975 e 1978 105

4. CAPÍTULO 4: Transformar o MDB em um Partido Popular: apogeu e "racha" de 1982 **116**

4.1. A construção do Partido da Classe Operária 120

4.2. Hegemonizar o MDB ou um Partido dos Trabalhadores? 125

4.3. Descontentamento e racha de 1982 132

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS **141**

6. FONTES **146**

7. BIBLIOGRAFIA **146**

INTRODUÇÃO

Entre os grupos de esquerda atuantes durante o período da ditadura militar[1], podemos considerar que o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) ocupa um lugar de destaque. Para além de ter sido uma das principais organizações a pegar em armas contra o regime, o MR-8 talvez tenha sido um dos poucos coletivos a sobreviver, reinventar-se, e continuar a sua luta contra a ditadura após o massacre causado pela repressão aos grupamentos voltados à luta armada. O MR-8, dessa forma, passou por todas as fases do regime militar, e sua atuação se transformou em meio às novas conjunturas.

Tendo isso em mente, esta pesquisa buscou estudar a atuação do MR-8 não em seu período mais famoso, o da luta armada contra a ditadura, mas sim posteriormente, o momento da abertura "lenta, gradual e segura" no governo Geisel (1974-1979) e da "redemocratização" ocorrida no governo Figueiredo (1979-1985). Dessa forma, essa pesquisa se propôs a analisar o desenvolvimento dos posicionamentos da organização a partir de seu abandono da prática armada, em 1972, passando pela sua participação eleitoral e o que levou à sua cisão ocorrida em 1982. Para tanto, utilizamos principalmente a documentação produzida pelo grupo, como informes, artigos em periódicos entre outros documentos de circulação interna do MR-8. Além disso, fizemos uso de depoimentos orais com membros da organização, que se mostraram valiosos para compreender mais adequadamente a evolução dos posicionamentos. Por fim, utilizamos também alguma documentação produzida tanto pelos órgãos de repressão quanto pelos outros grupamentos de esquerda – assim como a imprensa – para observarmos uma visão que vá além dos limites do próprio MR-8.

Sendo assim, antes de nos aprofundarmos nas discussões que propomos neste trabalho, é necessário primeiro examinarmos brevemente a história da organização antes de analisarmos o MR-8 após 1972.

O MR-8 tem origens entre estudantes universitários militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) do estado da Guanabara nos anos 1960. Sua gênese, segundo

[1] Utilizaremos ao longo do trabalho o termo "ditadura militar" para designar o regime. Embora, em 1964, tenha se articulado um golpe civil-militar, envolvendo importantes representantes da sociedade civil como políticos e empresários, o regime implantado teria em seus cargos mais destacados um representante militar. Dessa forma, caracterizaremos o regime como "ditadura militar" sem ignorar o inegável caráter de classe burguês do regime. *Cf.* FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História.* V. 24, nº 47, São Paulo, 2004, p. 29-60 e FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento,* Florianópolis, v. 9, n. 20, jan./abr. 2017, p. 05 - 74.

Codarin, ocorreu ainda antes do golpe civil-militar de 1964 entre alguns estudantes da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) e da Faculdade Nacional de Direito (FND), que passaram a militar no PCB e divergiam das posições do partido, inspirados pelas críticas chinesas à União Soviética[2]. Após o golpe, de acordo com Reis e Camurça, em um primeiro momento houve a tentativa de articular um movimento para mudar o PCB por dentro, buscando a aprovação de uma linha revolucionária[3]. Contudo, sendo defensores do voto nulo e esboçando propostas de enfrentamento armado contra a ditadura, esses dissidentes se separaram do partido após a decisão, por parte da direção do PCB, de apoiar os candidatos do recém-criado Movimento Democrático Brasileiro (MDB) para as eleições de 1966[4]. Constituindo-se como organização independente em 1967, o grupo passou a ser conhecido como Dissidência Universitária da Guanabara (DI-GB), sendo muito influente no movimento estudantil e participando ativamente das manifestações de 1968.

O final de 1968 teria confirmado para o grupo que a luta armada não era apenas o caminho necessário para a Revolução, como também o caminho inevitável. Segundo Codarin, o movimento estudantil já mostrava sinais de refluxo, devido principalmente à desunião das vanguardas do movimento com a aproximação das eleições para a diretoria da União Nacional dos Estudantes (UNE)[5]. Além disso, para o autor, outro importante fator foi a intensificação desmedida da repressão, que passou a encarar a questão estudantil como questão de segurança nacional[6]. Assim, o contexto do refluxo do movimento de massas, aliado à escalada repressiva da ditadura após a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), funcionou como impulso para o início das ações armadas da DI-GB[7].

No início de 1969 a DI-GB passou a efetuar ações de expropriação de bancos[8] com o objetivo de levantar fundos para a manutenção dos militantes clandestinos e das entidades que a organização controlava[9]. A decisão pela luta armada foi confirmada com a nova linha

---

[2] CODARIN, Higor. *O MR-8 na luta armada: as armas da crítica e a crítica das armas*. São Paulo: Alameda, 2019, p. 63-64.
[3] AARÃO REIS, Daniel, CAMURÇA, Marcelo Ayres. O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8): da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB. *In:* AARÃO REIS, Daniel, FERREIRA, Jorge (orgs.). *Revolução e Democracia (1964-...)*. Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 133.
[4] *Idem*, p. 134.
[5] CODARIN, *op. cit.*, p. 95.
[6] *Idem*, p. 95-96.
[7] *Idem*, p. 96.
[8] Trataremos das ações contra bancos por parte do MR-8 por expropriações e não roubos. Conforme explicou Codarin, "(...) Ao contrário deste último, que implica uma ação conscientemente ilegal e criminosa, os militantes o faziam a partir da noção de legitimidade do ato, em prol do processo revolucionário em curso". *Idem*, Nota 1, p. 100.
[9] *Idem*, p. 99-100.

política da organização, em abril de 1969[10]. Nesse documento, a DI-GB passou a se diferenciar do PCB e caracterizou a sociedade brasileira como plenamente capitalista, não precisando passar por uma etapa de desenvolvimento capitaneado pela burguesia[11]. Com essa interpretação, a organização consideraria então que a sociedade brasileira estaria apta para a realização de uma revolução socialista. Deste modo, o grupamento começou a advogar a criação de focos guerrilheiros[12] para dar o exemplo às massas: elas sentiriam encorajadas a lutar contra a ditadura devido à ação de sua vanguarda armada.

Em setembro de 1969 o grupo realizou a ação que o tornou conhecido nacionalmente sob o nome de MR-8. Sentindo necessidade do auxílio de outra organização, seus militantes se aproximaram da Ação Libertadora Nacional (ALN) e planejaram o rapto do embaixador americano Charles Elbrick[13]. O objetivo dessa ação era a libertação de presos políticos e a divulgação nos meios de comunicação de um manifesto contra a ditadura militar. Em meio à crise decorrente do afastamento do marechal Costa e Silva, o regime se viu obrigado a aceitar os termos dos militantes. Após a decretação do Ato Institucional nº 13, que instituía a pena de banimento aos que atentavam contra a segurança nacional, os militares exilaram os quinze presos políticos exigidos[14]. Entretanto, apesar do sucesso no rapto do embaixador, a resposta da repressão foi imediata. Importantes dirigentes foram presos poucos dias após a ação, e o coletivo se viu obrigado a partir para a clandestinidade, uma vez que agora ele havia se tornado um dos mais visados pelos órgãos de segurança da ditadura. Dessa forma, o ano de 1970 foi para o MR-8, segundo argumenta Codarin, o seu "ponto de não retorno", o momento em que, apesar das evidências, não haveria possibilidade de recuo da luta armada,

---

[10] *Linha política de abril de 1969*. Abril de 1969, Fundo Gilberto Mathias, Pasta 11, Arquivo Edgard Leuenroth.

[11] A partir de 1958 o PCB considerava que o Brasil precisaria de uma revolução nacional democrática de cunho anti-imperialista e antifeudal, com aliança com os setores considerados progressistas da chamada burguesia nacional. Essa revolução acabaria com a dominação imperialista e mudaria o caráter da economia brasileira, que deixaria de ser agrário-exportadora, e consolidaria a economia capitalista no país. Com isso, se estaria preparando o terreno para a realização da revolução socialista. *Cf.* Declaração sobre política do Partido Comunista Brasileiro. *In:* PESSOA, Reynaldo X. Carneiro (org.). *PCB: Vinte anos de política 1958-1979 (Documentos)*. São Paulo: LECH, 1980, p. 3-27 e AARÃO REIS, Daniel. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. *In:* AARÃO REIS, Daniel, RIDENTI, Marcelo (orgs.). *História do marxismo no Brasil.* Vol. V. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 73-108.

[12] A teoria do foco, ou *foquismo*, inspirada no sucesso da Revolução Cubana, considerava que um pequeno grupo de guerrilheiros isolados da sociedade conseguiria, a partir de sua ação, inflamar as massas e fazer com que elas se unissem ao movimento revolucionário. Para uma breve compreensão de como a teoria do foco influenciou os grupos de esquerda brasileiros, *cf:* RIDENTI, Marcelo. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. *In:* AARÃO REIS, FERREIRA. *Revolução e democracia (1964...), op. cit.*, 2007, p. 21-51.

[13] CODARIN, *op. cit.*, p. 167.

[14] *Idem*, p. 171-175.

principalmente pelo "imperativo moral da ofensiva e o compromisso ético com os companheiros e com o projeto revolucionário[15]".

A condição de clandestinidade a qual esses grupos foram obrigados a atuar também causou grandes impactos, principalmente quanto à renovação de seus quadros de militantes, que cada vez mais estavam sendo vítimas da repressão. Segundo Ridenti, o isolamento causado pela clandestinidade levou a uma nova necessidade da luta armada, uma vez que

> [...] ao perderem, de vez, a sintonia com o devir da sociedade brasileira, ao deixarem de encontrar inserção nos movimentos sociais, desenraizando-se, tornaram-se marginais à dinâmica da realidade social e política; então, as organizações passaram a viver uma lógica de sobrevivência (contra os ataques da polícia) e de autodestruição (pelos constantes questionamentos e cisões, gerados na incompatibilidade crescente entre a lógica interna de sobrevivência política do grupo armado e o movimento da sociedade mais abrangente)[16].

Portanto, essa lógica teria contribuído para o próprio fracionamento das organizações, já que, em um momento de aguda repressão, a utilização das práticas armadas teria servido à própria sobrevivência das organizações, embora ainda sob a justificativa da realização da luta revolucionária[17].

Embora a luta armada se mostrasse cada vez mais inviável, em 1971 o MR-8 ainda tentaria uma última vez a implantação da sua guerrilha rural, principalmente após a entrada de Carlos Lamarca na organização[18]. Planejando iniciar os trabalhos de preparação de um foco guerrilheiro, em setembro de 1971 o MR-8 enviou alguns militantes, incluindo Carlos Lamarca e Iara Iavelberg, para a Bahia. Contudo, perseguidos pela repressão, logo os órgãos de segurança assassinaram Iara Iavelberg em Salvador, enquanto Carlos Lamarca seria morto alguns dias depois no sertão baiano. Sua morte selaria o fim da continuidade da luta armada, e levaria às discussões que pautariam uma nova fase da organização a partir de 1972.

A historiografia que tradicionalmente se ocupa de discutir as esquerdas revolucionárias na ditadura militar tem como principal objeto os grupos que participaram da luta armada no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Podemos ter como exemplo dessa historiografia o trabalho de Jacob Gorender, *Combate nas trevas*[19], o de Daniel Aarão Reis Filho, *A Revolução faltou ao encontro*[20], e o de Marcelo Ridenti, *O fantasma da revolução*

---

[15] *Idem*, p. 257.7
[16] RIDENTI, Marcelo Siqueira. *O fantasma da revolução brasileira*. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p. 255.
[17] *Idem*, p. 257.
[18] CODARIN, *op. cit.*, p. 269-270.
[19] GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.
[20] AARÃO REIS FILHO, Daniel. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense: CNPq, 1990.

brasileira[21]. Esses trabalhos, produzidos no período logo após o final da ditadura militar, tiveram como objetivo compreender os motivos que levaram à falha do projeto revolucionário daquelas organizações.

Jacob Gorender reconstrói em seu trabalho a trajetória de diversas organizações que se enveredaram pela luta armada, como o MR-8, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), entre outras. Ele conclui em seu trabalho que a luta armada deveria ter sido deflagrada logo após o golpe em 1964, como uma reação a ele e não após a instalação de um Estado militarizado, como ocorreu. Por outro lado, na tese de Aarão Reis o autor mostra como os grupos armados se organizavam e como funcionavam as suas lógicas internas, concluindo que se preparavam para o momento de uma revolução que nunca apareceu, ou seja, havia uma discordância entre o projeto das organizações revolucionárias e os anseios do restante da sociedade. Já Ridenti apresenta que, além da ação da repressão, a clandestinidade imposta a esses grupos foi minando suas possibilidades de ampliação de suas bases de sustentação, enquanto estava em jogo um projeto revolucionário que previa uma vanguarda representante dos trabalhadores. Assim, esses trabalhos analisam a vida e a morte do projeto de revolução armada que influenciou toda uma geração de jovens e cujas marcas continuariam sendo sentidas no âmbito das esquerdas.

Contudo, eles pouco nos dizem sobre a situação a qual as esquerdas se encontravam durante o governo Geisel a partir de 1974. Nessa nova conjuntura a luta armada já não era uma necessidade imediata – tendo como principal exceção os militantes do Partido Comunista do Brasil, PCdoB, participantes da Guerrilha do Araguaia –, sendo que muitas das antigas organizações adeptas dessa tática haviam sido exiladas ou se desestruturado. Um dos caminhos que os grupos remanescentes encontraram para continuar lutando pela construção do socialismo foi a diversificação de sua atuação, seja participando mais ativamente – e ao mesmo tempo clandestinamente – do jogo político "legal", um caminho possibilitado tanto pelas mudanças políticas trazidas pelo governo do general Ernesto Geisel, seja a atuação sindical e em outras organizações de base social, que se tornaram possíveis pela crescente reanimação dos movimentos de massa ao longo da década de 1970.

De acordo com Maria Paula Nascimento Araújo[22], a ditadura militar brasileira mascarava o seu autoritarismo com dispositivos autoritários, procurando, muitas vezes,

[21] RIDENTI, *O fantasma da revolução brasileira*, *op. cit.*, 2010.
[22] ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A ditadura militar em tempo de transição (1974-1985). *In:* MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006, 153-164.

"legalizar" seus atos de exceção. Da mesma maneira, Francisco Carlos Teixeira da Silva[23] argumenta que os generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva visavam um projeto de abertura política "lenta, gradual e segura". Isso se tratava de um retorno aos quartéis enquanto os militares tinham condições de fazê-lo. Contudo, o autor afirma que o projeto de abertura representava um retorno ao Estado de Direito, ou seja, a "reconstitucionalização" do regime, mas não exatamente a "redemocratização" do país[24]. Os militares estariam buscando, dessa forma, institucionalizar o regime militar, abrindo novos canais para a atuação das elites ao mesmo tempo em que mantinham algumas "salvaguardas do regime" para evitar um novo recurso à quebra da institucionalidade[25].

Nadine Habert argumenta que o fim do "milagre" e a crise econômica teriam aprofundado as contradições sociais e políticas, o que fez com que houvesse uma necessidade de iniciativas políticas por parte da burguesia e dos militares para garantir a continuidade do regime. Embora as escolhas de Geisel não representassem nenhuma mudança substancial do regime, elas evidenciaram uma reacomodação de posições dentro da cúpula do poder. Dessa maneira, o projeto de "distensão" de Geisel, para Habert, combinava a manutenção dos principais mecanismos de repressão e controle com a progressiva institucionalização do regime. Nesse sentido, a burguesia teria avançado no sentido de aumentar sua influência mais direta nas decisões, procurando canais mais efetivos de participação na gestão do Estado e da economia. Ela teria tomado iniciativas mais diretas no sentido de "regenerar" o sistema político, pela via institucional e sem riscos de rupturas, procurando delimitar, assim, o estreito caminho por onde deveria passar qualquer oposição à ditadura[26].

Esse projeto, entretanto, não foi colocado em prática sem disputas, seja no campo interno do governo seja na sociedade. A historiadora Maud Chirio[27] nos mostra que setores militares, principalmente aqueles ligados aos órgãos de segurança e informação, eram os que mais se opunham ao projeto de Geisel. Esses grupos defendiam a manutenção do aparelho

---

[23] SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. *In:* DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). *O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 243-282.

[24] É importante ressaltar que esse não foi um movimento novo da ditadura. O governo Castelo Branco já havia tentado institucionalizar o regime com a edição da Constituição de 1967. Entretanto, ele sofreu resistências por parte de outros setores militares, que inviabilizaram o projeto e continuaram governando por meio dos Atos Institucionais. O principal diferencial, no governo Geisel, é o maior grau de controle por parte do presidente nos rumos dessa institucionalização, reprimindo e limitando o grau de influência da oposição militar.

[25] SILVA, *op. cit.*, p. 262-263.

[26] HABERT, Nadine. *A década de 1970: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. 2ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1994, 43-45.

[27] CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira.* Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

repressivo e da estrutura ditatorial, uma vez que, para eles, a guerra contra o comunismo e a subversão, que havia justificado a sua criação, não só não havia terminado, como seria eterna[28]. Por outro lado, segundo Maria Paula Nascimento Araújo, as esquerdas e a oposição interpretavam o projeto de distensão como uma tentativa de "transição por cima", excluindo a oposição e as classes populares. A tentativa de intervenção das esquerdas nesse processo resultou na produção de uma tática política que inviabilizasse o projeto de institucionalização da ditadura, alargando a abertura e introduzindo o povo e os grupos e partidos de esquerda como atores. Essa tática proposta foi, para a autora, a de uma ampla frente de lutas pelas liberdades democráticas[29].

De acordo com Mario Grabois, os grupos que compunham a chamada "esquerda revolucionária[30]" viam como necessidade impedir o projeto de institucionalização, uma vez que o proletariado e o povo não teriam as condições necessárias para o enfrentamento direto ao regime militar. A institucionalização era vista como um processo pretendido pelo governo Geisel para estabilizar uma forma de dominação que reservava um papel preponderante aos altos mandos militares, ao mesmo tempo em que abria alguns canais para a intervenção no jogo político das frações da burguesia. Ela não criaria um regime de democracia liberal clássica, com livre participação e expressão políticas, mas sim um regime de democracia relativa, restringindo as parcelas da sociedade que poderiam ter acesso aos instrumentos de poder. Assim, o enfrentamento que a esquerda revolucionária fez ao projeto de institucionalização significou, para Grabois, uma direção concreta que colocava na ordem do dia a luta pelas liberdades democráticas e pelo fim da ditadura[31].

Embora Araújo trate geralmente das "esquerdas", é importante pontuar que nem todos os grupamentos e partidos de esquerda prontamente adotaram a luta pelas liberdades democráticas como bandeira. Organizações como a Política Operária defendiam, no período, a concentração do trabalho político na classe operária e a formação de um Partido Comunista alternativo, para que fosse possível pensar em uma efetiva revolução dos trabalhadores[32], sem

---

[28] *Idem*, p. 195.
[29] ARAÚJO, A ditadura militar em tempo de transição (1974-1985), *op. cit.*, p.154.
[30] Não há uma definição precisa para quem compunha a "esquerda revolucionária". De modo geral, os grupos que faziam parte desse campo eram aqueles que se identificavam com o marxismo-leninismo de tradição soviética, ou o maoísmo, como era o caso do PCdoB. Dessa forma, grande parte dos debates realizados no período se davam entre os grupos defensores dessa perspectiva, excluindo, assim, os grupos trotskistas. Estes, embora também tivessem crescido em influência e importância ao longo da década de 1970, só vão aparecer no debate mais amplo nesta dissertação ao final da década de 1970, quando entram em conflito com o MR-8.
[31] GRABOIS, Mario Almada. *A luta desarmada: a esquerda revolucionária e o debate da questão democrática nos anos 1970*. Dissertação de mestrado em ciência política UFRJ, Rio de Janeiro, 2007, p. 60-65.
[32] AARÃO REIS, Daniel. Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – Polop (1964-1986). *In:* FERREIRA, REIS. *Revolução e democracia (1964...), op. cit.*, p. 64.

se aventurar pela ordem democrática burguesa. Apesar disso, há concordância com a autora quando tratamos de grupos como o MR-8 e a APML, que compunham a revista *Brasil Socialista*[33] e, de fato, foram os primeiros agrupamentos vindos da luta armada a adotarem a luta pelas liberdades democráticas como modo de atuação.

São poucas as monografias que buscaram estudar especificamente o MR-8 no período abordado por este trabalho. Dois autores se destacam nesse sentido: Marcelo Camurça, com sua tese de doutorado em antropologia defendida em 1994 *Os "melhores filhos do povo"* [34], e Eladir Fátima Nascimento dos Santos com sua tese *Disputas de memórias*[35], de 2014. Além do passado comum de ex-militantes do MR-8, ambos os pesquisadores utilizaram largamente de fontes orais para tentar compreender como a organização funcionava e se estruturava, assim como para captar os discursos divergentes a respeito das memórias do grupo.

Tendo como foco o MR-8 a partir do final dos anos 1970, cuja organização em torno do jornal *Hora do Povo* era mais aparente, o objetivo principal de Camurça é analisar os rituais que regiam o grupo, como se davam as relações entre os militantes, assim como esses rituais moldavam a imagem do MR-8. Para Camurça, assim como outros coletivos comunistas, o MR-8 transmitia a imagem de uma "máquina bem azeitada", em que os militantes e os quadros eram as peças desse complexo. Segundo o autor, a imagética militar também era utilizada como forma de estruturação, inspirada pelos ideais leninistas, por meio de seus jargões da "tática" e da "estratégia", e do ato de participar da política como "militar" [36]. Contudo, se eles por um lado davam ao grupamento uma feição niveladora, impedindo um sistema de privilégios dos dirigentes, de outro implicava em uma estratégia de "tensão máxima", como discutido por Aarão Reis[37]. Ou seja, aos militantes era exigido o cumprimento de regras e tarefas para que a "máquina" tivesse o melhor funcionamento possível.

Ainda de acordo com Camurça, a ação dos indivíduos dentro da organização seria definida a partir das determinações da tática e da estratégia partidária e de seus estatutos, as quais eram transformadas nas "tarefas" que eram programadas, distribuídas e cobradas pelos organismos superiores aos inferiores. Seria, portanto, dentro dessa lógica da eficiência que se

---

[33] *Brasil Socialista*. Ano I-III, nº 1-10, Janeiro 1975-Setembro 1977.
[34] CAMURÇA, Marcelo Ayres. *Os "Melhores Filhos do Povo": Um estudo do ritual e do simbólico no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8)*. Curitiba: Appris, 2015.
[35] SANTOS, Eladir Fátima Nascimento dos. *Disputas de memórias: memória e identidade do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (1975-1985)*. Tese de doutorado em Memória Social UNIRIO, Rio de Janeiro, 2014.
[36] CAMURÇA, *Os "Melhores Filhos do Po*vo", *op. cit.*, p. 77.
[37] Para Daniel Aarão Reis Filho, as organizações comunistas impunham uma série de obrigações e deveres dos militantes em que, nos acertos, eles não estariam fazendo nada além de seu trabalho e, nos erros, ele deveria se autocriticar e se esforçar para não os repetir no futuro, o que autor diz tratar-se de uma estratégia de "tensão máxima". *Cf.* AARÃO REIS FILHO, *A revolução faltou ao encontro*, *op. cit.*.

davam as expectativas e concorrências na busca de um reconhecimento e de um "sucesso profissional" no "serviço do partido" [38].

Sendo assim, o autor também discute o papel da hierarquia e da profissionalização de seus quadros para o MR-8. Para Camurça, o momento da "luta ideológica" seria aquele em que se explicitaria a adequação do militante às exigências das tarefas cobradas pelo partido. Esse momento buscaria aprimorá-los, depurando as suas falhas pequeno-burguesas. Com isso, ele constituiria em um importante instrumento para a uniformização dos militantes. Haveria uma necessidade de avançar o nível ideológico do partido, em que, por meio do mecanismo da "crítica e autocrítica", seria imposto um conjunto de práticas em que o militante se expunha a uma "publicização" de suas questões pessoais, para serem checadas, confrontadas e amoldadas à regra padronizada[39].

Entretanto, como relata o autor, toda essa sorte de pressões, que geraram tanto promoções quanto rebaixamentos, também deu origem a dramas humanos que eram desconsiderados pelas regras, pois todas essas medidas eram tomadas no sentido de "fortalecer" o companheiro, para "seu próprio bem" e o da organização. O comportamento esperado do punido era que sempre reagisse positivamente às críticas e punições, devendo após isso voltar às atividades partidárias dentro de uma faixa de normalidade. Sendo assim, o trabalho de Camurça, além de trazer uma importante contribuição a respeito da organização e estruturação interna do MR-8, ele ajuda-nos principalmente a compreender como o próprio ato de militar influenciava nos modos de agir de seus membros[40].

Por outro lado, a tese de Eladir Nascimento dos Santos busca recuperar os posicionamentos divergentes do MR-8 decorrentes das disputas que envolveram o seu Terceiro Congresso em 1982. Segundo a autora, a década de 1975 a 1985 constituiu-se num quadro de disputas políticas acirradas entre as esquerdas. Nesse contexto, de acordo com as entrevistas que ela realizou, o MR-8 tinha um jeito peculiar de fazer política: a sua participação nos movimentos sociais seria caracterizada por um pragmatismo que, aos olhos principalmente de sua oposição (outros grupos de esquerda), era responsável por subverter os interesses imediatos das classes trabalhadoras[41].

A autora enxerga os três congressos do MR-8 como momentos importantes nessas "disputas de memória". O primeiro congresso, de 1976, buscou reafirmar os compromissos da

---

[38] CAMURÇA, *Os "Melhores Filhos do Po*vo", *op. cit.*, p. 81.
[39] *Idem*, p. 82-83.
[40] *Idem*, p. 84.
[41] SANTOS, *Disputas de memórias*, *op. cit.*, p. 16-18.

organização com a luta pelas liberdades democráticas, valorizando a "democracia associativa[42]" como acúmulo de forças para a instalação de um Estado socialista. O segundo congresso, de 1979, buscava aumentar o leque de alianças do grupo com os setores liberais do MDB considerados mais "combativos". Já o terceiro congresso, de 1982, foi o responsável por debater o que, segundo o grupamento, estava em jogo no país: a luta para que o movimento democrático assumisse a questão nacional como tema central e decisivo. O objetivo, com isso, seria transformar o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)[43] em uma amplíssima frente nacional e democrática, composta dos mais diversos setores sociais, contra a ditadura militar[44].

Contudo, como a autora afirma, na memória de alguns dos entrevistados as disputas no interior do PMDB eram uma luta desigual e a derrota já se apresentava como iminente. O PMDB, sendo dominado por setores alheios aos interesses populares, e por ser controlado por uma burguesia poderosa e corrupta, jamais poderia transformar-se em uma frente nacional e democrática. Essas disputas, com isso, tiveram por consequência um desgaste da militância, e mesmo com as dissidências surgidas após o III Congresso o comitê central insistia na continuidade da luta interna no partido, o que, para a autora, superdimensionava o seu peso e poder político na condução da frente proposta. Assim, para alguns entrevistados, a partir desse congresso o MR-8 teria deixado de ser um partido revolucionário[45].

Dessa forma, a pesquisa de Eladir Nascimento dos Santos nos ajuda a compreender como a história da organização é interpretada e reinterpretada pelos diferentes militantes que construíram o MR-8, e como eles veem as mudanças que o grupo passou ao longo dos anos. Ao mesmo tempo, o trabalho de Camurça contribui no entendimento das dinâmicas internas da organização e no comportamento de seus militantes. Eles auxiliam ao trazer uma visão sobre a história do MR-8 que vai além de uma simples reedição de linhas políticas da organização, em uma narrativa que tenta mostrar apenas os méritos e as conquistas das lideranças que as escreviam. Assim, essas pesquisas atuam no sentido de mostrar principalmente como se dava a

[42] Difícil precisar uma definição de "democracia associativa" como utilizada pela autora, uma vez que o termo não aparece na documentação produzida pela organização. Compreendemos que o termo possui um sentido de "horizontalidade", uma democracia que serviria para dar voz direta para os anseios da classe trabalhadora que esse novo MR-8 iria representar.

[43] O Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB, foi o sucessor do MDB fundado após a nova lei nº 6767 de 20 de dezembro de 1979, que regia a fundação dos partidos políticos, acabando com a imposição do bipartidarismo no país.

[44] SANTOS, *Disputas de memórias*, *op. cit.*, p. 18-19.

[45] *Idem*, p. 78-80.

vida na militância em uma organização comunista, os anseios de seus quadros e como eles absorviam a própria experiência de lutar por um ideal revolucionário.

Esta dissertação, portanto, tenta preencher o espaço deixado por esses trabalhos ao tentar compreender as motivações dos direcionamentos políticos do MR-8. Disputas internas, interpretações sobre os processos políticos mais gerais, conflitos com outros grupos da esquerda, ou até mesmo puro pragmatismo, o MR-8 realizou suas escolhas sendo influenciado ou tentando se posicionar em uma conjuntura cada vez mais combativa politicamente e mais competitiva no campo das esquerdas. Por isso, entender o contexto e as motivações das direções e posicionamentos políticos contribui para o entendimento mais geral da organização.

É possível que se argumente que este trabalho não se atenta aos anseios e interpretações por parte da militância mais geral, fora dos círculos dirigentes, ou até mesmo que ela só se preocupe com o que a documentação oficial tem a dizer, sem olhar para a realidade objetiva da prática da organização. Contudo, consideramos que o próprio ato de militar está diretamente ligado a aceitar ou não as diretrizes da organização. Principalmente em uma organização comunista regida pelo princípio do centralismo democrático de inspiração leninista, as teses e linhas políticas são discutidas entre a militância – embora nós possamos questionar o quão democrático e acessível é a participação nessa discussão – para daí saírem os pontos em comum que regem a prática política dos quadros. Isso ficará mais claro quando analisarmos os eventos de 1982, em que as discussões a respeito da elaboração de uma nova orientação em seu Terceiro Congresso levam a uma grande cisão na organização. Sendo assim, julgamos que a análise da documentação dita "oficial" da organização é essencial nesse esforço de entendimento da sua história.

No estudo de organizações e partidos políticos temos que ter em mente que nem sempre sua prática condiz com aquilo que foi determinado em suas linhas políticas, congressos e orientações. Isso também é verdade no caso do MR-8. A realidade política que motivou a saída da luta armada e a definição da nova tática de combate à ditadura é muito diversa daquela de meados dos anos 1970, com a intensa participação do grupo no renascente movimento popular. Assim, é nosso papel ter em mente as mudanças conjunturais e, principalmente, não considerar que toda a ação de uma organização será pautada por suas diretrizes. Elas, ao contrário, são mais uma expressão da sua atuação política de quando foram escritas, ajudando a compreender como aquele grupo se encaixava em determinada realidade. Com isso, temos concordância com Serge Berstein, ao considerar que

> Na verdade, entre um programa político e as circunstâncias que o originaram, há sempre uma distância considerável, porque passamos então do domínio do concreto para o do discurso, que comporta uma expressão das ideias e uma linguagem

> codificadas. (...) Por isso a mediação política assume o aspecto de uma tradução e, como esta, exibe maior ou menor fidelidade ao modelo que pretende exprimir. É precisamente uma das tarefas do historiador que trabalha com as forças políticas tentar perceber essa distância, fundamental para a compreensão dos fenômenos históricos, entre a realidade e o discurso[46].

Por fim, não podemos deixar de ressaltar o impacto que a pandemia de Covid-19 teve neste trabalho. A suspensão da atividade dos arquivos e as dificuldades de se encontrar e comunicar com aqueles que fizeram parte da história da organização impediram que essa pesquisa atingisse seu pleno objetivo. Por exemplo, será notável na leitura a ausência da consulta dos números do jornal *Hora do Povo*, que se tornou o principal periódico do MR-8 a partir do final da década de 1970. Longe de nos ser ignorada, a existência de seu acervo é conhecida, sendo que a maioria de seus números podem ser consultados no Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp[47]. Assim, a maior debilidade causada pela pandemia é em relação às entrevistas com militantes e dirigentes, que saíram ou que continuam no MR-8. Foi possível realizar apenas uma entrevista, com um importante ex-dirigente que, embora tenha trazido um valioso ponto de vista sobre a trajetória da organização até sua saída na cisão de 1982, não nos permitiu fazer um trabalho comparativo entre os diferentes pontos de vista envolvidos naquele momento. Com isso, reconhecemos as deficiências desta pesquisa e, ao mesmo tempo, esperamos que futuros trabalhos possam suprir essas lacunas e avançar nos estudos dos diferentes grupos da esquerda comunista brasileira.

***

Partindo de uma multiplicidade de fontes da própria organização, apresentamos aqui os caminhos tomados pelo MR-8 nessa sua segunda fase e como o grupo ia decidindo os seus rumos no cenário mais amplo da abertura política. Deste modo, este trabalho busca contribuir para a compreensão das mudanças das orientações do MR-8, tentando compreender as visões do grupo a respeito da conjuntura política e como ela contribuiu para as suas mudanças ao longo da década de 1970 e início dos anos 1980. Partimos de algumas perguntas iniciais a respeito da história da organização. Por exemplo, questionamo-nos como se deu o abandono da luta armada em 1972, e como se decidiu pela luta pelas liberdades democráticas; quais os motivos para a decisão pela participação nas eleições; qual o papel que o MDB vai assumindo

---

[46] BERSTEIN, Serge. Os Partidos. *In:* RÉMOND, Réné (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 61.

[47] O acervo, consistindo em grande parte dos números publicados entre 1979 e 1992, pode ser consultado no Arquivo Edgard Leuenroth sob o código de referência J/0418.

para o MR-8 ao longo da década de 1970; como a organização vai interpretando o cenário político; e, principalmente, como a própria perspectiva de uma revolução socialista vai se transformando para o grupo. Para responder esses questionamentos faremos uso de documentos escritos tanto pela organização quanto por outros grupos de esquerda, como informes, análises políticas, entre outros textos, assim como a entrevista oral com Franklin Martins, ex-dirigente do MR-8, e os periódicos utilizados pelo grupamento para a divulgação de seus posicionamentos políticos.

Este trabalho está, assim, dividido em quatro capítulos. O primeiro tratará do momento da cisão do MR-8 em 1972 e a adoção de seus novos posicionamentos políticos. Analisaremos o primeiro *Boletim Central*[48], que foi o documento que trouxe pela primeira vez as motivações levantadas para abandonar a luta armada. A partir disso, veremos uma série de três documentos que relatam os acontecimentos de novembro de 1972 que resultaram na cisão da organização. Com isso, será possível analisarmos as *Resoluções do Pleno de 1972*[49], que marcaram a saída da luta armada e abriram o caminho para a participação nos movimentos pela democracia.

No segundo capítulo, que aborda os anos entre 1973 e 1975, discutiremos quais os objetivos do MR-8 com a luta pelas liberdades democráticas, o que o grupo almejava alcançar com essa nova tática e as suas justificativas. Primeiramente, veremos como o MR-8 apresenta sua política a respeito do trabalho de massas, buscando organizar a resistência dos trabalhadores ao capitalismo e à ditadura militar. Também analisaremos a interpretação da organização a respeito da democracia burguesa, os perigos de participar das eleições sem uma tática que tivesse por objetivo a formação da consciência dos trabalhadores. Principalmente, veremos sua análise das eleições de 1974, que se tornou um importante marco tanto na política nacional quanto para a confirmação, para o MR-8, de que sua estratégia política estava no caminho correto. Assim, trataremos sobre a fundação de sua revista *Brasil Socialista*, que foi a principal fonte utilizada no capítulo, e o seu importante papel de divulgação de sua nova posição. Por fim, analisaremos os conflitos entre o MR-8 e a Política Operária (PO), que marcam uma divisão na revista *Brasil Socialista* quanto aos rumos da luta pelas liberdades democráticas. Veremos principalmente o texto *Contra o doutrinarismo e o economicismo*[50], de Daniel Terra, em que o autor critica os posicionamentos da PO e justifica as posições do próprio MR-8.

---

[48] *Boletim Central*. nº 1, s.d., Fundo Gilberto Mathias, Arquivo Edgard Leuenroth.
[49] MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO. *Resoluções políticas do Pleno*. Dezembro de 1972. Coleção particular Daniel Aarão Reis Filho, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.
[50] TERRA, Daniel. Contra o doutrinarismo e o economicismo. Por uma tática proletária de combate à ditadura. *Brasil Socialista*. Ano I, nº 4, outubro de 1975, p. 4-39.

No terceiro capítulo trataremos da tentativa de consolidação teórica da tática de luta pelas liberdades democráticas. Para tanto, discutiremos o papel do texto *Socialismo e liberdades democráticas*, escrito por Daniel Terra, que se tornou um dos documentos mais importantes do MR-8 no período e que melhor define esse conceito. Importante nesse debate é a continuação das críticas a outros grupamentos de esquerda, em especial a Política Operária e o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP). Analisaremos também a propaganda pela participação eleitoral levada a cabo por meio do periódico *Unidade Proletária*. Vamos também observar a análise do MR-8 sobre as eleições legislativas municipais de 1976, em que o grupo elegeu um vereador na cidade do Rio de Janeiro, e as estaduais e federais de 1978, elegendo um deputado estadual. Finalmente, iremos abordar suas visões sobre o movimento sindical nas páginas desse órgão entre 1975 e 1978. Veremos o papel que o MR-8 dava ao movimento sindical, sua análise sobre sua reanimação e, principalmente, o caráter das greves que começaram a eclodir no ABC Paulista no final da década de 1970.

O quarto capítulo, sendo este o mais afetado pela já citada falta de documentação devido às dificuldades trazidas pela pandemia de Covid-19, tratará dos anos finais da ditadura militar, a partir de 1978, tendo como foco principalmente a crise que culminou na cisão em 1982. Discutiremos nele quais suas perspectivas sobre a proposta de fundação do Partido dos Trabalhadores, e como essa proposta se chocava com as ideias do MR-8 de fundação de um Partido da Classe Operária. Também veremos a sua nova tática, a partir de 1979, de formar uma hegemonia popular no interior do MDB e quais seus objetivos com a sua formação. Por fim, analisaremos, a partir das teses para seu III Congresso, o processo de cisão da organização, em que cerca de metade dos seus militantes abandonaram o MR-8.

Dessa maneira, esperamos que esta pesquisa ajude no entendimento dos processos políticos por parte de uma das mais atuantes organizações comunistas nos anos finais da ditadura militar, e como ela se reinventa, interpreta a cena política brasileira e dela participa no contexto da abertura.

1. CAPÍTULO 1: A autocrítica da luta armada e a redefinição da tática

O início dos anos 1970 foi um momento de muitas dificuldades para o conjunto dos grupos de esquerda. O MR-8 não foi uma exceção. Nesse período ocorreu a intensificação da luta armada por parte da organização, ao mesmo que tempo em que houve um aumento da repressão que contribuiu para a morte de muitos de seus militantes. Por isso, nos debruçaremos brevemente sobre o contexto político e econômico brasileiro mais geral no qual o grupo estava inserido para compreendermos sua decisão de partir para o exílio em 1972, onde se iniciaram as discussões a respeito do abandono das ações armadas e adoção de uma nova tática de luta contra a ditadura militar.

O governo do general Emílio Garrastazu Médici, iniciado em 1969 e sucedido pelo general Ernesto Geisel em 1974, pode ser considerado como o auge da ditadura militar brasileira em muitos aspectos, mas não sem suas contradições. No aspecto econômico, entre os anos de 1968 e 1974 o país alcançou uma média da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 10% ao ano[1], além de ter alcançado o controle da inflação[2] e o aumento – embora desigual – do poder de compra de setores das classes médias e da alta[3]. Esse crescimento foi capitaneado principalmente pela indústria, que cresceu a uma média de 12% ao ano[4], o que fez com que a sua participação no PIB passasse para 40,9% em 1980[5]. O valor das exportações aumentou 3,3 vezes entre os anos de 1968 e 1973, a uma taxa anual de 26,9%, enquanto o volume de exportações aumentou 13,3% anualmente[6]. Além disso, as exportações de manufaturados também aumentaram consideravelmente quando comparada com o ano de 1968, indo de 10,8% para 23% em 1973, subindo para 32,4% ao incluirmos os produtos semimanufaturados[7]. Muitas obras públicas de infraestrutura também foram realizadas, como, por exemplo, a construção da rodovia Transamazônica e da ponte Rio-Niterói, e o acordo com o Paraguai que deu origem à Usina de Itaipu. Esses seriam os resultados que definiriam o chamado "Milagre Econômico" brasileiro: o bolo estaria crescendo, para que no futuro pudesse ser repartido.

---

[1] ABREU, Marcelo de Paiva. A economia brasileira. *In:* BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: Volume X – A América latina após 1930: Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018, p. 582.
[2] SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 279.
[3] *Idem*, p. 282.
[4] *Idem*, p, 277.
[5] ABREU, A economia brasileira, *op. cit.*, p. 582.
[6] *Idem*, p. 677.
[7] *Idem*, p. 678.

Essas impressionantes taxas de crescimento foram alcançadas devido tanto às reformas econômicas realizadas inicialmente pelo governo Castelo Branco, quanto pela situação econômica mundial favorável. De acordo com Prado e Earp[8], a nova equipe econômica deu prioridade à luta para reverter a tendência do contínuo aumento da inflação, que se manifestava desde o início dos anos 1960. Para tanto, foram necessárias as reformas no sistema tributário e na política salarial, assim como a redefinição das políticas de crédito para o setor público e privado. Com isso, a equipe econômica racionalizou diversos impostos e aumentou as taxas de juros, para que acompanhassem a inflação e, assim, permitissem que o setor privado financiasse o déficit público de forma não inflacionária. Mais ainda, houve a criação do Banco Central para a fiscalização e controle da política financeira, e a reestruturação do sistema de crédito, por meio da formação de novos mecanismos de poupança, aumentando os recursos disponíveis ao setor privado sem recorrer a fontes inflacionárias. Além disso, o controle sobre os sindicatos e a adoção de uma fórmula baseada na recomposição das perdas salariais tiveram o objetivo de criar um mecanismo de reajuste salarial que não gerasse pressões sobre a inflação. Por fim, a criação de novos mecanismos de poupança, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e as cadernetas de poupança, forneceram recursos para a viabilização de programas como o Plano Nacional de Habitação, executado pelo Banco Nacional de Habitação[9].

Por outro lado, a economia mundial cresceu aceleradamente durante a década de 1960. Entre 1961 e 1973 a economia norte-americana crescia a uma taxa média de 4,5% ao ano, ao passo que outros países como Japão, Alemanha e Itália também cresciam a taxas superiores a 4%. Ao mesmo tempo, o mercado de operações cambiais também se transformou em um grande negócio de empréstimos bancários internacionais em dólar para empresas transnacionais, governos e empresas públicas. Entre 1964 e 1973, esse mercado, centralizado principalmente na Europa, cresceu a uma taxa média de 36%, saltando de 12 bilhões de dólares em 1964 para 191 bilhões em 1973. Essa expansão permitiu um grande aumento dos fluxos internacionais diretos das empresas transnacionais e facilitou a captação de empréstimos em dólar por países em desenvolvimento, para financiar o crescimento econômico ou os déficits na balança de pagamentos. Por fim, a liberalização dos fluxos de capitais pelos governos Costa e Silva e Médici criou condições para que as firmas brasileiras pudessem ser integradas ao rápido

[8] PRADO, Luiz Carlos Delorme, EARP, Fábio Sá. O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). *In:* DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). *O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 207-241.
[9] *Idem*, p. 213-217.

crescimento da oferta de crédito internacional. O aumento do financiamento externo, assim como as condições favoráveis ao aumento das exportações, gerou condições externas extremamente favoráveis à retomada do crescimento econômico brasileiro[10].

Sendo assim, de fato, a presidência do general Médici foi politicamente a mais estável e teve maior sucesso no plano econômico quando comparado aos outros governos militares. Mas essa estabilidade e esse crescimento vieram com profundos custos sociais. Ao mesmo tempo em que o Brasil era um dos países que mais cresciam no mundo, o governo praticava uma política de arrocho salarial, ou seja, o reajuste anual dos salários geralmente era menor do que a taxa de inflação. Isso significou que, embora a industrialização e a riqueza do país estivessem aumentando, o operariado e os trabalhadores estavam empobrecendo cada vez mais. Grande parte da crítica às políticas do governo Médici se concentram na questão da distribuição de renda e da estratégia de crescer o bolo para dividi-lo. A participação dos 5% mais ricos na renda total aumentou de 28,3% para 34,1% entre 1960 e 1970, para aumentar ainda mais em 1972 para 39,8%, ao mesmo tempo em que a participação dos 50% mais pobres caiu de 17,4% para 14,9% e depois para 11,3% no mesmo período[11]. Somava-se a isso o aumento do custo de vida, assim como o aumento da favelização das cidades devido ao êxodo rural e à migração interna, além do alto custo e da precariedade dos transportes públicos de massa. Assim, o país havia se tornado uma nação mais desigual[12], e o "Milagre Econômico" foi, dessa forma, financiado e sustentado pela pauperização da classe trabalhadora.

Já no plano político, passada a crise na transição da Junta Militar para sua presidência, o governo Médici foi marcado pela estabilidade[13]. O Congresso Nacional, que havia sido fechado em dezembro de 1968 com a decretação do AI-5, foi reaberto definitivamente a partir de 31 de março de 1970. As frações militares, que desde o momento do golpe em 1964 disputavam o poder, estavam agora ou alinhadas com o governo ou suprimidas. O AI-5 permitiu que o governo punisse os oficiais do Exército que estavam sendo incômodos para o regime, como o coronel Francisco Boaventura Cavalcanti e o general Moniz de Aragão.

---

[10] *Idem*, p. 217-218.
[11] ABREU, A economia brasileira, *op. cit.*, p. 684.
[12] Os resultados do censo de 1970 mostraram que, ao se comparar com os dados do censo de 1960, a desigualdade medida pelo índice de GINI havia aumentado. SKIDMORE, *Brasil: de Castelo a Tancredo*, *op. cit.*, p. 183-284.
[13] A escolha do general Médici para a presidência foi cercada de disputas entre os militares. Entre os candidatos mais cotados estava o general Albuquerque Lima, muito popular entre as patentes mais baixas do oficialato do Exército. Temendo uma quebra da hierarquia, e a chegada ao poder por parte de um general considerado "populista", o Alto Comando do Exército fez uma consulta aos Altos Oficiais para escolher o próximo presidente em que se priorizou a escolha por um general de "quatro estrelas". Uma vez que a patente de Albuquerque Lima era de general de "três estrelas", a maioria dos generais, assim, escolheu para a sucessão o general Médici. Para ver mais, *Cf.*: CHIRIO, Maud. O terremoto: 1969. *In:* CHIRIO, *A política nos quartéis*, *op. cit.*, 2012, p. 135-164.

Além disso, a oposição centrada no MDB, privada de seus congressistas mais combativos que haviam sido cassados após a decretação do AI-5, mostrava-se incapaz de contrariar as determinações do governo Médici[14]. Da mesma forma, o Supremo Tribunal Federal também sofreu expurgos com três ministros sendo afastados (Victor Nunes Leal, Hermes Lima e Evandro Lins e Silva), assim como um ministro do Supremo Tribunal Militar (o general Peri Constant Bevilaqua), o que levou o presidente do STF, Gonçalves de Oliveira, a renunciar em sinal de protesto. Por fim, mais de quinhentos professores universitários, jornalistas, diplomatas e figuras de destaque na vida cultural brasileira tiveram os seus direitos políticos cassados e perderam seus empregos, o que levou muitos deles a irem para o exílio[15].

As eleições legislativas diretas também foram mantidas pelo governo Médici, enquanto as eleições para os governadores dos estados seriam realizadas indiretamente por meio das Assembleias Legislativas estaduais. Embora as eleições legislativas tenham sido mantidas, o número de cadeiras na Câmara dos Deputados foi reduzido de 409 para 310, o que fortaleceu os estados menores e menos desenvolvidos, que tinham uma maior propensão a votar na ARENA. As eleições de 1970, dessa maneira, constituíram-se em uma grande vitória da ARENA, conquistando 223 cadeiras na Câmara dos Deputados, enquanto o MDB ocupou apenas 87, enquanto as cadeiras ocupadas no Senado foram 40 para a ARENA e apenas quatro para o MDB. Essas eleições foram marcadas principalmente pela grande quantidade de votos nulos e brancos realizados em protesto que, somados, corresponderam a 28% dos votos, mais do que a votação recebida pelo MDB (21%)[16].

Assim, embora se constituísse em uma grande vitória para o governo militar, esses votos brancos e nulos foram interpretados pela oposição, seja ela de esquerda ou não, como resultado de uma insatisfação da população com os rumos do regime militar. A estabilidade política, dessa forma, foi garantida pelo crescente autoritarismo do regime. O AI-5 conferia amplos poderes discricionários ao presidente da república[17], incluindo a censura à imprensa, o poder de fechamento do Congresso Nacional por tempo indeterminado, a cassação por decreto de parlamentares e a perda de direitos políticos com base na Lei de Segurança Nacional. De certa forma, como escreveu Maud Chirio, o AI-5 daria às "casernas", de modo simbólico, o

[14] Em meio à crise da decretação do AI-5 em dezembro de 1968, o Congresso foi "expurgado": cerca de 92 deputados e quatro senadores foram cassados até o final de janeiro de 1969. Eram em sua maioria parlamentares do MDB, especialmente os ligados ao antigo PTB. BETHELL, Leslie, CASTRO, Celso. A política no Brasil sob o Regime Militar, 1964-1985. *In:* BETHELL, *História da América Latina: Volume X*, *op. cit.*, p. 487.
[15] *Idem*, p. 487-488.
[16] *Idem*, p. 496-498.
[17] AARÃO REIS FILHO, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 73.

monopólio da força e o status de opinião soberana, dando autorização apenas aos generais para serem os seus arautos[18]. Podemos acrescentar ainda o controle dos sindicatos por parte do governo, o que impossibilitava os trabalhadores de se organizarem e fazerem reivindicações. O AI-5, dessa forma, deu ao governo Médici a garantia da harmonia pela força e os poderes para perseguir e aniquilar as oposições aos militares.

Além disso, a instituição de órgãos de informação e segurança se mostrou essencial para combater os opositores, em especial os grupos de esquerda que haviam pegado em armas contra o regime. A iniciativa da criação da Operação Bandeirantes em São Paulo em julho de 1969 para combater os "terroristas" e "subversivos", levou à criação dos Centros de Operações de Defesa Interna (CODI por todo o país para coordenar as atividades repressivas. O CODI também criou as suas forças-tarefas repressivas operacionais chamadas Destacamentos de Operações de Informações (DOI). Esses DOI-CODI se tornaram os responsáveis, junto do Centro de Informações do Exército (CIE), do Centro de Informações da Marinha (Cenimar) e do Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa), pela parte da mais violenta repressão, em que a tortura era um procedimento regular[19]. Assim, com a eliminação das organizações comunistas que praticavam a guerrilha urbana até meados de 1972, o regime militar foi capaz de se firmar e garantir a sucessão presidencial em 1974. A ditadura militar apresentava, assim, êxitos econômicos surpreendentes e uma hegemonia política incontestável, ao mesmo tempo em que trazia enormes custos humanos e tragédias sociais.

É neste contexto político em que o MR-8 se encontrava no início de 1972. Após a morte de Carlos Lamarca em setembro de 1971 no sertão baiano, onde a organização planejava implantar um foco de guerrilha rural, o MR-8 viu morrer a sua perspectiva de continuação da luta armada contra a ditadura. Sem uma base social para se firmar e se recuperar, e sofrendo os efeitos de uma repressão cada vez mais brutal, restaria agora, no exílio no Chile de Salvador Allende, a discussão sobre o seu futuro. Nesse período, a direção da organização deu início aos debates a respeito da autocrítica da luta armada, tentando encontrar os erros que levaram a aderir ao enfrentamento à ditadura militar, os erros de sua tática, e quais os próximos passos da organização. Com isso, veremos neste capítulo esse processo de discussão da autocrítica da luta armada, a cisão causada pelas discordâncias a respeito de seu abandono ou a sua manutenção e, enfim, as resoluções que marcaram a nova etapa da história do MR-8.

[18] CHIRIO, *A política nos quartéis*, *op. cit.*, p. 134.
[19] BETHELL, A política no Brasil sob o Regime Militar, *op. cit.*, p. 492.

1.1. Por uma autocrítica do militarismo: o *racha* de novembro de 1972

Ainda em 1971 o MR-8 começaria os debates a respeito da continuidade da luta armada. Contudo, como veremos, o seu abandono não foi uma decisão universalmente aceita pela sua militância. Codarin nos mostra que essas discussões, em um primeiro momento, ainda estavam pautadas em uma tentativa de realizar a "autocrítica do militarismo dentro dos marcos da luta armada[20]". O pesquisador apresenta um documento intitulado *Sobre a luta armada*[21], de autoria de Pedro Calango[22], em que seu autor defende que haja a continuidade das ações armadas, mas não sob a ótica militarista. Nesse texto, Calango argumenta que o baixo nível teórico da esquerda revolucionária teria levado à importação de teorias e modelos revolucionários, tendo como principal alvo o debrayismo[23], que não seria vinculado "a um estudo concreto da realidade brasileira[24]". Assim, para Calango, a organização deveria manter a luta armada, pois só a violência seria capaz de derrubar a ditadura e tomar o poder. A saída estaria no reforço do exercício teórico, que aumentasse o domínio da teoria revolucionária e do método marxista de análise. Contudo, como aponta Codarin, no trecho final do documento é apresentado o principal motivo para seu posicionamento: o compromisso ético com os militantes mortos. A manutenção da luta armada buscaria dar um sentido aos sacrifícios dos militantes que morreram no combate ao regime[25].

Ou seja, em um primeiro momento a crítica à prática armada por setores da organização não previa um abandono da luta armada como horizonte de luta. Havia a defesa de sua continuidade levada principalmente pela dívida que os militantes sentiam para com os companheiros que se engajaram no combate à ditadura militar e foram presos ou mortos pelos órgãos de segurança. Entretanto, as condições da militância no Brasil estavam cada vez mais insustentáveis. A repressão continuaria a causar baixas nos quadros da organização, inviabilizando até mesmo as ações armadas para a sobrevivência dos militantes. Dessa forma, a Direção Geral (DG), que na época era composta por Sérgio Landulfo, Juca Ferreira, João Lopes Salgado, Sergio Rubens e Carlos Muniz, passaram a publicar no exílio a partir de 1972

---

[20] CODARIN, *op. cit.*, p. 282-283.
[21] CALANGO, Pedro. *Sobre a luta armada*. 1971, mimeo. *In:* Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, *Coleção Daniel Aarão Reis Filho*, série: Movimento Revolucionário 8 de Outubro, Documentos de Discussão interna, documento 13, *apud* CODARIN, *op. cit.* p. 282-283.
[22] Codinome atribuído a Daniel Aarão Reis Filho. Importante ressaltar que os codinomes tinham uma importante função na segurança dos quadros das organizações, ajudando a despistar a repressão.
[23] Entendemos o debrayismo como sinônimo de "foquismo". Para ver mais, *Cf.* nota 12 da Introdução deste texto.
[24] CODARIN, p. 283.
[25] *Idem*, p. 283-284

os *Boletins Centrais*, um novo instrumento para iniciar um debate em direção à autocrítica da luta armada, tentando romper com as limitações de sua continuação. Como explicado em seu primeiro número, a Direção Geral argumentava que o *Boletim Central* seria necessário para lutar contra a ideologia pequeno-burguesa e o "espontaneísmo[26]", assim como construir a coesão político-ideológica da organização[27].

Com a publicação dos boletins centrais o MR-8 estaria entrando oficialmente em uma "fase de transição" da luta armada. A Direção Geral interpretou que a crise do grupamento exteriorizava o desvio ideológico pequeno-burguês não só do MR-8, mas também da esquerda militarista em geral. A adoção dessa tendência militarista teria se dado por uma "influência" da realidade objetiva, que naquele momento teria encontrado o proletariado afastado da arena da luta política. Para combatê-la, portanto, seria essencial para os autores a teoria revolucionária, uma vez que a luta teórica ocuparia um importante lugar para o processo revolucionário. Seria necessário acabar com os organismos burocráticos da organização para conseguir liquidar com o militarismo, o que também poria fim à penetração do liberalismo e do espontaneísmo na prática da militância[28].

Dessa forma, o *Boletim Central* definiu como as principais tarefas do MR-8 nesse período de transição a formação de um movimento operário independente e a construção do partido do proletariado[29]. Seria necessário, para tanto, que houvesse um direcionamento no sentido da penetração na classe operária, formando e assimilando as lideranças dos trabalhadores. Contudo, o documento ressalta que as condições em que a organização se encontrava no momento tornavam impossíveis que esses trabalhos fossem realizados, sendo mandatória a realização de um congresso que tirasse uma nova linha política e teórica para a atuação de sua militância. O que se restava a fazer, assim, era avançar na transformação da organização e evitar o seu desmembramento, deixando as tarefas de coesão nas mãos de um pequeno núcleo centrado na Direção Geral[30].

---

[26] No jargão comunista, o "espontaneísmo" seria uma prática por parte da vanguarda que não consideraria a conjuntura social e política, que se satisfaria em realizar uma ação imediata, sem se ater às discussões e a preparações.

[27] MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO. *Boletim Central*. Nº1, s.d. Fundo Gilberto Mathias, pasta 09, Arquivo Edgard Leuenroth. Código de referência: BR SPAEL GM 01 03.

[28] *Idem*, p. 1-3.

[29] Algumas organizações comunistas, como é o caso do MR-8, defendiam a criação de um "partido do proletariado" que servisse de base para a realização da revolução socialista e que fosse o verdadeiro representante dos interesses da classe operária. Eles possuíam essa posição por considerar que nem o Partido Comunista Brasileiro (PCB) ou o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) seriam esse representante, sendo necessário, assim, fundar (ou reconstruir) um novo partido.

[30] *Boletim Central*, nº 1, *op. cit.*, p. 4-7.

Em seu terceiro e último número, o *Boletim Central* avança na proposição das tarefas para a realização do Pleno[31], introduzindo, inclusive, muitas das resoluções definidas posteriormente, como veremos. O documento argumenta que os comunistas deveriam trabalhar para a preparação e a educação do conjunto das massas exploradas, principalmente no proletariado urbano, não tendo como foco apenas as suas frações de vanguarda. Isso permitiria aumentar sua consciência para resistir ao avanço da contrarrevolução, acumular forças, e retomar a ofensiva para romper a situação da conjuntura. Dessa maneira, o texto sugere a formação de um Centro Tático que isolasse a ditadura e suas bases de sustentação e, além disso, atraísse o apoio da pequena-burguesia, o que ampliaria as linhas de resistência das classes sociais revolucionárias. Ele seria necessário devido à incapacidade do proletariado em abrir uma luta direta pelo poder, sendo uma expressão de um momento de defensiva e que se colocaria como o ponto de partida para o início do processo de inversão da correlação de forças[32].

A questão da participação da pequena-burguesia seria introduzida no *Boletim Central* a partir da discussão sobre a formação de uma Frente de Resistência à Ditadura. O documento reconhece que essa Frente tenderia a apresentar em seu seio a hegemonia das ideias reformistas e liberais, devido ao baixo nível de consciência das massas. Entretanto, isso não significaria que a organização deveria se opor a ela. Ao contrário, o MR-8 deveria participar dela, na medida em que fosse se constituir em torno de um programa antiditadura e democrático. Portanto, a luta democrática não seria considerada um reformismo, uma vez que o objetivo seria ir além dela, não subordinando a ela a luta pelo socialismo. Ela seria interessante ao proletariado uma vez que, já que não haveria no país uma burguesia nacional suficientemente forte para aplicar um programa democrático-burguês, ela tenderia a permanecer como uma resistência e uma defensiva, por mais que os setores pequeno-burgueses tentassem levá-la mais além. Assim, na medida em que o proletariado fosse construindo sua alternativa para a sociedade, ele iria imprimir sua hegemonia sobre as lutas democráticas, modificando seu caráter e seus objetivos[33].

Em julho de 1972 um relatório do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) chamaria a atenção à publicação desses documentos. A bibliografia utilizada pelo MR-8 nesse processo de abandono da luta armada seria composta por 51

[31] Um "pleno" seria uma conferência com caráter resolutivo, que contaria com a presença da maioria dos militantes. Difere-se de um "congresso partidário" principalmente no sentido da escala: um "pleno" se volta a pequenas organizações, em que todos os membros têm direitos de fala e voto, enquanto em um "congresso partidário" os direitos de voto e fala são, geralmente, restritos a delegados previamente eleitos.
[32] MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO. *Boletim Central*. Nº 3, s.d. Fundo Daniel Aarão Reis Filho, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, p. 23-24; 28-29.
[33] *Idem*, p. 31-32.

documentos, compreendendo livros de escritores de esquerda e textos de outras organizações de esquerda brasileiras, com destaque dado aos das organizações "massistas", como a Política Operária e o Partido Operário Comunista (POC). Sendo assim, para o SISA, repetindo de certa forma as palavras do grupamento, o MR-8 estaria a um passo do repúdio do militarismo e caminhando na direção da consolidação da ideologia proletária, rompendo com o liberalismo que estaria presente na prática anterior da organização[34].

Essas novas posições do MR-8, como podemos ver, abriam o caminho para uma autocrítica da luta armada e, mais ainda, passaram a flertar com a sua participação em movimentos democráticos. Devido a isso, é possível perceber que dentro da organização entraram em choque duas perspectivas quanto ao seu futuro, principalmente quando comparamos com os posicionamentos trazidos no documento citado anteriormente por Codarin. Mesmo antes do Pleno de dezembro de 1972 já se constatava a saída de militantes por discordâncias sobre os rumos tomados nesse "período de transição". É o caso de uma militante não identificada[35] que escreveu seu pedido pessoal de desligamento em junho de 1972, endereçado à Direção Geral[36]. Em seu texto, ela disse ter se exilado a partir do final de dezembro de 1970 e do início de 1971, e que expressava vontade de retornar ao Brasil, sendo impedida pela Direção Geral devido às "quedas[37]" que estavam ocorrendo no país desde 1971. Para ela, o *Boletim Central* de janeiro de 1972 teria causado uma reviravolta político-ideológica na organização, o que teria levado a divergências entre a Direção Geral e o grupo ao qual a militante fazia parte. Seu pedido de desligamento da organização ocorreu, portanto, pela sua discordância com as novas posições do MR-8, que seriam a negação de uma concepção de luta que recusava a luta armada e que superestimava a prática operária em contraposição à prática no campo, o que ela considerava ser um desvio "teoricista" e "intelectualista"[38].

O conflito entre as concepções sobre os rumos da organização atingiu o seu ápice no mês de novembro de 1972, em meio aos preparativos para o Pleno que definiria a nova tática política. Podemos ter uma melhor visão dos acontecimentos desse período em uma série de três documentos que narram os eventos daquele mês. O primeiro deles, que acusava os membros da

---

[34] *Encaminhamento Nº 811/16*. 14 de julho de 1972. Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações. Código de referência BR DFANBSB, V8.MIC GNC.EEE.82010382

[35] De acordo com Franklin Martins, trata-se provavelmente de Sonia Maria de Moares Angel Jones, que deixou o MR-8 nessa época e ingressou na ALN. Voltou ao Brasil em maio de 1973. Foi presa, barbaramente torturada e morta em novembro de 1973.

[36] *Pedido de desligamento*. Junho de 1972, Fundo Gilberto Mathias, pasta 10, Arquivo Edgard Leuenroth. Código de referência: BR SPAEL GM 01 03.

[37] No jargão comunista, as "quedas" seriam as prisões dos militantes.

[38] *Pedido de desligamento, op. cit.,* p. 2.

direção de iniciarem um processo paralelo de discussão, sob o título "Evitar a dissolução"[39], passou a circular a partir do sábado, dia 4, entre os militantes exilados no Chile. Essa denúncia veio à tona após seus autores conseguirem acesso a um caderno com as atas de reuniões da direção do MR-8 em que constaria uma reunião secreta com dois quadros para escrever o terceiro *Boletim Central.* Seu objetivo, como visto anteriormente, seria discutir a prática global do MR-8 e a tática da luta interna. De forma grave, o documento afirmava que, ao realizarem essa reunião secreta com os dois militantes, a Direção Geral estaria os cooptando e formando uma "fração[40]", que seria uma atividade ilegal dentro dos estatutos da organização. Os autores do documento tinham consciência de que a DG considerava o acesso a essa ata de reuniões uma indisciplina, mas, mesmo assim, justificou-se que a denúncia trazida colocaria em xeque a própria capacidade disciplinadora da DG. Essa situação toda seria um desrespeito político, por parte da DG, aos militantes que estariam empenhados na realização do Pleno, assim como aos que estavam presos e aos caídos[41].

Os autores do documento exigiam então que a DG explicasse os motivos de estar comandando uma "fração", uma vez que, com a sua existência no interior da organização, estaria impossibilitado o início do processo de formação do partido comunista. Desse modo, o documento exige que, em uma assembleia dos militantes do MR-8, a DG fizesse uma autocrítica junto às bases para explicar as suas ações, assim como eles deveriam dissolver a sua fração e renunciar à direção, fazendo ser necessário constituir uma direção temporária[42].

Já na terça-feira, dia 7 de novembro, esse grupo dissidente lançou outro documento expondo essa situação, que eles consideravam ser uma tentativa de golpe dentro da organização. Intitulado *Combater radicalmente a dissolução*[43], o texto discutiu uma assembleia – considerada irregular pela DG – ocorrida na segunda-feira, dia seis de novembro, chamada para examinar as recentes denúncias. Nela houve uma fala de um membro da DG, que teria afirmado não compor uma fração, mas sim uma "tendência" dentro do MR-8. Essa reunião, assim, acusou a DG de estar sim formando uma fração, argumentando que dizer não se tratar de uma seria

---

[39] *Evitar a diluição*. 4 de novembro de 1972. Fundo Gilberto Mathias, pasta 10, Arquivo Edgard Leuenroth. Código de referência: BR SPAEL GM 01 03.

[40] O princípio de funcionamento de uma organização ou partido regido pelo centralismo democrático de corte leninista considera que os posicionamentos políticos devem ser discutidos em assembleia aberta. Nela, as divergências seriam acertadas e uma linha de ação comum deveria ser definida. Qualquer discussão divergente que ocorresse fora dos canais oficiais e viesse a se organizar como grupo político estaria sendo contrária ao centralismo da organização e, portanto, caracterizaria uma fração.

[41] *Evitar a diluição, op. cit.*, p. 1-2.

[42] *Ibidem*.

[43] *Combater radicalmente a diluição*. 7 de novembro de 1972. Fundo Gilberto Mathias, pasta 10, Arquivo Edgard Leuenroth. Código de referência: BR SPAEL GM 01 03.

subestimar a capacidade de compreensão dos militantes. Aliás, a própria ideia de tendência não seria um direito orgânico do MR-8, uma vez que elas não seriam grupos secretos. Desse modo, essa fração seria composta pela atual DG, a qual os membros dissidentes consideravam formar, a partir de então, a "antiga direção do MR-8"[44].

O documento critica, portanto, a prática fracionista e defende que aquela assembleia espontânea havia se constituído em um órgão representativo do MR-8. Ela seria uma expressão da crise pela qual o coletivo estaria passando, enquanto ao mesmo tempo seria uma resposta possível para a denúncia que estava sendo feita. Portanto, lutar contra o fracionismo dentro da organização justificaria a utilização desse instrumento excepcional. Por fim, foi definido que a antiga direção estaria destituída de suas funções, com o conjunto dos fracionistas suspensos da prática na organização, e que uma direção provisória deveria ser composta pelos coordenadores de base de quadros para liderar a organização[45].

O desfecho da crise ocorreu a partir da publicação do documento que passou a circular na quinta-feira, dia 9 de novembro[46]. Esse texto, escrito pelo grupo que compunha a Direção Geral, teve o objetivo de deixar público todo o acontecimento dos últimos dias, tanto para a própria militância quanto para os outros coletivos comunistas. Nele, os autores defendem a realização de um Pleno Resolutivo do MR-8 para definir tanto quais seriam as funções do futuro Congresso a ser convocado pela organização, assim como qual seria a política da sua reconstrução e o caráter e a composição da própria Direção Geral. Para eles, seria necessário que todos os militantes estivessem comprometidos com esse processo e que o reconhecessem como válido para caracterizar quais seriam as posições majoritárias e as minoritárias da organização, sem o qual a luta política descambaria para o oportunismo e, a partir daí, para o golpe. Esse seria um processo que estaria transformando uma organização "militarista, centrista, amadora, diluída e pequeno-burguesa" em uma "posicionada, profissional, coesa e proletária", que estaria, assim, avançando com a proletarização do MR-8, em detrimento do militarismo e do espontaneísmo[47].

O texto passou então a explicar os acontecimentos ocorridos a partir do dia 4 de novembro, pela ótica da Direção Geral. Retomando os acontecimentos já abordados nos documentos anteriores, os autores afirmaram que um militante da organização denunciou que

---

[44] *Idem*, p. 1.

[45] *Idem*, p. 1-2.

[46] *Contra o golpismo, prosseguir na luta pela proletarização da O. – Contra o caudilhismo, construir uma O. de comunistas*. 9 de novembro de 1972. Fundo Gilberto Mathias, pasta 10, Arquivo Edgard Leuenroth. Código de referência: BR SPAEL GM 01 03.

[47] *Idem*, p. 1.

a DG estaria formando uma fração, apresentando alguns documentos. O assistente da Direção Geral então questionou de onde ele havia conseguido aqueles documentos, ao que o militante respondeu que essa discussão não seria importante, pois o que importaria era discutir a existência da fração. Com essa resposta os membros da Direção Geral se retiraram da reunião por considerar que aquela ação seria caracterizada como uma indisciplina. Assim, a reunião teria exigido uma autocrítica da Direção Geral, a dissolução imediata da fração, a renúncia dos membros da Direção Geral, a eleição de uma direção provisória até o Congresso, a convocação de uma outra Assembleia Geral para apurar a situação e, por fim, a revogação dos direitos de voto dos membros da fração. Desse modo, a Direção Geral considerou que todas essas decisões haviam sido tomadas fora dos canais orgânicos do MR-8, assim como a evocação de uma Assembleia Geral teria sido realizada fora da legalidade[48].

Ainda segundo a Direção Geral, no domingo, dia 5, os responsáveis por chamar a assembleia teriam contatado as outras organizações comunistas exiladas no Chile para comunicar os acontecimentos e decisões da reunião do dia anterior. Ou seja, considerando as decisões tomadas previamente quanto as punições à Direção Geral, esse grupo dissidente teria chamado uma Assembleia Geral para decidir sobre o que fazer a respeito da crise de toda a organização, enquanto, ao mesmo tempo, não teria esperado essa assembleia e já teria decidido tudo por conta própria. Com isso em vista, dessa vez a própria Direção Geral convocou uma Assembleia Geral para quarta-feira, dia 8, com todos os membros do MR-8 e, para tanto, convocou os dois militantes acusados de serem cooptados para a fração no caso do roubo da ata de reuniões para utilizar as suas anotações e compará-las com a dos membros da Direção Geral. Contudo, na segunda, dia 6, houve a realização de uma reunião com uma minoria da organização, que tentou deliberar pelo conjunto do MR-8 e eleger uma nova direção. Essa tentativa fracassou, fazendo com que a assembleia prevista para a quarta-feira acontecesse com a presença da maioria dos militantes. Foi aí que ocorreram as discussões que resultaram na cisão da organização[49].

Nessa Assembleia Geral, ainda de acordo com a Direção Geral, dois militantes, que os autores classificam de “golpistas”, intitularam-se membros da direção provisória da organização e estavam ali para tentar convencer os outros membros da ilegitimidade da Direção Geral, uma vez que as provas trazidas por eles seriam supostamente suficientes. Contudo, a Assembleia Geral se recusou a discutir essa preliminar levantada pela minoria “golpista”, e ao

[48] *Idem*, p. 1-2.
[49] *Idem*, p. 2-3.

invés disso, debateu-se então a situação de luta interna ocorrida no interior do MR-8. Foi constatada a existência de duas tendências políticas na organização, que seriam, de um lado, o grupo que estava preocupado em debater os temas da Assembleia Geral e, de outro, o grupo que se posicionava contra a Direção Geral[50].

Com isso, o documento criticou as ações do grupo divergente e buscou caracterizar as divisões entre os posicionamentos e o que elas representariam para a organização:

> (...) uma que buscou situar a discussão fundamentalmente sobre o próprio temário do Pleno; e outra que buscou esvaziá-lo, travando as discussões fundamentalmente sobre os erros de condução da DG [Direção Geral]. Uma, que colocava como inimigo central, o espontaneísmo e o voluntarismo; outra que definia a DG enquanto inimigo principal. Caracterizou, além disso, a AG [assembleia geral] que a DG, apesar de suas debilidades, havia aberto e se mantido dentro de um processo autocrítico radical e que os companheiros que consideravam-na [sic] o inimigo central jamais apresentaram um corpo de posições sobre os temas em discussão. Ao contrário, em geral adotaram uma tática guerrilheirista: não ofereciam um enfrentamento frontal, não travavam a luta com posições claras e atacando as posições da DG, mas ficavam desgastando-a em pontos secundários, sem ir ao próprio temário, evitando a polêmica nas questões de fundo, em pequenas escaramuças.
>
> Esse tipo de comportamento incorreto na luta interna, no entanto, não foi aceito pela maioria da O. [organização] e, assim, com o decorrer do processo foi ficando cada vez mais claro que na O. existiam duas alternativas: ou a autocrítica radical e a proletarização do MR-8 ou o ecletismo; ou uma posição clara ou o centrismo; ou a definição de uma tática clara ou a conciliação interna das divergências; ou uma reconstrução da O. no rumo da construção partidária ou a reconstrução orgânica e burocrática, sem posições, sem princípios políticos claros[51].

Dessa maneira, o texto afirma que participar da luta política seria um sinônimo de vitalidade, ao passo que aqueles que não expusessem os seus posicionamentos claramente, que tentassem esvaziar os debates, seriam derrotados ao defrontarem-se com uma posição firme e correta. Tratando o grupo dissidente como "golpista", a Direção Geral afirmou que eles teriam deixado claro não possuir uma alternativa, o que faria a luta pelo poder – que em uma organização política seria uma obrigação – colaborar para a diluição e o fracionamento. O golpe da minoria da organização seria, assim, o filho natural do oportunismo político e da tática "guerrilheirística" da luta interna, um cruzamento do ecletismo com o caudilhismo[52]. Ou seja, não teria sido um processo meticulosamente e longamente planejado, sendo antes um ato de desespero do oportunismo, já se encontrando desarticulado pouco tempo após ter sido formado[53].

---

[50] *Idem*, p. 3.
[51] *Idem*, p. 3-4.
[52] Entendemos o "caudilhismo" neste texto como um poder ligado a líderes e figuras importantes, não necessariamente passando pelo poder militar como o conceito é comumente compreendido ao se tratar dos líderes da América Latina após a independência. Ou seja, a crítica ao "caudilhismo" no documento trata das práticas consideradas centralizadoras e antidemocráticas do grupo dissidente.
[53] *Contra o golpismo...*, *op. cit.*, p. 4.

Sendo assim, na assembleia geral, as anotações da reunião da Direção Geral que haviam sido expostas como evidências da formação de uma fração foram apresentadas e se constatou que, na realidade, não se tratava de "atas", mas sim de rascunhos. Com isso, os dois membros que se declararam como uma "direção provisória" abandonaram a reunião e, assim, realizou-se uma votação a respeito da existência ou não de uma fração. Primeiramente foi votada a proposta trazida por um dissidente, que constatava que a Direção Geral havia tido uma prática oportunista e incorreta, formando uma tendência; e que, mesmo não havendo provas que confirmassem a cooptação dos quadros e a formação de uma fração, isso não diminuiria a gravidade da questão. Essa proposta foi derrotada pela maioria da Assembleia Geral que, ao contrário, deliberou o seguinte: que o processo de lutar contra a crise havia sido democrático, com a Direção Geral permitindo a participação de todos os militantes nas discussões, inclusive das bases; que aquela Assembleia Geral teria legitimidade para deliberações, devido à presença da maioria dos militantes; de que não haveria fração e nem tendência organizada no interior do MR-8; e que a discussão referente à tática de luta interna seria legítima. Desse modo, essas decisões teriam reafirmado a confiança da Assembleia Geral na liderança da Direção Geral[54].

Portanto, como desfecho da situação de crise, a assembleia passou a discutir as punições aos dissidentes. Considerando o processo de luta interna levado por esses militantes como uma insubordinação, a DG argumentou que ao se caracterizar como uma "direção provisória", a "minoria golpista" teria se distinguido como uma "fração", em que essa minoria pretendeu falar e deliberar pelo conjunto da organização, recusando-se a aceitar a posição da maioria. O golpismo, assim, deveria ser isolado e depurado tanto dentro do MR-8 quanto no conjunto das esquerdas. Dessa forma, a Assembleia Geral decidiu, como punição aos dissidentes envolvidos na crise, expulsar dois militantes que estavam ligados ao roubo do caderno de rascunhos da reunião e, além disso, também determinou que outros quatro militantes deveriam ser desligados do MR-8 pela formação de uma fração. Isso deveria fazer com que a organização voltasse à normalidade e permitiria que o processo de elaboração do Pleno fosse retomado. Esses fatos deveriam ser divulgados entre todas as forças da esquerda e entre todos os quadros do grupamento, inclusive os presos, como uma tentativa de proteger o conjunto mais geral das esquerdas[55].

Assim, essa assembleia marcou o "racha"[56] do MR-8 de novembro de 1972. As deliberações dessa cisão nos mostram, além das divergências quanto às possibilidades de

[54] *Idem*, p. 5-6.
[55] *Idem*, p. 6-8.
[56] No jargão comunista, um *racha* seria o mesmo que uma cisão ou uma separação da organização ou grupo.

continuidade das ações armadas, a fragilidade em que a organização se encontrava naquela conjuntura, em que cerca de sete militantes[57] seriam responsabilizados pela divisão de uma das mais atuantes organizações comunistas do final dos anos 1960 e início dos anos 1970. O MR-8 se dividiu oficialmente em dois a partir desse momento: um que se centralizava em torno da Direção Geral, formando o MR-8/DG, enquanto o grupo organizado em torno dos militantes expulsos formou o MR-8/Construção Partidária (MR-8/CP). Esse segundo grupo continuou atuante até setembro de 1973, quando foi obrigado a mudar de país de exílio após o golpe militar chileno que depôs o presidente Salvador Allende, fragmentando-se e desarticulando-se.

Sendo assim, depois da crise que culminou em sua separação, o MR-8/DG – que se tornou o MR-8 "oficial" após o "racha" – passou para os preparativos de seu tão esperado *Pleno* que redefiniria a sua tática de luta, o que acabou sendo realizado em dezembro de 1972, ainda no exílio, na cidade de Santiago do Chile.

1.2. Uma nova tática política: as *Resoluções do Pleno de 1972*

Podemos considerar que as *Resoluções do Pleno de 1972*[58] é o documento que define a nova forma de atuação do MR-8 ao longo da década de 1970. Nele temos a tão discutida e esperada autocrítica da luta armada, uma nova interpretação a respeito da correlação de forças na ditadura militar e quais os modos e meios pelos quais o MR-8 deveria agir nessa conjuntura para atingir a revolução socialista. Portanto, analisemos mais detalhadamente esse texto para compreendermos esses novos posicionamentos da organização[59].

Inicialmente, o documento faz uma análise sobre os posicionamentos das esquerdas revolucionárias no momento do golpe em 1964, e as motivações para a adoção da luta armada. Para o MR-8, nessa data, o proletariado e as massas trabalhadoras encontravam-se ideológica, política e organicamente despreparados para resistir ao avanço das forças reacionárias devido à

---

[57] Em um relatório elaborado pelo II Exército, encaminhado ao SNI, indica que sete pessoas estariam envolvidas nesse processo do racha da organização. Seriam eles Vladimir Palmeira, Daniel Aarão Reis Filho, Samuel Aarão Reis, Maria Augusta Carneiro Ribeiro, Sônia Regina Yessin Ramos, Amadeu Tiago de Melo e Athos Magno da Costa e Silva. *Cf. Informação 754/74-PSS*. 19 de junho de 1974. Fundo Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional. Código de referência BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.74004060

[58] MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO. *Resoluções políticas do Pleno*. Dezembro de 1972. Coleção particular Daniel Aarão Reis Filho, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Código de referência: BR RJAPERJ DAR.0.MR8.1/19.

[59] Ao longo do documento veremos o MR-8 falando em nome dos "comunistas" genericamente, ou à "esquerda revolucionária", sem se referir apenas à própria organização. Isso se deve à esperança de unificar todos os comunistas em torno do verdadeiro partido do proletariado. Dessa forma, ao mesmo tempo em que o MR-8 fala genericamente em "comunistas" – ou, ao mesmo tempo, fala em uma autocrítica geral das esquerdas – ele está se referindo em grande parte a si próprio.

confusão causada pelo reformismo. Teria sido necessário para as esquerdas que se realizasse uma profunda autocrítica, tanto para superar o reformismo, quanto formular um programa do proletariado e reconstruir o seu partido de classe. Contudo, a autocrítica teria sido muito limitada, em que os setores reformistas atribuíam os seus erros aos "desvios esquerdistas" de aplicação de uma linha considerada justa, ou seja, a aplicação da linha política teria acontecido de uma forma incorreta. Por outro lado, os setores antirreformistas haviam colocado a necessidade da autocrítica apenas no Comitê Central do PCB, eximindo-se de culpa e não superando os próprios erros. Assim, a negação do reformismo desviou-se para a crítica e à rejeição da direção do PCB[60].

A esquerda revolucionária não havia condenado o seu envolvimento com o reformismo, ao mesmo tempo em que não teria compreendido que seria imprescindível condená-lo também junto aos trabalhadores, que ainda estariam com sua consciência política nos marcos da colaboração de classes, mesmo que essa perspectiva estivesse derrotada na prática. Ou seja, a negação do reformismo e a criação de uma alternativa proletária, que defendesses os reais interesses do proletariado, seriam face da mesma moeda. Porém, a esquerda revolucionária não teria compreendido essa questão e não teria cumprido essas etapas nem no plano teórico, ao importar modelos e fórmulas sem levar em conta a realidade brasileira, e nem no prático, ao não ir até os trabalhadores para desmistificar a consciência reformista e formar a consciência revolucionária[61].

O MR-8, portanto, considerava que a esquerda comunista teria se mostrado incapaz de organizar a resistência dos trabalhadores, não enfrentando essa sua debilidade e, assim, optando por uma solução mais cômoda. Ao invés de construir essa resistência generalizada, teria organizado uma resistência dos militantes revolucionários, enquanto, no lugar de uma prática política das massas para ultrapassar a consciência reformista, teria escolhido dar o exemplo ao proletariado por meio da ação dos quadros das organizações de vanguarda. Dessa forma, a esquerda brasileira errou ao adotar o modelo da Revolução Cubana, importado principalmente pela interpretação dos escritos de Régis Debray, assimilando as suas particularidades sem levar em conta a realidade brasileira[62].

Nesse contexto em que as organizações estavam saindo do PCB ocorreu, ao mesmo tempo, uma reanimação dos movimentos de massa, como os movimentos operários em Contagem e em Osasco em 1968, mas principalmente no seio da pequena-burguesia e das

---

[60] *Resoluções políticas do pleno, op. cit.*, p. 89.
[61] *Idem*, p. 9.
[62] *Idem*, p. 9-10.

camadas médias, por meio do movimento estudantil. Nisso, essa reanimação teve o efeito de colocar a questão da luta de massas na ordem do dia para os grupos que defendiam a luta armada. De um lado, um amplo setor das esquerdas via essa movimentação como um sinal de atenção, em que se deveria harmonizar sua concepção vanguardista[63] de luta com a realidade do movimento de massas. Por outro, os setores que já estavam profundamente envolvidos na perspectiva militarista advertiam que chegaria o momento de um impasse, em que seria uma tarefa das vanguardas o rompimento da conjuntura por meio da ação guerrilheira. Desse modo, algumas organizações dão início às suas ações armadas de vanguarda, não compreendendo que a principal tarefa era a organização dos trabalhadores para a resistência ao golpe, e não a resistência direta dos grupos comunistas[64].

Enquanto a reanimação do movimento de massas teria paralisado parcialmente a influência da perspectiva militarista, a repressão e o refluxo teriam realizado um deslocamento inverso. A interpretação de que ele seria incapaz de romper a correlação de forças que se encontrava favorável aos setores reacionários teria voltado a ganhar adeptos, cristalizando-se na concepção de que caberia às vanguardas a missão de assumirem, sozinhas, o encaminhamento da revolução. Dessa maneira, devido à incapacidade de compreender os motivos para o refluxo do movimento, ele acaba transformando-se em um acelerador da perspectiva vanguardista-militarista, provocando um sentimento generalizado nas esquerdas revolucionárias de que cabia inteiramente a elas o papel de atuar para alterar a conjuntura política[65].

As derrotas sofridas a partir de 1969 e que se acentuaram em 1970 não teriam sido corretamente apreendidas pelos coletivos que formavam a tendência militarista. As quedas, as desarticulações de grupos de trabalho, e as perdas materiais, seriam explicadas a partir das insuficiências técnicas das organizações, culpando os militantes pelas falhas operativas e de violação da segurança. Com isso, a tendência militarista teria se demonstrado incapaz de aprender com a realidade, uma vez que estaria profundamente penetrada por uma ideologia política que aceitaria os revezes como inevitáveis em um primeiro momento da "guerra revolucionária". Contudo, o documento observa, a cada nova ofensiva iniciada pela tendência militarista verificava-se a sua crescente debilidade, seja pela diminuição da quantidade quanto

[63] As "vanguardas" seriam os grupos e organizações comunistas que liderariam a classe trabalhadora no processo da revolução socialista. Desse modo, o "vanguardismo" e as concepções "vanguardistas" referem-se à tendência que priorizava a ação das vanguardas para levar o exemplo às massas, sem necessariamente construir ou se inserir em suas bases.
[64] *Resoluções políticas do pleno*, *op. cit.*, p. 11.
[65] *Idem*, p.11-12.

pela qualidade política das ações, assim como a incapacidade de suportar as repercussões de seus atos[66]. Assim,

> (...) Cercadas e debilitadas, carentes de qualquer plano político de fôlego, sem um programa claro para as massas, incapazes de traçar uma política de organização, sem conseguir ganhar base social no proletariado e perdendo progressivamente a simpatia de setores da pequena-burguesia, as organizações militaristas passam a uma acentuada defensiva, da qual só sairão em breves instantes, para a ela retornarem mais enfraquecidas[67].

Dessa forma, para o MR-8, a tendência militarista não conseguia responder a seus erros e caiu em um ciclo pela sobrevivência, perdendo o seu poder de coesão interna e iniciando um processo de desagregação, com a saída de muitos militantes dos grupos que praticavam a luta armada[68].

Nesse sentido, teve início um movimento de autocrítica que, embora tentasse alterar algumas das características do militarismo, não conseguiu ser radical e afastar-se dos seus princípios, não abandonando a sua concepção de revolução. Contudo, esse esforço teve como diferencial a reaproximação com as massas e a realização de trabalhos políticos em seu seio, o que posteriormente causaria choques com a prática militarista e geraria as bases para a nova luta político-ideológica. Para a organização, a realização de uma autocrítica radical do militarismo só pôde acontecer em um momento de uma aguda crise, em que a contradição entre a prática militarista e o trabalho político junto às massas exigiu um questionamento da própria essência do militarismo. Assim, o atraso na realização dessa autocrítica fez com que ela fosse realizada, no caso do MR-8, em um momento de intensa debilidade, sendo travada em meio à luta pela sobrevivência e pela reconstrução da organização[69].

Portanto, para o MR-8 o militarismo, enquanto uma manifestação dentro das esquerdas, teria sido um fato novo. Entretanto, uma vez que ele seria uma expressão do espontaneísmo, estaria apenas prosseguindo a tradição da esquerda brasileira, que não assumiria uma concepção científica da revolução, que não partiria da análise da própria realidade para formular a teoria revolucionária, não imprimindo a influência dessa teoria sobre as lutas de massas, e não esclareceria e organizaria a classe trabalhadora para as lutas políticas. Com isso, o grupamento considerava que a sua linha política adotada em abril de 1969[70] expressava a adesão da organização ao militarismo, confirmando o seu espontaneísmo. Embora formalmente o MR-8 continuasse anunciando os seus compromissos com as tarefas da construção partidária

---

[66] *Idem*, p. 16-17.
[67] *Idem*, p. 17.
[68] *Ibidem*.
[69] *Idem*, p. 18.
[70] *Linha política de abril de 1969*. Abril de 1969, Fundo Gilberto Mathias, Pasta 11, Arquivo Edgard Leuenroth. Código de referência: BR SPAEL GM 01 03.

e com a revolução socialista, esses compromissos teriam sido deixados de lado devido às formulações militaristas. O grupo teria abandonado todos os seus esforços de construção de suas bases sociais, transformando a direção política em um comando militar, prejudicando a coesão da organização ao misturar os combatentes e os militantes. Assim, todos esses erros sofreram a crítica implacável da realidade e traduziram-se em pesadas perdas políticas e orgânicas, humanas e materiais[71].

Em suma, observamos até agora a autocrítica do MR-8 quanto à sua participação na luta armada contra a ditadura militar, em que o grupamento considerou ser um erro levado pela incapacidade das organizações comunistas de criticarem corretamente o reformismo e pela adoção de modelos teóricos que não levavam em conta a realidade brasileira. Esses erros, assim, teriam culminado em grandes perdas para as organizações, que só puderam realizar a autocrítica em um momento de grande debilidade. Com isso, vejamos agora quais seriam os posicionamentos que o MR-8 passa a ter após a realização de sua autocrítica e o abandono das suas concepções militaristas de luta.

O MR-8 definiu que seria preciso que os comunistas assumissem um conjunto de tarefas para a reconstrução do movimento socialista. Elas envolviam, de modo geral, a autocrítica quanto aos seus erros, assim como a gestação do programa socialista que definiria a estratégia e a tática do proletariado, a construção do partido de vanguarda, a reorganização do movimento revolucionário, a penetração nas massas revolucionárias, e a organização da resistência dos trabalhadores à ofensiva da contrarrevolução. A tarefa central naquela conjuntura seria, de acordo com o documento, a construção partidária, uma vez que as massas se encontravam desorganizadas e com baixo nível de consciência e de mobilização. Os trabalhadores, dessa forma, necessitavam de um partido que os guiasse e que fosse a sua direção revolucionária[72].

Esse partido deveria seguir alguns princípios universais – considerando os partidos de inspiração marxista-leninista –, uma vez que ele seria o partido do proletariado. Primeiramente, mesmo que não fosse ser composto exclusivamente pelo proletariado, tendo em suas fileiras indivíduos pertencentes a outras classes sociais, ele defenderia os interesses da classe operária acima de todas as outras, perseguindo os seus objetivos. Dessa maneira, esse partido deveria defender o socialismo, a ditadura do proletariado e a supressão da sociedade de classes e, por fim, o comunismo. Em segundo lugar, o partido não iria nascer espontaneamente

[71] *Resoluções políticas do pleno*, *op. cit.*, p. 19-22.
[72] *Idem*, p. 41.

da atividade do proletariado, mas antes seria o produto da fusão de suas lutas com a teoria revolucionária marxista-leninista. Essa teoria seria, assim, essencial para que ele conhecesse a sua exploração, a formação social na qual é explorado e a libertação que deve conquistar. O terceiro princípio seria o do centralismo democrático. Para derrotar um inimigo, que centraliza em suas mãos o poder econômico, político, o Estado e os meios de produção, seria essencial ao proletariado um nível elevado de coesão. Por fim, o quarto princípio seria o caráter profissional do partido. O proletariado necessitaria destacar seus melhores elementos para uma dedicação integral a suas lutas. Com isso, o partido seria profissional enquanto seus membros se consagram como pessoas capacitadas a desenvolverem a direção política da classe proletária[73].

Nesse sentido, o MR-8 define que o trabalho central dos comunistas nesse processo de construção do partido seria educar o operariado para assumir as suas lutas políticas. Isso obrigaria os comunistas a ter uma tática de penetração rigorosamente planejada, que utilizasse do melhor modo possível as forças disponíveis. Nisso, o trabalho de imprensa iria se mostrar importante, uma vez que multiplicaria a capacidade de dar uma direção política. Além disso, sem a penetração nas bases do proletariado e nas demais classes revolucionárias, e sem que os comunistas dessem direção às suas lutas, o programa do partido tenderia a não ganhar concretização política, interferindo insuficientemente na luta de classes. Desse modo, a tarefa de penetrar no seio das nas massas, aglutinando, organizando e dirigindo seus elementos mais combativos, deveria ser levada e desenvolvida conjuntamente com a formulação do programa[74].

Ou seja, diferentemente de suas posições tiradas na linha política de 1969, em que o MR-8 defendia a ação armada individualizada e direta dos grupos comunistas para buscar o apoio das massas, nesse texto vemos o inverso. Agora, seria essencial se inserir nas bases sociais e se aproximar do proletariado, guiando as suas lutas, moldando a sua consciência, e defendendo as suas pautas. Nesse sentido, a formação de um partido comunista que verdadeiramente representasse e organizasse as lutas do proletariado iria se mostrar indispensável. Portanto, cabe agora analisar quais seriam as táticas da organização, ou seja, de que modo o MR-8 agiria para atingir o seu objetivo de construção do partido comunista e da realização da revolução socialista.

A principal tática da organização seria isolar a ditadura militar de suas principais bases de atuação. Isso previa fazer com que ela perdesse o apoio dos monopólios, do imperialismo e do latifúndio, assim como neutralizar os setores considerados atrasados da

[73] *Idem*, p. 42-43.
[74] *Idem*, p. 44-46.

burguesia, atraindo a pequena-burguesia e ampliando as linhas de resistência das classes sociais revolucionárias. Ao mesmo tempo, também seria preparada a contraofensiva dessas classes, que seria a base principal para a mudança da correlação de forças na sociedade brasileira[75].

Já o centro tático político geral, que seria capaz de expressar esses objetivos propostos, seria organizado em torno das lutas democráticas, antiditadura e anti-imperialista. Isso se deve ao fato de que o proletariado não teria forças para conquistar diretamente o poder, e nenhuma vanguarda pequeno-burguesa seria capaz de o substituir nessa tarefa. Seria também um momento no qual as forças reacionárias estariam avançando, enquanto as classes revolucionárias encontravam-se desarticuladas e com baixo nível de mobilização. Dessa forma, esse centro tático seria a expressão de um momento de defensiva, colocando-se como um ponto de partida para iniciar um processo de inversão na relação de forças[76].

Podemos ver, portanto, que o MR-8 pela primeira vez abre o caminho para a sua participação nos movimentos pela democracia sendo, de fato, um pioneiro entre os grupos egressos da luta armada. Contudo, seguindo a tendência das organizações comunistas, essa luta não seria para o agrupamento um objetivo em si mesmo. Seria necessário compreender de forma revolucionária esse centro tático, não tendo como perspectiva que se lutasse por um poder democrático alternativo. Para o MR-8, isso implicaria colocar a luta da pequena-burguesia e dos setores atrasados da burguesia – que representavam um poder anti-histórico[77] – na vanguarda do movimento social, confundindo o proletariado e seus aliados. Pelo contrário, era preciso ter em mente que o avanço da consciência e da organização do proletariado e do campesinato ultrapassaria o caráter desse centro tático. Com isso, sua capacidade de expressar corretamente a correlação de forças iria se esgotar e tornaria necessária a proclamação de um centro tático mais avançado[78].

Dizendo de outro modo, a organização não tinha por objetivo uma democracia burguesa – ou uma democracia liberal –, institucionalizada, mas sim buscava, por meio da luta democrática, desenvolver a consciência dos trabalhadores. Isso fica claro quando o MR-8 define que o seu programa tático deveria lutar pela liberdade de organização, manifestação e de expressão, pelo direito de greve, pela aplicação da legislação trabalhista no campo, pela terra, contra o arrocho salarial, contra o AI-5 e contra a repressão policial-militar e as torturas. Caberia aos comunistas ir educando o proletariado e os campesinatos a respeito das limitações de suas

[75] *Idem*, p. 51.
[76] *Ibidem*.
[77] Por "poder anti-histórico" compreendemos as outras classes sociais que estariam tirando do proletariado o seu papel histórico de conquista da verdadeira democracia, do socialismo.
[78] *Resoluções políticas do pleno, op. cit.*, p. 51-52.

lutas particulares, organizando-as para a necessidade de lutas mais globais. Assim, a função do grupamento seria desenvolver e organizar uma consciência das massas capazes de gerar a força suficiente para que elas possam se aliar e se unir em torno do programa tático[79].

Nesse sentido, o MR-8 passa a defender uma maior penetração e a realização de trabalhos nas bases das classes consideradas revolucionárias, o que inclui o proletariado e o campesinato. Contudo, como um importante diferencial seria o papel dado à pequena-burguesia nessa conjuntura. Para o grupo, essa classe apresentaria grande potencial de oposição ao regime, indo de setores liberais que não aceitavam a ditadura por seu caráter ditatorial, até setores que possuíam uma formação e uma consciência de esquerda. Esse conjunto, mesmo não sendo homogêneo, possuía anseios e reivindicações comuns. Seria, portanto, uma função dos comunistas buscar unir o trabalho de aglutinação desse conjunto com a luta ideológica em seu seio, fazendo com que as concepções liberais não fossem capazes de dar a tônica à condução das suas movimentações. Reconhecer a necessidade e a possibilidade de aglutinar essa classe em torno das lutas comuns antiditadura seria uma das questões a serem consideradas. A outra seria perceber que o nível de consciência política desses setores se encontraria extremamente baixo, o que significaria que subestimar a luta ideológica dentro dele seria um grave erro[80].

Dessa forma, o MR-8 propôs duas táticas para a pequena-burguesia, devido às necessidades ditadas pelas dinâmicas próprias dessa classe. De um lado, estariam os setores proletarizados, que tenderiam a marchar lado a lado com a classe operária, suas reivindicações e anseios se assemelhariam àqueles do proletariado. De outro, os setores liberais (estudantes, artistas, profissionais liberais), que teriam sido neutralizados tanto pelos benefícios colhidos devido ao crescimento econômico quanto pela corrupção ideológica e a repressão, mantendo ainda contradições para com o regime ditatorial. Assim, para a organização eles já estariam cumprindo um papel importante para isolar e desgastar a ditadura. O que restaria fazer era realizar uma condução política correta, não-sectária e não-esquerdista, canalizando o potencial de força acumulado e, com isso, abrir uma frente de luta importante para conter o avanço da reação[81].

Nesse documento, portanto, o MR-8 adotou novos posicionamentos que o destacaram em relação aos outros grupos da esquerda revolucionária. Primeiramente, a sua interpretação a respeito da luta armada, que passou a ser vista como uma expressão de um voluntarismo e de um espontaneísmo das esquerdas, adotada sem senso crítico e sem levar em

[79] *Ibidem*.
[80] *Idem*, p. 57.
[81] *Ibidem*.

conta a realidade brasileira. A luta armada, ao contrário, passaria a ser uma necessidade somente após a existência de uma consciência avançada nas massas e da consolidação de uma base sólida de apoio. Em segundo lugar, a proposta de inserção nas bases dos movimentos de massa, tida como essencial para construir a consciência das classes revolucionárias, seria também a fonte do poder e a origem da luta revolucionária. Caberia às vanguardas nessa nova visão apenas a correta condução de suas lutas. Em terceiro lugar, e julgamos que este é o ponto que mais diferencia o MR-8 das outras organizações no período, está a sua proposta de participação nos movimentos democráticos. Agora, o coletivo considerava essencial que as organizações comunistas realizassem tanto os trabalhos legais e ilegais, preenchendo as lacunas permitidas pela ditadura militar. Seu objetivo com isso seria, também, ampliar a vinculação da vanguarda com as massas, ampliando a margem de expressão política das classes revolucionárias.

As *Resoluções do Pleno de 1972* foram a base sobre a qual o MR-8 sustentou a sua atuação ao longo da década de 1970. Esses novos posicionamentos abririam o caminho para que a organização participasse mais ativamente da vida política institucional do Brasil. Podemos observar essa mudança através de um relatório do SNI[82], de agosto de 1974, em que houve a constatação de que a organização não realizou nenhuma ação armada a partir de 1973. O MR-8 teve como principal atividade nesse período a publicação de seu jornal *Manifesto* e a realização de *Ativos*, que tinham o objetivo de melhorar a sua linha política. Já em 1973, com o retorno ao país de Franklin Martins, Sérgio Rubens e Norma Sá Pereira, teve início o trabalho de reestruturação da organização. Entretanto, como alega o documento, vários de seus militantes haviam sido presos por volta de abril de 1973, determinando a desarticulação desse movimento, embora as lideranças ainda continuassem em liberdade.

Sendo assim, o ano de 1973 representou um momento de grandes dificuldades para o MR-8, ao mesmo tempo que possibilitou o início de sua reestruturação. Nesse sentido, a partir do governo Geisel, em 1974, a conjuntura política e econômica brasileira traria novos desafios e mais oportunidades de ação para os grupos comunistas brasileiros. Com isso, abriam-se também as portas para novos conflitos e novos debates no MR-8 e no interior das esquerdas.

[82] SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Organizações subversivas de ideologia comunista. 31 de julho de 1974. Arquivo Nacional, Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.74077535.

2. CAPÍTULO 2: A revista *Brasil Socialista* e a consolidação da bandeira de luta pelas liberdades democráticas

Os primeiros anos da nova guinada tática do MR-8 coincidiram com o início de um momento chave da Ditadura Militar e, inegavelmente, da história nacional. Ao contrário de 1969, em que a transição da Junta Militar para o governo Médici representou disputas entre segmentos das Forças Armadas[1], a eleição de Ernesto Geisel para a presidência da república foi realizada sem maiores obstáculos. Mesmo não sendo considerado um aliado político de Médici, Geisel teve sua candidatura aceita pela alta hierarquia e pela massa dos oficiais, sem objeções às escolhas do palácio[2]. Herdando de seu antecessor um governo estável politicamente, uma economia crescendo a ritmos acelerados, e a virtual eliminação de toda a oposição armada de esquerda, o novo presidente pôde anunciar, pouco tempo após sua posse em março de 1974, seu projeto de abertura política do Brasil, a "distensão lenta, gradual e segura".

Segundo Chirio, Geisel teria sido escolhido para a sucessão de Médici não por um movimento em que a ala "castelista" das Forças Armadas teria derrotado a ala dos "duros". Pelo contrário, o general teria alcançado a presidência devido à sua reputação dentro da corporação militar: para a sua nomeação levariam em conta, além da reputação, o prestígio profissional, a personalidade do oficial, assim como seu passado político e sua posição hierárquica[3]. Sendo assim, Geisel não teria obtido um "mandato" de abertura em 1974, ele mesmo negando ter feito qualquer promessa que vá nesse sentido no período anterior à sua eleição. De acordo com a autora, ele considerava que o principal teórico e iniciador da distensão teria sido o seu chefe da Casa Civil, o general Golbery do Couto e Silva. Com isso, não considerando que o presidente teria um objetivo preciso quanto a um regime a ser construído ou mesmo que sua equipe estivesse imbuída de ideais democráticos, Chirio afirma que a distensão teria sido parcialmente improvisada, não constituindo o retorno negociado e por etapas à situação anterior ao golpe. Pelo contrário,

> A política de Geisel, na verdade, foi mais uma tentativa de "institucionalização da revolução" segundo ideais autoritários do que de democratização. Trata-se de um antigo projeto autoritário de conciliação com as reformas liberais que o general Castelo Branco já tentara implantar: a elaboração de um sistema político híbrido, securitário e elitista, tomando da democracia representativa alguns de seus elementos de legitimação, mas também de funcionamento efetivo[4].

[1] Para uma melhor compreensão do contexto da eleição do general Médici, *Cf.* Nota 13 do primeiro capítulo deste texto.
[2] CHIRIO, *op. cit.* p.167.
[3] *Idem*, p. 170-172.
[4] *Idem*, p. 172.

Assim, no início do mandato a equipe presidencial passou a refletir sobre o "sistema político ideal" fadado a perdurar, o qual concede um espaço privilegiado aos militares. Entretanto, sua elaboração evoluiria ao ritmo dos acidentes eleitorais e pressões militares, sendo, de certa maneira, improvisada[5].

Desde a sua concepção, a questão da distensão foi amplamente discutida nos meios acadêmicos e políticos, buscando entender suas motivações e seus objetivos. Trazendo um histórico do debate teórico mais amplo sobre a abertura política e a descompressão de regimes autoritários, Velasco e Cruz nos mostra como a ciência política pensava as causas desse movimento[6]. De acordo com o autor, haveria duas hipóteses principais a respeito da transição brasileira: a primeira, que associava diretamente a mudança política a variações no estado da economia; e uma segunda, que explicaria a liberalização como uma crise de legitimidade do regime[7].

Essa primeira hipótese consideraria que essa "crise" afetaria o regime por dois efeitos políticos significativos: penalizando as classes médias, as empurrando para a oposição; e provocando a ruptura da aliança grã-burguesa que sustinha o regime. Entretanto, essa hipótese não poderia ser considerada, pois a opção pela política liberalizante precederia de muito o reconhecimento de que a economia brasileira estava ingressando numa fase de crise. Com isso, Velasco e Cruz argumenta que a resposta a uma situação como essa poderia ser a oposta, compensando a carência de apoio com a intensificação da repressão política[8].

Já a segunda hipótese, mais bem apresentada por Bolivar Lamounier[9] e que explica a liberalização como uma crise de legitimidade, considera que a legitimidade pode ser dirigida a três objetos distintos: o governo, o regime e a comunidade política. No Brasil, haveria uma gradual e segura erosão da legitimidade no nível do regime. Em um primeiro momento, o regime havia adquirido legitimidade ao se posicionar na luta contra a subversão e a corrupção; depois disso, ela seria calcada no crescimento econômico, na ideologia da eficiência e no ufanismo. Dessa forma, seria compreensível que, esgotadas as condições que haviam

---

[5] *Idem*, p. 173.
[6] VELASCO E CRUZ, Sebastião Carlos. *Empresariado e Estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*. Campinas: Editora da UNICAMP: São Paulo: FAPESP, 1995.
[7] *Idem*, p. 12-13.
[8] *Ibidem*.
[9] LAMOUNIER, Bolivar. O discurso e o processo (da distensão às opções do regime brasileiro). *In:* HATTNER, Henrique (org.) *Brasil 1990*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, p. 88-120, *apud* VELASCO E CRUZ, *op. cit*., p. 13-14.

favorecido o ciclo ufanista, a busca da legitimidade fosse identificada com os anseios, antes reprimidos, da normalização institucional[10].

Contudo, Velasco e Cruz também rejeita essa explicação para a distensão. Para ele, a legitimidade não se reduz ao consentimento ditado pela conformidade com as normas e valores que justificam o regime político. Essa assertiva de que a legitimidade seria uma condição necessária à reprodução de uma ordem política dificilmente poderia ser sustentada. Assim, mesmo admitindo como verdadeira a ideia da legitimidade como requisito para a estabilidade, somos forçados a convir de que regimes podem ser mais ou menos legítimos. Para que se possa falar com propriedade em uma crise de legitimidade seria preciso contar com evidências de que o apoio difuso estaria reduzido ou se encontraria em perigoso declínio[11].

Para Velasco e Cruz, portanto, o que chamaria a atenção no caso brasileiro é que, ao contrário do ocorrido em outros países autoritários como a Espanha, a Grécia ou a Argentina, a liberalização não foi precedida de nenhuma indicação clara nesse sentido[12]. De acordo com o autor, no Brasil ela teria um nítido caráter antecipatório, o que teria sido constatado por Lamounier:

> (...) definindo seu próprio papel como autor e condutor do projeto de normalização é que o governo teria as melhores chances de se *preservar* legítimo. A revalorização do processo eleitoral, dos partidos e do poder legislativo adquire... um sentido bem claro: é a *utilização, pelo regime, de uma válvula de escape* cuidadosamente preservada para a eventualidade da erosão[13].

Em suma, a distensão iniciada pelo presidente Ernesto Geisel, longe de ter sido provocada por fatores econômicos ou políticos imediatos seria, ao contrário, pensada como uma forma de retornar o país à normalidade institucional. Entretanto, como afirmado por Mathias, "não fazia parte dos objetivos das elites identificadas com o regime autoritário transformá-lo, mas sim alcançar uma institucionalização capaz de tornar este regime (...) infinito no tempo". Ou seja, o que o projeto da distensão almejaria seria, portanto, uma descompressão do regime que descomprometesse os militares com a repressão, sendo que, como sua meta final, estava o estabelecimento de uma "democracia tutelar": uma organização formalmente democrática e que manteria a capacidade de intervenção política por parte dos militares[14].

É importante também termos em vista que o processo da distensão não ocorreu sem disputas, seja no âmbito das oposições à esquerda ou no MDB ou mesmo no próprio bloco do poder. Se as oposições não concordavam com a distensão por ser um movimento vindo de cima

---

[10] VELASCO E CRUZ, *op. cit.*, p. 13-14.
[11] *Idem*, p. 14-15.
[12] *Idem*, p. 15.
[13] LAMOUNIER, *op. cit.*, p. 102, *apud* VELASCO E CRUZ, *op. cit.*, p. 15.
[14] MATHIAS, Suzeley Kalil. *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. Campinas: Papirus, 1995, p. 39.

e altamente restritivo politicamente, setores das Forças Armadas e da burguesia teriam discordâncias pelos mais variados motivos. O mais significativo deles é que, justamente, a distensão representava uma mudança no caráter do regime. Vejamos brevemente como se apresentavam essas resistências.

Uma primeira e significativa oposição vinha das próprias Forças Armadas, principalmente daqueles oficiais diretamente ligados ao combate à subversão. Para Maud Chirio, Geisel fez da luta contra os excessos e indisciplinas dos órgãos de repressão da ditadura um dos principais elementos da descompressão autoritária. O presidente teria buscado colocar um freio no "furor repressivo" e na autonomia dos órgãos de segurança (embora, como a autora afirma, ele não se opusesse aos assassinatos e à tortura). Seria, portanto, um processo de restabelecimento da disciplina militar e da autoridade do Estado, mais do que um sinal de liberalização do regime. A hostilidade dos oficiais envolvidos na repressão manifestada a partir de 1975 corresponderia, assim, a uma lógica de preservação da própria independência operacional, em que não se trataria apenas de uma resistência a uma mudança de regime, mas de uma tentativa de continuar a "guerra particular" que esses órgãos de segurança travavam desde o final dos anos 1960[15].

Um outro grupo que também se mostrou contrário ao projeto da distensão foi o empresariado. Velasco e Cruz nos mostra que, em um primeiro momento, parte dos produtores de bens de capital passaram a se mobilizar contra a política econômica do governo Geisel, reunindo-se em torno da "Campanha contra a estatização". Contudo, sua atuação não se limitou apenas ao protesto na área econômica. A partir do final de 1976, como o autor aponta, a fala dos empresários passou a se politizar e alguns deles passaram também a reclamar a volta ao estado de direito e o restabelecimento das franquias democráticas[16]. Antes dessa data, entretanto, os empresários não costumavam se expressar politicamente sobre os rumos da distensão. Para Velasco e Cruz, esse silêncio representaria na realidade uma "surda resistência"[17]. Haveria, portanto, discordâncias com os rumos da abertura, no que o empresariado desejava a manutenção da segurança política trazida pelo autoritarismo ao passo em que, principalmente no plano econômico, almejava-se uma maior participação nos centros decisórios. Sua ida para o campo defensor da democratização se deveu mais aos desdobramentos dos desenvolvimentos políticos dos anos finais do governo Geisel do que um movimento determinado e planejado de oposição.

---

[15] CHIRIO, *op. cit.*, p. 176.
[16] VELASCO E CRUZ, *op. cit.*, p. 207.
[17] *Idem*, p. 217.

As questões da institucionalização do regime e da distensão foram muito debatidas pelo MR-8 nesses primeiros anos de seu novo posicionamento, devido principalmente pela emergência do assunto e a necessidade de propor um contraponto a esse movimento. A partir da leitura de seus artigos publicados na revista *Brasil Socialista* veremos ao longo do capítulo como o grupamento pensava e se organizava para combater esse processo. Analisaremos suas posições a respeito dos resultados eleitorais de 1974, os sentidos da abertura para o grupo e, principalmente, de que maneira, para o MR-8, os grupos comunistas deveriam passar a atuar na cena política.

2.1. A organização da resistência dos trabalhadores

Após a realização de seu *pleno* em dezembro de 1972, os membros do MR-8 passaram por um delicado momento enquanto estavam exilados no Chile. O país vivia uma efervescência social, vendo a ampla mobilização dos trabalhadores das cidades e do campo e, ao mesmo tempo, um crescimento das ações da reação. O governo chileno eleito em 1970, capitaneado pela coalizão de esquerda reunida na Unidade Popular, buscava realizar diversas reformas – como a reforma agrária, a nacionalização da economia, acabar com o domínio dos latifúndios etc. – sem sair dos limites constitucionais. Contudo, as contradições de sua implementação, assim como discordâncias internas entre os partidos que compunham a Unidade Popular, a situação econômica e, não menos importante, os embargos e o financiamento da oposição por parte dos Estados Unidos, fizeram com que seu projeto de implementação do socialismo pela via institucional fosse inviabilizado. Sendo assim, embora o clima político fosse receptivo e propiciasse uma liberdade de atuação das esquerdas que não havia no Brasil, isso seria temporário. A partir de setembro de 1973, com a deposição de Salvador Allende e o golpe militar chileno, a situação das organizações comunistas no país, principalmente as que lá se exilavam, tornou-se precária e insustentável[18]. Com isso, os militantes do MR-8 se viram obrigados a ir novamente para o exílio, transferindo a maior parte dos quadros que se encontravam no Chile para a França.

Nesse país o MR-8 começou a se articular com outras organizações brasileiras e latino-americanas exiladas, como a Ação Popular Marxista Leninista (APML), a Política

[18] Uma análise mais detalhada sobre a situação política e econômica chilena durante o governo de Salvador Allende (1970-1973) pode ser observada em: ANGELL, Alan. Chile, 1958-c. 1990. *In:* BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: Volume IX – A América latina após 1930: México, América Central, Caribe e Repúblicas Andinas.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015, p. 884-905.

Operária (PO) e o Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) chileno e, a partir de 1975, passaram a editar a revista *Brasil Socialista*. É importante ressaltar que, enquanto o primeiro número tenha sido publicado em abril de 1975, seus artigos têm como principal ponto de análise a conjuntura do final de 1973 e do início de 1974. Portanto, suas observações e interpretações ainda não levavam em conta o processo de distensão do governo Ernesto Geisel, iniciado publicamente a partir de agosto de 1974. Sendo assim, muitas das observações feitas nesse número inicial não têm como horizonte uma liberalização política, como veremos posteriormente.

De acordo com seu editorial, essa publicação tinha como objetivo estar "a serviço da construção e do aprofundamento da linha política da tendência proletária da esquerda brasileira[19]", defendendo uma atuação centralizada nas bases de trabalhadores fabris, que seriam a força principal e dirigente da revolução socialista, buscando assim uma política que representasse os seus interesses. Por isso, a revista era considerada um instrumento apoiado na teoria e na prática das organizações políticas que lutavam para construir uma alternativa revolucionária para a classe operária e o povo, tendo como perspectiva alcançar um Brasil socialista sob a participação e o direcionamento das "lutas reais" dos trabalhadores contra a ditadura militar e a superexploração. Seria necessário, portanto, radicalizar a aproximação entre as organizações de tendência proletária, gerando uma base político-ideológica comum e gerando os meios de ação unitários[20].

O texto também aponta que, na conjuntura da segunda metade dos anos 1970, seria necessário organizar a resistência dos trabalhadores contra a ditadura militar. Isso se devia à correlação de forças entre as classes dominantes e o proletariado, assim como ao baixo nível organizacional das massas. O objetivo dos comunistas seria realizar um trabalho de "esclarecimento", educando os trabalhadores sobre a sua necessidade de resistir ao regime, defendendo seus interesses considerados mais vitais e que eles não cedessem sem lutar. Isso faria com que as massas, com base em seus combates reais, recuperassem a confiança em suas forças e reconhecessem seus inimigos, iniciando um processo de acumulação de forças que as permitiria passar à ofensiva. Assim, o periódico julgava que a organização e a violência dos trabalhadores seriam decisivas para a derrubada da ditadura, não sendo objetivos afastados dos objetivos socialistas da revolução brasileira. Pelo contrário, eles contribuiriam para forjar as forças sociais capazes de conduzir a sociedade até ela[21].

---

[19] Editorial. *Brasil Socialista*. Ano I, nº 1, janeiro de 1975, p. 1.
[20] *Ibidem*.
[21] *Idem*, p. 1-3.

No mesmo número da revista *Brasil Socialista* o MR-8 publicou um artigo que melhor define a sua atuação com relação a essa base proletária apontada no editorial. O texto "Nossas tarefas atuais no movimento operário[22]", escrito em janeiro de 1974, apresentava os fundamentos políticos da organização, assim como deveria ser feito o trabalho com o operariado, tendo em vista a realização dos objetivos já levantados anteriormente.

Em primeiro lugar, o artigo busca, resumidamente, esclarecer os princípios básicos definidos no *Pleno* de dezembro de 1972. A princípio, seria imprescindível considerar que o Brasil fosse um país capitalista, sendo o Estado brasileiro um instrumento de dominação das classes dominantes. Por isso, somente por meio das transformações revolucionárias de caráter socialista é que seria possível superar a crise da sociedade brasileira. A hegemonia e a direção desse movimento seria, como observado antes, do proletariado, uma vez que ele seria a única classe realmente interessada em atingir os objetivos mais avançados da revolução. Já o campesinato e a pequena-burguesia empobrecida eram consideradas aliadas da classe operária, desde que suas ações políticas fossem por ela dirigidas. Por fim, o MR-8 não descartava o papel da violência revolucionária, considerando que somente ela seria capaz de derrubar as classes dominantes. Tudo isso necessitaria, enfim, de um partido construído em torno do programa e de uma estratégia socialista, que garantiria a hegemonia do proletariado e levaria ao sucesso da revolução[23].

A questão da construção partidária é frequente na documentação da organização no período abordado neste trabalho. Nesse artigo de 1974, o MR-8 apresenta sua explicação para a necessidade da fundação de um partido proletário e como ela seria realizada. Reiterando novamente as análises do *Pleno* de 1972, o documento afirmava que a esquerda revolucionária se enveredou pelo esquerdismo, negando superficialmente o reformismo e não teria conseguido adotar uma linha política correta e ligada às massas. No lugar de organizar a resistência dos trabalhadores o que esses grupos teriam feito era substituí-la pela resistência armada direta. Os resultados disso foram que, por um lado, as esquerdas acabaram sendo aniquiladas pela repressão e, por outro, as massas de trabalhadores teriam ficado abandonadas. E essa seria a situação ainda corrente à época, em que não haveria uma vanguarda política organizada que unificasse e dirigisse a sua atividade[24].

---

[22] MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO. Nossas tarefas atuais no movimento operário. *Brasil Socialista*. Ano I, nº 1, janeiro de 1975, p. 15-34.
[23] *Idem*, p. 15-16.
[24] *Idem*, p. 16-17.

Essa crise só seria superada com a construção do Partido. Para tanto, seria necessário o estabelecimento de três pilares para sua realização. O primeiro seria a gestação de um programa socialista que respondesse aos problemas da Revolução Brasileira, sem o qual a prática dos comunistas iria se tornar espontânea e dispersa, enquanto o proletariado nunca romperia com os marcos das lutas meramente econômicas. Em segundo lugar, seria a união da "tendência proletária" numa força política organizada, que debateria aberta e profundamente as divergências existentes, criando a unidade teórica e prática. E, por fim, seria essencial a penetração e a construção de bases partidárias no seio do proletariado e das demais classes revolucionárias[25].

Esse último ponto era considerado o mais importante naquele momento imediato. O trabalho de penetração no proletariado deveria ter como objetivo não somente uma concepção administrativa, mas precisaria ser orientado no sentido da coordenação da resistência dos trabalhadores. Isso aconteceria pois, sem um movimento da base do proletariado, não seria possível realizar as concepções revolucionárias da vanguarda política. Ou seja, o MR-8 defendia que fosse aplicada uma inserção na classe operária que estivesse orientada pela tática de resistência, formando uma linha de trabalho de massas que aumentasse a influência de suas posições sobre essa classe. Portanto, esse movimento só teria sucesso caso a tática conseguisse responder aos problemas da luta do proletariado e caso suas respostas provassem serem corretas na prática. Além disso, seria fundamental também a formação das bases partidárias entre os trabalhadores. O princípio dessas bases deveria ocorrer, dessa forma, a partir dos indivíduos considerados mais conscientes e mais ativos entre eles, para que se constituíssem em um destacamento de vanguarda[26].

Sendo assim, a organização buscava concentrar os seus esforços em algumas áreas, consideradas como as mais importantes para o operariado, para tornar mais efetivo o seu trabalho de politização. Em primeiro lugar, deveria existir uma ênfase às grandes concentrações industriais, em que haveria uma maior e mais rápida disseminação do movimento operário. Em segundo lugar, o foco deveria ser nas grandes empresas, uma vez que nelas haveria um maior agrupamento de trabalhadores e as suas contradições seriam mais nítidas. Terceiro, um setor considerado estratégico era o metalúrgico, devido à questão numérica e à sua tradição de luta. No mesmo sentido, o setor químico e o têxtil também seria considerado importante. Contudo, o texto adverte, o foco nesses setores não excluiria a importância das outras categoriais

[25] *Idem*, p. 17.
[26] *Idem*, p. 17-19.

industriais, sendo essa apenas uma hierarquização dos esforços. Por fim, a principal parcela que deveria ser aproximada seria a dos operários especializados e semiespecializados. Esses trabalhadores teriam maior capacidade de luta e de organização, além de ter maior peso no processo de produção e estabilidade na empresa, o que garantiria um maior poder de barganha. Nessa fração é que se situariam as camadas mais cultas da classe operária, que seriam mais sensíveis e preocupadas com as questões políticas[27].

Dito isso, o grupamento buscou realizar um panorama da situação da classe operária no Brasil durante a ditadura. O operariado estava sendo submetido a uma pesada "superexploração": todos os trabalhadores seriam explorados; contudo, essa exploração poderia ser mais ou menos intensa de acordo com a capacidade dos trabalhadores de resistirem às ambições dos patrões. Dessa forma, o regime teria conseguido, no pós-1964, impedir a resistência dos trabalhadores e passado a impor condições de vida e de trabalho cada vez piores. Isso seria atestado pela ocorrência do arrocho salarial e do aumento de preços, que forçavam os trabalhadores a complementar sua renda com cada vez mais horas-extra e pela necessidade de mais membros da família se verem obrigados a vender sua força de trabalho. Esse seria o resultado do "milagre brasileiro" da ditadura[28].

Por outro lado, o aparelho sindical, jurídico e policial também seria uma arma do regime militar para controlar os trabalhadores e garantir a superexploração. Com a atuação dos serviços de informação e repressão dentro das fábricas, assim como pelo controle dos sindicatos por parte do Ministério do Trabalho, as lideranças operárias passaram a ser perseguidas, presas, torturadas e mortas, forçadas a viver na clandestinidade ou no exílio. Dessa maneira, o imenso aparato jurídico e policial teria o objetivo de atomizar a classe operária, evitando que ela cumprisse seu papel histórico como a dirigente da Revolução Brasileira[29].

O proletariado passou a ter um crescente descontentamento devido a essa situação. Entretanto, a imensa maioria não conseguiu entender as raízes desse problema e não detectou claramente quem teriam sido os verdadeiros responsáveis por ele. Assim, suas frustrações passaram a serem dirigidas a fatores desencontrados e secundários, não se transformando em vontade e ações coletivas. Nesse momento, o movimento operário estaria marcado pela baixa mobilização, em que geralmente não ultrapassava uma fábrica isolada, sendo principalmente direcionada contra os abusos patronais mais gritantes. Haveria, portanto, uma profunda debilidade organizativa. O proletariado não possuiria qualquer estrutura de organização

[27] *Idem*, p. 19-20.
[28] *Idem*, p. 20-21.
[29] *Idem*, p. 21-22.

independente que fugisse do controle da burguesia. Estaria, assim, visível a falta de uma direção política revolucionária no movimento operário que compreendesse cientificamente a realidade, possuísse uma força política necessária para a difusão de suas orientações e de influenciar decisivamente os seus rumos[30].

No entanto, o MR-8 identificou que o movimento operário passou a ter uma leve reanimação a partir de 1973. A persistência da superexploração, assim como o aumento do custo de vida e a falta de mão-de-obra influenciaram nisso, o que por sua vez aumentou o poder de barganha e a capacidade de resistência dos operários. O fracasso do militarismo enquanto tática para as esquerdas também contribuiu para que muitos militantes retomasses seus postos na luta pela construção de um movimento operário independente. Dessa forma, seu crescimento poderia ser identificado a partir de alguns sinais. Primeiro, o aumento das manifestações nas fábricas. Em segundo lugar, haveria uma maior procura de entidades legais de classe (os sindicatos e as pastorais). E, finalmente, haveria um fortalecimento das oposições sindicais. Com isso, essas características indicavam que os operários estariam testando o terreno de luta e estavam tratando de acumular forças, antes de poderem passar às ações mais rigorosas e ostensivas[31].

Seria, portanto, nesse momento que entraria a tática de organizar a resistência dos trabalhadores, já abordada anteriormente. Ela provocaria o isolamento da ditadura militar, minando suas bases de sustentação. Desse modo, a atividade permanente dos comunistas no interior da classe operária consistiria em se unir estreitamente com ela, dirigindo suas lutas, mobilizando-a, organizando-a para, assim, elevar sua consciência[32].

Entretanto, o grupamento argumenta, que naquelas condições do início do ano de 1974 o proletariado não teria condições de abrir uma luta direta pelo poder. O que deveria ser feito seria travar uma luta de caráter defensivo e de acumulação de forças, enfraquecendo a dominação de classe, abalando a ditadura e criando as condições para a sua derrubada. Os comunistas deveriam se ligar às manifestações operárias, dirigindo-as contra o regime, transformando os movimentos espontâneos em uma resistência ativa, direcionada e unificada. Seria, assim, essencial dar condições para o proletariado entrar na arena política como uma força independente, provocando o enfraquecimento da ditadura e assumindo seu papel de vanguarda em sua derrubada[33].

---

[30] *Idem*, p. 22.
[31] *Idem*, p. 23-24.
[32] *Idem*, p. 25.
[33] *Idem*, p. 25-26.

O MR-8 não descartava a necessidade da realização de um trabalho no interior dos sindicatos oficiais atrelados ao Ministério do Trabalho. Apesar de constatar que os sindicatos no pós-1964 seriam controlados pelos pelegos, ainda assim seriam de grande ajuda devido ao grande número de operários que eles representariam, além de sua herança em experiências anteriores de luta. Dessa forma, o objetivo dos comunistas no interior desses sindicatos deveria ser o de contribuir para que a classe operária criasse uma consciência a favor de um sindicalismo livre e independente. Isso também colaboraria para a redução da influência dos pelegos dentro do operariado. A formação de oposições sindicais, dessa maneira, constituiria um importante instrumento de luta, para tanto disputar esses sindicatos atrelados como para realizar um trabalho de organização do proletariado em torno de pautas classistas e combativas[34].

Desse modo, esse texto nos mostra um posicionamento do MR-8 que, ao contrário do período da luta armada, coloca o proletariado como o centro das atenções das ações políticas. Na prática, não se tratava mais de levar os trabalhadores à rebelião aberta pelo exemplo da vanguarda armada. Agora, para a organização, a mobilização operária é que ditaria o ritmo e os rumos da revolução brasileira:

> Nosso objetivo tático no trabalho de massas nas fábricas está em mobilizar, unir e organizar os operários para a resistência à ditadura militar e à superexploração, partindo de suas lutas mais vitais no campo econômico e político. Nossa missão não é "inventar" ou "tirar da cartola" um novo movimento operário. Nossa missão é ligar-nos ao movimento operário existente e trabalhar no seu interior, lutando para transformá-lo. É ligar-nos às lutas reais da classe operária, por mais fragmentadas, parciais e reduzidas que sejam, trabalhando incansavelmente para uni-las, organizá-las e direcioná-las[35].

Assim, tendo em vista um movimento de base, podemos ter uma ideia de como a organização passou a priorizar seu trabalho junto ao proletariado. Por meio de seu novo periódico clandestino chamado *Unidade Proletária*[36], lançado em julho de 1975 e voltado justamente para o público operário, o MR-8 passou a noticiar as greves e mobilizações que ocorriam pelo país, assim como notícias sobre política nacional sem o crivo da censura. Esse jornal também seria importante para a divulgação de suas posições políticas, que examinaremos com mais atenção posteriormente. Dessa maneira, o trabalho com o operariado seria consolidado como mais uma das frentes de atuação preferenciais do MR-8. Veremos adiante como as eleições de 1974 foram analisadas e como as esquerdas revolucionárias deveriam agir, de acordo com o grupamento, diante desses resultados.

---

[34] *Idem*, p. 30-31.
[35] *Idem*, p. 28-29.
[36] *Unidade Proletária*. Nºs 1-6, 8-29, 31 e Edição Especial, 1975-1979.

2.2. As eleições de 1974, a institucionalização e as liberdades democráticas

Como parte do processo de abertura política proposto por Geisel estava a decisão de permitir que as eleições de novembro de 1974, para o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas estaduais, fossem realizadas em um clima relativamente livre. Apesar da continuidade da imposição do bipartidarismo, vetando outras agremiações de oposição, e de ameaças de cassações a parlamentares eleitos, seus candidatos puderam realizar suas campanhas abertamente por meio do rádio e da televisão. Aproveitando-se dessa relativa liberdade de expressão na mídia, o MDB utilizou o espaço para atuar, pela primeira vez desde sua criação em 1966, como um verdadeiro partido de oposição. Devido a isso, o partido recebeu nesse pleito cerca de 50% dos votos totais, principalmente nos estados mais populosos do país, elegendo seus candidatos para dezesseis das 22 vagas para o Senado, ao passo que a ARENA recebeu apenas 35% dos votos. Essas eleições foram consideradas o primeiro teste de popularidade do regime militar desde 1964. Apesar de continuar controlando a maioria de ambas as casas do Congresso, o governo sofrera, sob todos os aspectos, uma derrota[37].

Sendo assim, enquanto o primeiro número da revista *Brasil Socialista* teve como objetivo melhor estabelecer o que as organizações que a compunham defendiam quanto ao trabalho de massas, o segundo buscava analisar mais detidamente o processo eleitoral de novembro de 1974. Em seu editorial, o órgão argumentava que essas eleições teriam sido o sintoma de uma nova situação política que estaria surgindo no país. Haveria o aparecimento de contradições entre a própria burguesia, que causaria o enfraquecimento da ditadura, assim como a passagem à oposição por parte de novos setores sociais, a generalização do descontentamento operário e popular e, finalmente, a reanimação do movimento de massas. Para a revista, a crise econômica despertou disputas no bloco dominante, o que forçou a busca por um novo ponto de equilíbrio e de consenso em seu interior. Já a pequena-burguesia proprietária, assim como os setores dessa classe de altos-salários, começaram a se opor ao governo, insatisfeitos com a desaceleração da economia. Isso os atraiu a uma atuação sob as bandeiras democráticas. Da mesma maneira, a votação recebida pelo MDB nos bairros pobres em 1974 seria um sintoma da generalização do descontentamento[38].

---

[37] BETHELL, Leslie, CASTRO, Celso. A política no Brasil sob o Regime Militar, 1964-1985. *In:* BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: Volume X – A América latina após 1930: Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018, p. 505-506.
[38] Editorial. *Brasil Socialista*. Ano I, nº 2, abril de 1975, p. 1-2.

O editorial então argumentava que esses movimentos apontariam para a formação de um quadro mais favorável para as lutas da classe operária e do povo, no sentido de uma ampliação da resistência à ditadura militar e para a reconstrução da esquerda revolucionária em torno de uma perspectiva proletária. Isso marcaria, assim, uma tendência a uma nova conjuntura marcada pela radicalização da luta de classes. Entretanto, a revista alertava, que essa conjuntura ainda não estaria definida: as classes sociais estariam se reagrupando, ao mesmo tempo em que a iniciativa política estaria concentrada nas mãos da grande burguesia e o descontentamento com a ditadura estaria canalizado na média burguesia. Com isso, a burguesia industrial e financeira buscava formar um novo modelo político capaz de unir novamente o bloco dominante em torno de si. Daí a necessidade de um processo de institucionalização do regime, com base em um movimento de "descompressão gradual". Não havia nele, para o órgão, um objetivo de retirar os militares da cena política, ou até mesmo de instaurar uma democracia liberal clássica. Pelo contrário, a institucionalização buscada pressupunha que os altos mandos das Forças Armadas continuassem cumprindo seu papel de espinha dorsal da dominação burguesa. Sua função, assim, seria criar canais políticos para as diferentes frações das classes dominantes, ao mesmo tempo em que garantiria a hegemonia do grande capital no bloco do poder[39].

Por outro lado, a bandeira da "redemocratização", que para a revista representava um retorno à constituição de 1946, voltou a ser acenada. Entretanto, ela não teria o apoio nem do grande capital, e nem da média burguesia, representada pelo MDB. A maioria moderada desse partido não seria "revanchista", mas considerava que a "Revolução de 1964" seria um fato irreversível. Sendo assim, a bandeira da "redemocratização" estaria ganhando apoio entre a pequena-burguesia democrática. Esse projeto representaria os anseios democráticos dessas camadas e, ao mesmo tempo, também sua impotência para conduzir radicalmente a luta contra a ditadura[40].

Dessa forma, para a revista *Brasil Socialista*, não interessaria ao proletariado e aos seus aliados a institucionalização da ditadura. Seria necessário evitar a rearticulação do bloco dominante. Ao mesmo tempo, não interessaria limitar as lutas pelas liberdades democráticas à "redemocratização". Seu interesse estaria em vincular essas lutas com o combate pela derrubada da ditadura militar e a liquidação de suas bases de sustentação. Sendo assim, o trabalho das esquerdas revolucionárias seria tirar do centro da oposição a média burguesia e sua política

[39] *Idem*, p. 2.
[40] *Idem*, p. 2-3.

moderada. Também deveria atrair a pequena-burguesia democrática, levando-a a ultrapassar os limites do projeto de "redemocratização". Por fim, deveria unir o conjunto das massas trabalhadoras em torno da classe operária, ampliando e organizando sua resistência, lutando pelas liberdades democráticas e em defesa de seu nível de vida. Para isso, seria necessário combater o reformismo, considerado dependente das frações burguesas e opositoras à organização independente do movimento operário e popular, que não acreditaria que a derrubada da ditadura seria uma solução preliminar e provisória no caminho da Revolução Socialista[41].

A análise das eleições de novembro de 1974 realizada pela revista é importante para compreendermos os sentidos dessa proposta de luta pelas liberdades democráticas. O artigo "Eleições: o voto e suas representações[42]", escrito por Fábio de Almeida[43] e datado de fevereiro de 1975, argumentava que a votação recebida pelo MDB deve ser analisada sob dois aspectos centrais: o primeiro sendo quais as classes e os setores que votaram no partido e, o segundo, porque elas se comportaram de modo diferente de 1970 e votaram nele[44].

A partir dos resultados eleitorais e, principalmente, dos dados mais detalhados sobre as votações nos diferentes bairros, o autor apresentou as preferências partidárias de cada classe social. A classe operária e seus aliados estratégicos votaram maciçamente no MDB, sendo essa votação mais expressiva nos bairros e cidades operárias da Grande São Paulo e na Grande Rio de Janeiro. Por outro lado, a pequena-burguesia proprietária e as camadas altas da pequena-burguesia assalariada teriam dividido seus votos entre a Arena e o MDB, concentrando-se principalmente neste último. Já as camadas intelectuais da pequena-burguesia votaram majoritariamente nos candidatos autênticos do MDB, embora uma boa parcela tenha optado pelo voto nulo. A média burguesia urbana, descontente com a política da ditadura de favorecimento dos monopólios e do capital estrangeiro, também apoiou majoritariamente o MDB. Finalmente, na grande burguesia, setores descontentes votaram no MDB para o senado ao mesmo tempo que votaram na ARENA para a Câmara. Devido à dificuldade na obtenção dos dados e ao "caciquismo", foi mais difícil para o autor analisar o comportamento eleitoral nas áreas rurais. Entretanto, o proletariado agrícola, mais independente em relação ao coronelismo, convergiu seus votos fundamentalmente para o MDB, enquanto a pequena e média burguesia rural votou no MDB contra a política da ditadura para o campo. Ou seja, o

---

[41] *Idem*, p. 3.
[42] ALMEIDA, Fábio. Eleições: o voto e suas repercussões. *Brasil Socialista*. Ano I, nº 2, abril de 1975, p. 5-17.
[43] O nome "Fábio de Almeida", muito provavelmente, trata-se de um codinome. Infelizmente não possuímos a informação a respeito de sua identidade.
[44] ALMEIDA. Eleições..., *op. cit.*, p. 5.

partido venceu as eleições onde predominava a pequena propriedade agrícola. Por fim, o autor atesta que a vitória do MDB foi confirmada em alguns locais da região Nordeste que nem mesmo possuíam um diretório partidário[45].

O autor considera que essa votação maciça no MDB se expressou como uma forma de protesto de diversas classes e setores de classe, particularmente dos trabalhadores, contra a ditadura militar e sua política de superexploração e opressão. Grandes parcelas dos votos foram conquistadas por novas ou velhas reedições do que o autor chamou de "populismo tradicional", ao passo que outra grande parcela foi dada à legenda, representando um descontentamento da pequena-burguesia e, em menor medida, do proletariado, mas sem identificação ideológica com nenhuma corrente do MDB. Contudo, nos principais centros urbanos os votos foram canalizados pelos candidatos "autênticos", que expressavam os votos dos setores mais avançados do proletariado e dos setores radicalizados da pequena-burguesia democrática. Vendo a ditadura como uma inimiga, seus votos nesses candidatos seriam sua forma de se manifestarem e de expressarem também seu protesto[46].

Sendo assim, o pano de fundo para a votação no MDB seria a insatisfação generalizada com a ditadura militar. Em 1970, a ala radicalizada do partido estava esvaziada, o que colaborou para o grande número de votos brancos. Somente após 1974 essa ala seria restaurada, com o movimento dos "autênticos". Apesar da baixa influência da esquerda revolucionária, alguns de seus setores participaram apoiando seus candidatos, tendo como base a defesa de uma plataforma de lutas democráticas e a denúncia do que seria a farsa eleitoral[47]. Dessa forma, a atuação dos autênticos, para o autor,

> (...) valendo-se de um momento político mais favorável com o acirramento das contradições no seio das classes dominantes e o crescente descontentamento popular com relação ao regime, realizando uma campanha baseada na defesa de uma plataforma mínima democrática e nacional e de luta por melhores condições de vida e de trabalho para a classe operária, conseguiu sensibilizar e atrair setores da pequena-burguesia urbana e da classe operária. Esses candidatos deram a tônica da campanha emedebista nos centros urbanos, arrastando os setores "moderados" e fazendo com que muitos desses "radicalizassem" suas posições no decurso da campanha, como é o caso de [Paulo] Brossard, [Orestes] Quércia, Saturnino Braga[48].

Uma questão importante levantada nesse texto é sobre a relação entre essas eleições e o processo de institucionalização da ditadura militar. Para o autor, a grande maioria dos setores da burguesia e das Forças Armadas estaria convicta de sua necessidade. Como os principais motivos, ele enumera: a criação de canais mais eficientes para a resolução das

---

[45] *Idem*, p. 6-7.
[46] *Idem*, p. 10.
[47] *Idem*, p. 11.
[48] *Idem*, p. 12.

contradições da burguesia; evitar uma excessiva concentração de poder nas mãos dos militares; melhorar a imagem externa do país; a criação de canais de oposição controlada; e, por fim, a neutralização de determinados setores da oposição, como a Igreja Católica e os intelectuais[49].

O autor considerava que Geisel teria sido escolhido para a presidência com a tarefa central de institucionalizar o regime, ainda que o seu significado fosse distinto para cada setor da burguesia. Para uns, seria o retorno à Constituição de 1967, outorgada por Castelo Branco em sua tentativa de institucionalizar o regime. Para outros, tratava-se da criação de um novo tipo de "democracia", que traria a necessidade de o Estado manter instrumentos de defesa contra a subversão. Dessa forma, a discussão estaria restrita aos limites estabelecidos, que seriam a defesa do golpe de 1964, dos pilares básicas da política econômica da ditadura e de seu sistema social e político de repressão e opressão das massas trabalhadoras. Qualquer pronunciamento que fugisse desses marcos seria tachado de "revanchista"[50].

Com isso, não se trataria de redemocratizar o país, mas sim institucionalizar o regime de exceção. Para o autor, todas as articulações no seio das classes dominantes em torno de diferentes "modelos" políticos buscariam influenciar e conquistar posições junto a Geisel e seus homens de confiança. Além disso, dado o resultado das eleições e o desempenho da ARENA, estaria também em jogo a necessidade da reconstrução desse partido. Seria por meio dessas questões que estariam sendo reveladas as contradições no interior da burguesia. Elas só estariam sob controle devido às condições do movimento de massas, uma vez que o futuro agravamento dessas contradições era uma tendência. Portanto, o resultado eleitoral apareceria nessa conjuntura como um fator a mais nesse processo[51].

Entretanto, o texto afirma, ao mesmo tempo em que o regime dizia estar aberto ao diálogo com a oposição, em janeiro de 1975 foi lançada uma ofensiva contra a direção do PCB[52]. Os objetivos desse movimento seriam contestar a linha dura, que estava inquieta com os excessos do processo eleitoral, mostrando que os limites para a oposição estariam confinados ao MDB, e um aviso aos autênticos de que a ditadura não toleraria guinadas mais à esquerda.

---

[49] *Idem*, p. 13.
[50] *Idem*, p. 13-14.
[51] *Idem*, p. 14.
[52] De acordo com Chirio, após a derrota dos grupamentos dedicados à luta armada, os órgãos de segurança se voltaram a atacar o PCB, considerado um dos culpados pela subversão que deu origem aos resultados das eleições de 1974 e que até então atuava na clandestinidade no interior do MDB. Em janeiro de 1975, essa ofensiva teria sido formalizada com o desmantelamento da tipografia do jornal *Voz Operária*, órgão oficial do partido. Essa ofensiva contra o PCB culminaria, finalmente, na morte de Vladimir Herzog, em outubro de 1975, e de Manoel Fiel Filho, em janeiro de 1976, ambos nas dependências do II Exército. Devido a comoção popular, essas mortes resultaram na remoção do comandante do II Exército, general Ednardo d'Ávila Mello por parte do presidente Ernesto Geisel, significando que os assassinatos políticos não seriam mais tolerados. *Cf.*: CHIRIO, *op. cit.*, p. 182-187.

Isso teria ficado claro com as cassações de mandatos ocorrida pouco depois das eleições, colocando abaixo a farsa da institucionalização. Mantinha-se a farsa institucional, enquanto o regime permanecia de armas nas mãos para intimidar deputados mais combativos[53].

Por fim, para o autor, o processo político desde as eleições estaria se desenvolvendo dentro dos marcos impostos e sob o controle da ditadura, o que por fim acabava favorecendo o governo. Entretanto, as contradições ainda não teriam sido resolvidas. Estariam em jogo principalmente os fatores econômicos, que colocavam em discussão o papel e os limites da intervenção do Estado na economia, e os políticos, a respeito dos significados e dos rumos da institucionalização do regime. Além disso, o MDB estaria começando a frustrar as expectativas das classes que o apoiaram nas eleições, representadas nas disputas entre os "moderados", representantes da média burguesia e que controlavam o partido, e os parlamentares "autênticos radicais", representantes da pequena-burguesia democrática[54].

Dessa forma, o projeto do governo não abarcaria os anseios das massas trabalhadoras. A piora das suas condições de vida poderia dar um novo impulso para o movimento de massas, ao passo que o resultado eleitoral poderia ser um fator que daria mais um impulso de mostrar às massas que a ditadura estaria isolada. Sendo assim, o autor afirma que caberia à esquerda revolucionária lançar um programa tático que teria como eixo a luta pelas liberdades democráticas que permitisse aprofundar a ligação com o movimento de massas, canalizando para o movimento operário o centro de oposição à ditadura, atraindo em torno dele os setores progressistas da sociedade e que iria ir isolando o regime e os seus suportes centrais. O desenrolar do processo político, assim, dependeria do ritmo em que o movimento de massas iria ser retomado[55].

Vemos nos dois artigos anteriores que, por meio da organização da classe trabalhadora e da pequena-burguesia, em torno da bandeira de luta pelas liberdades democráticas, seria possível derrotar a ditadura militar e abrir o caminho para a revolução socialista. Sendo assim, é a partir desse número que constatamos que a revista *Brasil Socialista* passa a defender mais enfaticamente, embora ainda sem uma elaboração mais aprofundada, essa linha de atuação para as esquerdas revolucionárias. Entretanto, essa não seria uma posição universalmente aceita em meio aos grupamentos comunistas, inclusive entre aqueles que editavam esse periódico. Vejamos agora como ela resultou em um sério conflito editorial da

[53] ALMEIDA. Eleições... *op. cit.*, p. 15.
[54] *Idem*, p. 16.
[55] *Idem*, p. 17.

publicação, tendo em vista as abordagens das diferentes organizações que a compunham. Para tanto, analisaremos textos da Ação Popular Marxista Leninista (APML)[56], cujas posições eram próximas às do MR-8, e da Política Operária (PO)[57], que eram críticos à posição de luta pelas liberdades democráticas e, por fim, um artigo de resposta por parte de um dirigente do MR-8.

2.3. A cisão da "esquerda proletária": os conflitos com a Política Operária (PO) e o Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP)

Embora o debate a respeito das liberdades democráticas tenha aparecido publicamente no segundo número da revista *Brasil Socialista*, ela já vinha sendo discutida entre os membros das organizações de seu corpo editorial desde pelo menos o final de 1974. A publicação dos textos de crítica e de defesa dessas posições ao longo do ano de 1975 vem, de tal modo, demarcar uma cisão que já devia estar em vista. Vejamos, primeiramente, os posicionamentos da APML a respeito dessa tática.

Sinteticamente, a APML, em seu artigo "Na denúncia da farsa eleitoral, ampliar a resistência à Ditadura[58]", escrito entre setembro e outubro de 1974, apresentava posições muito similares àquelas do MR-8. O grupamento defendia a organização dos trabalhadores em um partido de classe para resistir contra a ditadura militar e a superexploração. Seria necessária a ampliação da resistência dos trabalhadores à ditadura militar, tendo como eixo central a luta por liberdades democráticas, acumulando forças para os comunistas melhor intervirem na luta de

---

[56] De acordo com Alessandra Ciambarella, a APML tem origens na Ação Popular do início dos anos 1960, formada a partir de grupos de jovens progressistas da Igreja Católica. Passando por várias cisões e transformações teóricas, em especial a adesão ao maoísmo a partir de 1968, a APML foi formada por um grupo liderado por Jair Ferreira de Sá e Paulo Stuart Wright, que se opunham à sua fusão com o PCdoB entre 1972 e 1973, e defendeu ao longo da década uma atuação por meio das liberdades democráticas, pela anistia e nos novos movimentos sociais. *Cf.* CIAMBARELLA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular. *In:* AARÃO REIS, Daniel, FERREIRA, Jorge (orgs.). *Revolução e Democracia (1964-...).* Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 99-129.

[57] A Política Operária é um desdobramento da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop), fundada em 1961 e liderada por Eric Sachs, conhecido pelo pseudônimo de Ernesto Martins. Antes do golpe de 1964, a organização posicionava-se como uma alternativa tanto ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) quanto ao PCB, sempre criticando a posição reformista e de participação do jogo democrático burguês e defendendo uma maior penetração nas bases do operariado. Depois do golpe, e principalmente com uma breve participação da luta armada, o grupo liderado por Eric Sachs reorganiza-se a partir de 1971 como Organização de Combate Marxista-Leninista/Política Operária (OCML/PO, ou simplesmente PO), defendendo suas antigas posições a respeito do trabalho de massas. Essa organização teve influências principalmente sobre o MR-8 e a APML, saídas da luta armada e em processo de reconstrução. Para um exame mais detalhado da trajetória da PO, ver: AARÃO REIS, Daniel. Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – Polop (1961-1986). *In:* AARÃO REIS, Daniel, FERREIRA, Jorge (orgs.). *Revolução e Democracia (1964-...).* Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 53-71.

[58] AÇÃO POPULAR MARXISTA LENINISTA. Na denúncia da farsa eleitoral, ampliar a resistência à ditadura. *Brasil Socialista*. Ano I, nº 2, abril de 1975, p. 53-64.

classes. Assim, não bastaria à classe operária uma simples volta a uma ditadura disfarçada da burguesia, através da conquista da "democracia", com um governo civil burguês. Ao contrário, essa tática ajudaria a criar a organização independente da classe operária, assim como ela seria de interesse das outras classes aliadas do proletariado, como a pequena-burguesia urbana. Portanto, a resistência à ditadura deveria ser feita pelos trabalhadores, mas numa frente ampla com a pequena-burguesia, em que a luta pela hegemonia proletária deveria ser algo para ser construído, já que não seria um fato já estabelecido[59].

Dessa forma, a posição da APML seria de participar ativamente do processo eleitoral, fazendo chegar às massas as denúncias políticas contundentes, assim como as propostas de resistência mais explícitas. Seus objetivos, com isso, seriam esclarecer melhor a denúncia da farsa eleitoral, servindo como auxílio à ampliação da resistência à ditadura; e a possibilidade – que ressaltamos aqui como um fato importante – de apoiar um candidato nas eleições que preenchesse os requisitos mínimos impostos pela organização. Ele deveria denunciar a farsa eleitoral e as ilusões do reformismo do PCB, servindo à resistência ao regime, e deveria dar mostras de um combate efetivo de resistência democrática e independência política no interior do MDB. Com isso, somente aquele candidato que reconhecesse que a base da verdadeira oposição não estaria no Parlamento, mas sim na união dos trabalhadores numa frente de resistência, é que receberia apoio[60].

A posição contrária por parte da Política Operária vem por meio do artigo "A conjuntura nacional[61]", escrito no mesmo período do texto anterior. Inicialmente, a organização interpretava que, devido à crise do quadro político instaurado em 1968 após a decretação do AI-5, as forças políticas organizadas no Estado começavam a perder posições, dando origem a divisões entre o bloco dominante. Os diferentes setores das classes dominantes tentariam, por isso, lutar de uma forma direta por suas reivindicações, o que fez com que elas procurassem os partidos oficiais. Com isso, o processo eleitoral que iria ocorrer em novembro, diferente de antes, seria uma apresentação vaga das eleições burguesas do período pré-1964. Sendo assim, devido a essa crise, o que ocorreu foi a dispersão do movimento de massas, ao mesmo tempo em que era constatada uma movimentação na pequena-burguesia e no proletariado, infelizes com a situação política[62].

---

[59] *Idem*, p. 53-58.
[60] *Idem*, p. 62-63.
[61] POLÍTICA OPERÁRIA. A conjuntura nacional. *Brasil Socialista.* Ano I, nº 2, abril de 1975, p. 65-68.
[62] *Idem*, p. 65-66.

Nesse sentido, a PO considerava que a redemocratização seria o único meio capaz de polarizar novas forças em torno de um governo burguês. Para a organização, isso devia ao fato de que a ideologia dominante nas massas ainda era o populismo, mesmo que desgastado após o golpe de 1964. Dessa forma, o movimento de massas tenderia a ressurgir como um movimento populista, que seria, devido às condições históricas, polarizado pelas vanguardas da pequena-burguesia, ligadas ao movimento controlado ideologicamente pela burguesia. Com isso, a possibilidade de alternativa dependeria da criação de uma força proletária de luta, necessitando da atividade da chamada "esquerda proletária" para introdução de métodos e objetivos proletários nas lutas de massas[63].

Contudo, para a Política Operária, estaria ocorrendo um fenômeno que vinha enfraquecendo essa alternativa. Para eles, grande parte da esquerda revolucionária, inclusive as que haviam se aproximado do programa socialista, estaria embarcando no movimento pela redemocratização. A reafirmação das suas estratégias, consideradas pela organização como reformistas e populistas, revelaria que elas estariam com os olhos no horizonte proletário, ao mesmo tempo em que possuíam os pés no pântano da pequena-burguesia. Portanto, esse desvio deveria ser combatido com a mesma violência com que se combateu anteriormente o militarismo dentro das esquerdas. A esquerda revolucionária deveria, dessa forma, organizar-se e lutar pela formação de um proletariado independente, que fosse oposto à sociedade burguesa[64].

Vemos aqui que as posições da APML e do MR-8 se chocavam com as da PO. Embora as três organizações defendessem um trabalho no interior do movimento operário, as duas primeiras o defendiam tendo como base a luta pelas liberdades democráticas. Previam, com isso, a participação no jogo eleitoral, apoiando candidatos alinhados com suas pautas ou até mesmo lançando candidatos próprios. Em sentido oposto estava a PO, que tradicionalmente, desde antes do golpe civil-militar de 1964, defendia a atuação dos comunistas diretamente nos setores de base do proletariado, rechaçando a participação em movimentos democráticos, considerados reformistas e conciliadores com a burguesia[65]. Assim, não é de se espantar que essas organizações tenham divergido nesse ponto e que essa divergência tenha causado uma cisão no corpo editorial da revista *Brasil Socialista*.

---

[63] *Idem*, p. 67.
[64] *Ibidem*.
[65] AARÃO REIS, Daniel. Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – Polop (1961-1986), *op. cit.*, p. 57.

A discussão continuou sendo publicada nos dois números subsequentes do periódico. No editorial de seu terceiro número, publicado em maio de 1975, foi possível perceber uma mudança de tom quanto à unificação da chamada "esquerda proletária". Reafirmando a centralidade da tarefa de construção do partido revolucionário no Brasil, o editorial enfatizava que ela seria um trabalho dos "verdadeiros comunistas". Entretanto, ela não estaria sendo realizada devido à confusão político-ideológica na esquerda revolucionária brasileira, principalmente por meio dos desvios vanguardistas e militaristas. Para a gestação do partido, portanto, seria necessária uma base teórica firme e bem acertada, com uma tática e uma linha de massas adequadas, o que permitiria o sucesso da propaganda do marxismo-leninismo e dos princípios mais gerais da revolução socialista. Dessa forma, o editorial defende que seria central nessa tática a defesa das liberdades democráticas e pela melhoria do nível de vida para organizar a luta dos trabalhadores. Seria positiva, assim, a multiplicação das atividades unitárias entre as organizações da esquerda proletária, especialmente entre o MR-8 e a APML, nos rumos da construção partidária[66].

Vemos que o comitê de redação da revista *Brasil Socialista* deixou claro tanto a importância das liberdades democráticas para os rumos da esquerda revolucionária, assim como descartou a contribuição da PO para a formação partidária e a organização da resistência dos trabalhadores. Contudo, a revista ainda publicaria mais um texto por parte da PO. Nesse caso, tratava-se de uma carta endereçada ao comitê de redação em que a organização trazia suas críticas ao periódico e aos outros grupamentos que dele faziam parte.

Na sua "Resolução[67]", datada de janeiro de 1975, a PO apresentou suas divergências quanto ao uso do termo "liberdades democráticas" nos editoriais da *Brasil Socialista*. Ele teria sido rebatizado como "liberdades políticas" após os protestos por parte dos membros da PO, o que não teria alterado o conteúdo político da linha de atuação proposta. Para a organização, ela teria muitas semelhanças com as posições defendidas pelo PCB e pelos liberais, sendo um erro pensar que isso ajudaria o proletariado no sentido da resistência à ditadura militar. Dessa forma, tal plataforma de luta só contribuiria para preparar a classe operária para limpar o caminho para as outras classes. Além disso, ela abriria as portas para uma "acumulação de forças" pequeno-burguesa, de caráter quantitativo, o que diluiria as lutas proletárias no "movimento popular". Assim, o baixo grau de consciência das massas não justificaria usar essa tática, uma vez que o proletariado só iria adquirir consciência de classe

[66] Avancemos no caminho da construção do partido. *Brasil Socialista.* Ano I, nº 3, julho de 1975, p.1-4.
[67] POLÍTICA OPERÁRIA. Resolução – Política Operária. *Brasil Socialista*. Ano I, nº 3, julho de 1975, p. 86-88.

quando fosse educado em torno das metas finais de sua luta, opostos a todas as formas de ditadura burguesa, inclusive as de tipo democrático[68].

A PO argumentava que não haveria uma base político-teórica comum entre as organizações que compunham a revista. O MR-8, especificamente, estaria no mesmo nível teórico no qual se encontrava antes mesmo de adotar o militarismo. Tanto as suas posições básicas, "democráticas", quanto aquelas em relação à pequena-burguesia, não teriam mudado. Dessa forma, a criação de uma base político-teórica comum só seria possível caso a PO aceitasse as posições de luta democrática, o que conflitaria com as suas posições históricas. Sendo assim, a PO considerava que a tarefa de construção partidária, como levantada pela revista, não passaria de um movimento sectário e voluntarista[69], existindo à margem do proletariado e não como um partido da classe operária. O editorial da revista não entraria nas tarefas concretas que deveriam ser realizadas e em nenhum dos problemas agudos da luta de classes, contentando-se, assim, em apenas "construir"[70].

O comitê editorial da revista *Brasil Socialista* respondeu a essas críticas em uma carta publicada nesse mesmo número[71]. Eles discordavam das posições da PO, principalmente quanto à ideia de que a derrubada da ditadura por meio das liberdades democráticas fosse favorecer a burguesia liberal, uma vez que a derrocada violenta da ditadura, por meio das massas mobilizadas, não estaria nos seus interesses. Assim, as pautas do periódico não se limitariam às reivindicações específicas da classe operária. Ela deveria ser a dirigente da luta revolucionária e, para que isso fosse possível, deveria se ter uma plataforma de luta antiditadura, anti-imperialista e anticapitalista, dando uma formulação que encaminhava sua mobilização no sentido da revolução socialista[72].

Com isso, o texto identificava que a divergência real parecia se ligar à luta pela derrubada do regime, citando a oposição da PO em participar de movimentos antiditadura e de se opor à defesa de movimentos pela democracia. Para os autores, essa organização discordava da propaganda socialista vinculada à tática pelas liberdades democráticas, o que, para o comitê de redação, não faria sentido, pois esse trabalho de propaganda seria indispensável e permanente, não sendo considerado uma resposta particular e específica, determinada por um

---

[68] *Idem*, p. 86-87.
[69] Um movimento voluntarista seria aquele que dependeria apenas da vontade dos militantes para ser levado à frente, independente da relação de forças e da composição (ou existência) de uma base social.
[70] POLÍTICA OPERÁRIA. Resolução – Política Operária, *op. cit.*, p. 88.
[71] COMITÊ DE REDAÇÃO DA BRASIL SOCIALISTA. Do comitê de redação a Política Operária. *Brasil Socialista.* Ano I, nº 3, julho de 1975, p. 90-91.
[72] *Idem*, p. 90.

período particular das lutas de classe. Assim, a mobilização da classe operária e das massas populares para o enfrentamento à ditadura militar, seria a única forma de preparar, naquelas condições, a força social capaz de transformar essa luta numa busca pelo socialismo. Caso os comunistas estivessem ausentes da luta política anterior, pouco adiantaria a futura reivindicação por um governo de transição[73].

Dessa forma, esses textos marcaram definitivamente a cisão entre as organizações que compunham o comitê de redação da revista *Brasil Socialista*. Na realidade, essa cisão foi reflexo de um movimento vindo do interior da própria PO. A princípio, o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) se originou da organização e defendia a maior participação nas lutas pelas liberdades democráticas[74], nos moldes defendidos pelo MR-8 e pela APML no periódico. A carta do comitê de redação citava as críticas da PO a um "companheiro que expressava os pontos de vista da PO no Comitê de Redação[75]", dizendo não querer interferir nas questões internas da organização. Esse companheiro se tratava de Éder Sader, histórico militante da PO que assinava seus textos na revista *Brasil Socialista* sob o pseudônimo de Raul Villa, e que foi um dos fundadores do MEP.

Com isso, vemos como a questão das liberdades democráticas impactaram tanto a própria revista *Brasil Socialista* quanto as organizações que dela faziam parte. Entretanto, o debate não cessou aí. A PO continuaria a denunciar, por meio de seu órgão *Marxismo Militante*[76], os "desvios" que estariam presentes nessas propostas, em que as esquerdas estariam se encaminhando, mais uma vez, para o beco sem saída da hegemonia burguesa[77]. Por parte do MR-8, essas denúncias seriam finalmente comentadas, mais profundamente, no quarto número da revista *Brasil Socialista*[78], publicado em outubro de 1975, no artigo "Contra o doutrinarismo e o economicismo: por uma tática proletária de combate à ditadura[79]", de autoria de Daniel Terra[80].

---

[73] *Idem*, p. 90-91.
[74] AARÃO REIS, Daniel. Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – Polop (1961-1986), *op. cit.*, p. 64.
[75] COMITÊ DE REDAÇÃO DA BRASIL SOCIALISTA, *op. cit.*, p. 91.
[76] A revista *Marxismo Militante* foi publicada no exterior pela Política Operária a partir de 1975. Para esta pesquisa, não tivemos acesso a seus números, entretanto eles estão sob a guarda do Arquivo Nacional e do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL). Os números 1 a 7 podem ser encontrados no AEL no sob o código de referência "R/0426", ao passo que no Arquivo Nacional os números 2 a 6 podem ser encontrados no fundo Política Operária, sob o código de referência "BR RJANRIO F3.0.0.10".
[77] AARÃO REIS, Daniel. Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – Polop (1961-1986), *op. cit.*, p. 64.
[78] *Brasil Socialista*. Ano I, nº 4, outubro de 1975.
[79] TERRA, Daniel. Contra o doutrinarismo e o economicismo: por uma tática proletária de combate à ditadura. *Brasil Socialista*. Ano I, nº 4, outubro de 1975, p. 4-39.
[80] Daniel Terra era o codinome de Claudio Campos que, a partir da segunda metade dos anos 1970, foi se tornando o principal teórico e dirigente do MR-8.

Resumidamente, em seu texto, sempre opondo a posição do MR-8 à da PO, Daniel Terra discutiu o papel dos comunistas quanto ao trabalho de massas e quanto à participação nas eleições burguesas. Para o autor, as posições contrárias da PO seriam resultado de suas posições "doutrinaristas" e "economicistas", que não levariam em conta o estado da consciência das massas e dependeriam apenas de suas teorias e formulações, que não impactariam positivamente no destino do proletariado e da causa socialista. Vejamos mais detalhadamente como Terra apresentava as posições de sua organização, ao mesmo tempo em que expunha e criticava os posicionamentos da Política Operária[81].

Valendo-se ao longo de seu artigo de citações de Mao Zedong, Mikhail Pokrovsky[82] e, principalmente, de Lênin a respeito das questões da prática política e construção teórica, Daniel Terra reafirmou as decisões das *Resoluções de 1972* quanto à necessidade do trabalho de massas e da formulação de uma teoria marxista da revolução brasileira, cujo desenvolvimento seria feito conjuntamente com a luta política e a econômica. Nesse sentido, a preparação da classe operária estaria atrasada, fazendo ser preciso uma direção política revolucionária que fosse a vanguarda de suas lutas de resistência dentro das enormes dificuldades conjunturais[83]. Sendo assim, Terra iniciou suas críticas à PO argumentando que essa organização consideraria que, naquela conjuntura,

> (...) "a classe operária é incapaz de se constituir numa oposição à ditadura" (1), que "não existem hoje condições para se tentar avançar na penetração" (2), que "a participação nas lutas não visa hoje ao enraizamento de posições na massa" (3), que "as lutas se darão no mesmo nível com ou sem a nossa participação" (!!!) (4), que "no caminho não cabe tentar modificar esse quadro, sem romper esse isolamento" (5)[84].

Dessa forma, o autor considerava que essas posições constituiriam uma fuga e uma capitulação em relação à tarefa principal dos comunistas, que seria o trabalho de base junto ao operariado. Isso também significaria permitir que a classe operária e os demais setores revolucionários fossem pegos de surpresa e despreparados pelo agravamento da crise

---

[81] Antes de discutirmos esse texto, é importante afirmar que temos consciência de que ele se insere em um debate mais amplo entre as organizações que compunham a revista. Com isso, mesmo que não tenhamos tido acesso aos documentos e periódicos escritos pela PO, temos ciência da localização de alguns dos documentos debatidos, como informaremos mais à frente. Portanto, o foco da análise desse texto escrito por Daniel Terra será examinar como o MR-8 posiciona-se quanto ao trabalho de massas e à luta pelas liberdades democráticas, ao mesmo tempo em que apresenta uma posição considerada oposta representada pela PO.

[82] Mikhail Nikolayevich Pokrovsky foi um historiador marxista russo e um revolucionário bolchevique. Seus escritos colocavam uma ênfase maior na questão da luta de classes na história da russa, diminuindo o papel de grandes indivíduos, como o czar Pedro, o Grande, e seu papel modernizador. Nesse artigo, Terra utiliza seus trabalhos para desconstruir a apresentação da tese da PO de que o proletariado somente adquiriria consciência em momentos de crise.

[83] TERRA. Contra o doutrinarismo..., *op. cit.*, p. 5-6.

[84] *Idem*, p. 6. Todos os parênteses numerados e com exclamações estão presentes no original.

econômica e política. O objetivo do texto seria, portanto, analisar criticamente essas proposições por parte da PO[85].

Terra prosseguiu citando alguns trechos de um artigo publicado no jornal *Política Operária* e um texto intitulado "Conjuntura e tática"[86], que, de modo geral, indicariam que a atuação da vanguarda não teria alteraria a conjuntura, sendo necessário esperar por algum momento de crise que enfraquecesse a burguesia para, assim, realizar um movimento para romper com essa conjuntura. Esses trechos racionalizariam o descompromisso por parte da PO com o movimento e o trabalho de massas, propondo que os comunistas concentrassem sua atividade sobre os operários "avançados", sem tentar modificar o quadro de isolamento entre esses e o conjunto da classe. Desse modo, seria necessário analisar as considerações por parte dessa organização a respeito da relação entre a conjuntura econômica e o movimento de massas para, depois, criticar a chamada "separação metafísica" que eles fariam entre o desenvolvimento da massa e da vanguarda política[87].

A PO erraria ao considerar não ser possível superar, de imediato, o caráter localizado das lutas existentes. O processo de superação deveria ser iniciado imediatamente, sendo função dos comunistas mostrar às massas que o problema ali enfrentado seria o mesmo de muitos outros lugares, esforçando-se pelo lançamento de plataformas comuns a toda a classe operária. Lutar pela generalização do movimento operário seria uma tarefa constante dos comunistas, em toda e qualquer conjuntura. Cada época teria suas limitações e potencialidades, mas nada justificaria que não haveria como modificar o quadro de isolamento em que se encontraria o operariado. Isso significaria se render às dificuldades e negar o papel que a vanguarda exerce no movimento. Dessa forma, embora o autor concorde que o "isolamento" não seria superado de uma vez, sem mudanças qualitativas, ele não concorda que se deva fugir à responsabilidade de iniciar, manter e desenvolver os esforços no sentido de sua superação[88].

Outro ponto criticado dizia respeito à expectativa, por parte da PO, de que a recessão econômica provocaria o abalo do "organismo político da burguesia" e a "perda de sua capacidade repressiva". O erro desse tipo de afirmação era evidenciado pelo exemplo de 1964,

---

[85] *Ibidem*.
[86] Daniel Terra cita o número 40 do jornal *Política Operária*. Entretanto, não encontramos esse número específico nos arquivos públicos. Esses periódicos também discutem a questão da luta pelas liberdades democráticas, defendendo um ponto de vista oposto ao do MR-8. Contudo, do mesmo modo da revista *Marxismo Militante*, não tivemos acesso a seus números para podermos realizar um amplo debate. No Arquivo Nacional encontram-se números esparsos do período abordado por este trabalho, a partir do nº 42, e podem ser localizados no fundo Política Operária, sob o código de referência "BR RJANRIO F3.0.0.8".
[87] TERRA. Contra o doutrinarismo..., *op. cit.*, p. 7.
[88] *Ibidem*.

em que, após anos de crise econômica, produziu um aumento dessa capacidade através do golpe do estado. Isso se deveu à falta de organização e de consciência da classe operária e dos demais setores revolucionários, que estariam entorpecidos pelo revisionismo e que, com isso, não conseguiram diminuir as margens de manobra do grande capital. Do mesmo modo, as teorizações da PO não levariam em conta a atuação da instância política, que inverteria a situação na conjuntura econômica. Devido ao fortalecimento político conquistado pela instalação da ditadura, o grande capital pôde diminuir os salários, aumentar a taxa de juros, atrair investimentos externos e preparar as condições que deram origem ao milagre econômico. Dessa forma, caso as classes revolucionárias tivessem condições políticas de evitar essas manobras, a crise teria, portanto, outro desfecho. Sendo assim, ao afirmar que somente uma ruptura da coesão política depende somente da intensidade da crise econômica, a PO se esquecia de que a intensidade da crise dependeria, também, da atuação das massas, dirigidas revolucionariamente pela vanguarda comunista, aprofundando-a e não deixando campo livre para a burguesia[89].

O autor apresentou, em sequência, algumas citações retiradas do texto "Conjuntura e Tática[90]", em que a PO argumentava, em linhas gerais, que sua atividade naquela conjuntura deveria ser de organizar, desenvolver a formação política e aglutinar a camada avançada dos operários de vanguarda, não se enraizando nas amplas massas. A vanguarda classista só poderia surgir no próprio processo da luta de classes. Assim, não haveria contradição entre desenvolver o trabalho de ligação com as bases e a concentração da atuação sobre os elementos avançados. Seria justamente nesse trabalho que se formariam aqueles operários considerados verdadeiramente de vanguarda, o que justificaria o trabalho de desenvolvimento de sua consciência. Sendo assim, devido ao "economicismo" da PO, ela consideraria que a crise despertaria a massa, esquecendo-se de que, se a classe apenas se mobilizar nas vésperas de crise, seria tarde demais para tentar melhorar a correlação de forças a seu favor[91].

Mais à frente, Terra apresenta mais uma citação de "Conjuntura e Tática", em que a PO discute a confusão entre a intervenção na realidade como a aplicação da estratégia, e não como uma adequação da estratégia. Para a PO, o erro estaria no distanciamento do instrumental marxista de análise, e no esquecimento da concepção leninista de prática política. Entretanto, Terra argumenta que essa seria apenas uma descrição superficial do problema. Seria preciso ter

---

[89] *Idem*, p. 7-8.
[90] O texto "Conjuntura e Tática" também foi amplamente citado no artigo de Daniel Terra. Entretanto, por um lado o autor não indica em qual periódico ele está incluído, e por outro não tivemos acesso aos números do jornal *Política Operária* para confirmar sua localização.
[91] TERRA. Contra o doutrinarismo..., *op. cit.*, p. 12-13.

em conta que a própria capacidade de absorver a teoria marxista não dependeria apenas da força de vontade, mas também da capacidade de superar gradativamente a ideologia pequeno-burguesa, um processo que seria tanto teórico quanto prático. Sendo assim, ao constatar que as teorias e diretrizes políticas seriam produzidas sobre uma determinada base ideológica pré-existente, restaria, desse modo, questionar quais seriam as tendências ideológicas que impulsionariam a PO no sentido da aplicação da estratégia sem mediação tática, independentemente de todos os esforços teóricos[92].

A estratégia trataria apenas das linhas gerais de atuação, e não de sua concretização em um determinado momento, que seria o papel da tática. Assim, aqueles que não chegavam a formular uma tática só poderiam estar trabalhando com conceitos abstratos, carentes de qualquer significação para as massas. Isso caracterizaria o que o autor chamava de "dogmatismo", ao passo que a atuação da PO seria marcada por uma forma particular chamada de "doutrinarismo"[93]. Sua explicação justifica a longa citação:

> A incapacidade de compreender a necessidade de mediações táticas, de analisar a correlação de forças atual, de partir da situação atual em que se encontram as massas; a crença na possibilidade de resolver todos os problemas concretos através de umas poucas considerações gerais e abstratas; isso tudo caracteriza o comportamento superficial e *dogmático*.
> O dogmatismo é uma tentativa de "simplificar" artificialmente as questões, de fugir à complexidade dos fatos e denota insegurança e incapacidade de assumir e conviver com a própria ignorância enquanto não se consegue transformá-la em conhecimento.
> À esta forma particular de dogmatismo, que não chega nem mesmo a formular uma tática, por equivocada que seja, só poderia corresponder no plano político a uma prática doutrinarista que "substitui" a tática, o encaminhamento concreto de lutas parciais de massas, pela mera *propaganda* de conceitos abstratos e da própria estratégia.
> O doutrinarismo despreza o fato de que a consciência política das massas só se produz *pela sua própria experiência* concreta, e tenta "substituir" essa experiência (que o dogmático jamais saberá estimular e dirigir) pelo *proselitismo* da vanguarda sobre as massas.
> Essa incompreensão das leis mais profundas da dinâmica do movimento de massas, cria no dogmático uma verdadeira obsessão pela *forma*, única parte da realidade que ele é capaz de perceber [grifos no original][94].

O doutrinarismo continuaria presente nas bases das diretrizes táticas da PO, uma vez que a crença dessa organização de que não haveria possibilidade de globalização do movimento operário seria devido à exigência que ela acontecesse em torno de suas colocações dogmáticas de caráter estratégico e doutrinário. Com isso, suas teorizações economicistas a respeito de que a crise iria se encarregar de trazer as massas para a arena política visavam

[92] *Idem*, p. 15.
[93] *Idem*, p. 15-16.
[94] *Idem*, p. 16.

exatamente justificar o abandono relegado ao conjunto das classes exploradas, aos quais não conseguiriam ser atingidas justamente pela maneira dogmática e doutrinarista de sua atuação[95].

Terra também discutiu nesse texto os posicionamentos da PO a respeito da questão democrática. Para essa organização, o reagrupamento do movimento democrático fortaleceria a burguesia. Entretanto, essa posição seria devido ao entendimento de que o "movimento democrático", por parte da PO, não seria a oposição da pequena-burguesia ou do médio capital à política do grande capital e sua ditadura, mas sim um movimento do conjunto da burguesia, que incluiria o grande capital, contra a ditadura militar. Com isso, essa fração estaria engajada na exclusão da ditadura militar, de Geisel, e de sua "marcha gradual". Pelo contrário, mesmo se a burguesia estivesse buscando uma fachada democrática por meio da "institucionalização" do regime ela não renunciaria à ditadura, a não ser que viesse a ser obrigada pelo movimento de massas. Dessa forma, um projeto "democrático" de tipo liberal-burguês não estaria nos planos da burguesia. Longe disso, a ditadura é quem estaria atraindo a ala "liberal", representada pelos "moderados" do MDB, para o seu projeto de "institucionalização". Assim, esses dois projetos, longe de serem excludentes, na realidade seriam complementares[96].

Por outro lado, a pequena-burguesia democrática não teria tantas razões quanto o médio capital para se atrair pelo discurso de "marcha lenta, mas segura, para a democracia". Mesmo se algumas das lideranças dessa classe, representadas pelos parlamentares "autênticos", fossem cooptadas pelos moderados do MDB, elas tenderiam, ainda, a serem substituídas por novos elementos radicalizados. Sendo assim, a PO defenderia que essas lideranças tentariam polarizar as frações das massas que já seriam opostas à ditadura militar, disputando a direção sobre as bases potenciais do movimento revolucionário. Por isso, devido à sua atuação sob um programa democrático pequeno-burguês elas representariam às vanguardas um recuo de seu movimento revolucionário[97].

Entretanto, o autor considera que não haveria por que temer a pequena-burguesia democrática, já que ela não estaria em condições de oferecer às classes sociais revolucionárias uma alternativa melhor do que a Esquerda Proletária. Mais ainda, por trás de toda essa retórica por parte da PO contra a democracia e os democratas, estaria o doutrinarismo e os preconceitos antidemocráticos da organização, que não saberia separar o "joio do trigo" e não conseguiria fazer uma crítica concreta e pertinente da democracia não-proletária que levasse ao isolamento da ditadura, e não do proletariado. Com isso, a organização confundiria o "centro tático

[95] *Idem*, p. 16-17.
[96] *Idem*, p. 22-23.
[97] *Idem*, p. 23.

democrático", como havia sido definido nas *Resoluções de 1972*[98], como apoio ao "movimento burguês pela redemocratização", que seria o único caminho capaz de levar à desmoralização do movimento pela redemocratização. Assim, não haveria contradição entre o "centro tático democrático" e a estratégia socialista, já que seu objetivo final seria alcançar a ditadura do proletariado, que seria a verdadeira democracia. Com sua conquista, ela não diminuiria e nem limitaria a democracia: pelo contrário, ela seria ampliada e aprofundada[99].

Dessa forma, Terra argumentava que o MR-8 não seria contra os métodos democráticos. Só poderia ser contra o aprofundamento e a ampliação da democracia, em uma sociedade de classes, aquele que estivesse contagiado pela fantasia e mistificação burguesa de que a democracia garantiria o interesse de todos e de que ela conciliaria os interesses antagônicos. Essas seriam as fantasias que a burguesia produziria e divulgaria para encobrir a sua ditadura de classe, escondida sob a fachada da "democracia" burguesa. Para os comunistas, que defenderiam os interesses da maioria da população, não poderiam e nem precisariam mascarar as contradições antagônicas entre essa maioria e a minoria de exploradores, que deveria ser destruída enquanto classe. Por isso, seria necessário, a partir de uma compreensão comunista de democracia, entravar os passos da burguesia para poder garantir o máximo de liberdade e de segurança para o proletariado. Enquanto a "luta" burguesa pela democracia seria inconsequente, demagógica e conciliadora, visando a manutenção da dominação de classe, a luta proletária teria por objetivo, a partir da situação da consciência das massas, fazer todos os esforços para aprofundar cada vez mais essa consciência e denunciar toda a exploração e opressão burguesas[100].

Em sequência, Terra buscou, de modo geral, justificar a participação dos comunistas nas eleições burguesas. Ele reconhecia que o parlamento burguês não permitiria que as reais necessidades e aspirações populares pudessem se manifestar através dele. Entretanto, a participação comunista nas eleições e nos parlamentos serviria para denunciar as traições e manobras da burguesia, o que faria com que a consciência das massas a respeito do papel do parlamento fosse enormemente acelerada. Portanto, essa participação deveria ser sempre considerada uma forma de luta secundária, subordinada às lutas extraparlamentares, já que o desrespeito a esse princípio teria sido uma das características do reformismo do período anterior ao golpe de 1964[101]. Em suma, a atuação comunista no interior do parlamento serviria

---

[98] *Cf.* p. 42-43 deste trabalho.
[99] *Idem*, p. 23-25.
[100] TERRA. Contra o doutrinarismo..., *op. cit.*, p. 26-27.
[101] TERRA. Contra o doutrinarismo..., *op. cit.*, p. 28-30.

para educar as massas quanto as limitações da democracia burguesa e, além disso, serviria como suporte para a ação extraparlamentar, apoiando lutas sindicais e aquelas em busca do aprofundamento das liberdades democráticas.

Dessa forma, por meio desse documento estaria firmada a cisão na Esquerda Proletária brasileira, em que os grupamentos organizados em torno da revista *Brasil Socialista* passariam a ganhar maior protagonismo no movimento comunista brasileiro. Propondo a participação ativa no movimento operário, buscando sua massificação e a ampliação de suas bases para além do proletariado, assim como combatendo o projeto de institucionalização da ditadura e defendendo uma bandeira que objetivava a participação no jogo institucional democrático, o MR-8 firmou-se como um importante ator no seio das esquerdas brasileiras a partir de 1975. Com isso, estaria aberto o caminho para a ampliação de sua influência na política nacional e a realização de seu primeiro congresso, em 1976, que atestaria o crescimento e a importância da organização na segunda metade da década de 1970.

3. CAPÍTULO 3: Vitórias eleitorais e greve geral: a percepção do acerto da tática de combate contra a ditadura

O período que compreende os anos de 1976 até 1979 pode ser considerado aquele em que o MR-8 mais cresceu. De uma organização quase desmantelada pela ação da repressão no início da década de 1970, o grupamento conseguiu, após sua reorientação tática, aumentar o número de seus quadros, reintegrar-se a bases sociais e, mais ainda, ampliar o seu escopo de atuação. Dessa forma, ao lado de outros grupos como o PCB, o PCdoB e o MEP, o MR-8 foi se firmando como uma das principais organizações comunistas atuantes na segunda metade dos anos 1970[1]. Entretanto, se a conjuntura estava sendo cada vez mais favorável à atuação das esquerdas, a crise da ditadura estava se aprofundando aceleradamente. Vejamos brevemente a situação política e econômica brasileira do período para melhor analisarmos os desenvolvimentos do MR-8 no cenário nacional.

Podemos considerar que um evento crítico nesse movimento de crise da ditadura militar foi a tortura e o assassinato de Vladimir Herzog, em outubro de 1975, e de Manoel Fiel Filho, em janeiro de 1976, ambos nas dependências do II Exército, em São Paulo. Como citado anteriormente no segundo capítulo[2], a política de distensão iniciada por Geisel buscava retomar a disciplina e o respeito à hierarquia dentro das forças armadas, a começar pelo controle dos órgãos de segurança do regime, que resistiam tentando defender sua independência operacional e o prosseguimento de sua guerra particular. Entretanto, com a derrota dos grupamentos defensores da luta armada e a surpreendente vitória da oposição nas eleições de 1974, os órgãos de segurança passaram a voltar sua atenção ao PCB no início de 1975[3], que atuava na clandestinidade no interior do MDB e era considerado por esses órgãos o grande responsável pela subversão. Com isso, as ofensivas ao longo do ano contra o partido resultaram no

[1] Importante observar que esse é um cenário que representa, em maior medida, a situação política das esquerdas comunistas nos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Em São Paulo, por exemplo, um dos principais grupamentos comunistas era a AP-ML, ao passo que já se observava a crescente influência de grupos trostskistas em meios estudantis nesse estado.

[2] *Cf.* Nota 15 do Segundo Capítulo deste trabalho.

[3] É importante ressaltar que os órgãos de segurança não agiam autonomamente como a afirmação pode dar a entender. O governo Geisel possuía conhecimento e chancelava a perseguição e o assassinato de opositores políticos. *Cf.* SCHMITT, Gustavo e SOARES, Jussara. Para historiadores, documentos da CIA provam que não houve ditadura 'branda'. *O Globo*, 11/05/2018 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/para-historiadores-documentos-da-cia-provam-que-nao-houve-ditadura-branda-22672098> Acesso em 20/11/2021; e BORGES, Rodolfo. Documento da CIA relata que cúpula do Governo militar brasileiro autorizou execuções. *El País*, 10/05/2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/10/politica/1525976675_975787.html>. Acesso em 20/11/2021.

desmantelamento da tipografia do jornal *Voz Operária* e na morte e desaparecimento de dezenas de militantes[4].

Ao mesmo tempo, contudo, a partir de 1975 o regime havia diminuído o seu controle sobre a mídia por meio do relaxamento da censura. Isso permitiu que os desaparecimentos e as mortes pudessem ser noticiados, assim como houve a abertura de espaço para que a imprensa passasse a criticar a atuação da repressão. Do mesmo modo, o clima político da distensão, ainda que não houvesse nenhuma promessa concreta por parte do governo, também auxiliava na criação de um sentimento contrário aos órgãos de segurança. Entretanto, esses órgãos não ficaram passivos com o crescimento das críticas à sua atuação. Por meio de ofensivas policiais, com o claro sentido de uma operação midiática e política, eles buscavam demonstrar como o perigo da subversão comunista ainda era uma ameaça. Isso resultou, em outubro de 1975, em uma investida anticomunista que resultou em diversas detenções. Entre eles estava Vladimir Herzog, jornalista da TV Cultura e militante do PCB. Sua morte nas dependências do II Exército, divulgada como suicídio, causou grande comoção na sociedade civil e sua missa de sétimo dia na Catedral da Sé, em São Paulo, transformou-se em um ato de oposição ao regime militar e à repressão[5].

Devido à ausência de punições aos responsáveis pela morte de Herzog, a comunidade de segurança se sentiu vitoriosa. Entretanto, após a morte do operário Manoel Fiel Filho nas mesmas condições e no mesmo local em janeiro de 1976, o governo se viu obrigado a tomar providências. No dia seguinte ao assassinato Geisel removeu o general Ednardo D'Ávila do comando do II Exército, e o coronel Confúcio Danton de Paula Avelino do Centro de Informações do Exército. Essa decisão, tomada sem consentimento do Ministro do Exército, Sylvio Frota, teve o objetivo de deixar claro que as mortes e os assassinatos ocorridos pelas mãos da repressão não seriam mais considerados deslizes cometidos por subalternos indisciplinados. A partir de então, seriam responsabilidade dos superiores hierárquicos, não importando o lugar na cadeia de comando. Com isso, nenhum preso político teria morrido sob tortura nas prisões brasileiras depois de Manoel Fiel Filho. Isso não quer dizer que a repressão havia acabado, muito pelo contrário. Ela ainda mataria, sendo emblemática a última ofensiva policial contra o PCdoB em dezembro de 1976, episódio conhecido como "Chacina da Lapa".

---

[4] CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 182-183.
[5] *Idem*, p.183-186.

Somente a partir de 1977 e 1978 nenhum assassinato ou desaparecimento político seria mais registrado nas dependências militares ou policiais[6].

A questão da sucessão presidencial também evidenciou as disputas políticas no interior do governo e das Forças Armadas. Geisel tentava emplacar seu sucessor da mesma maneira como Médici havia feito, em uma decisão sem interferências dos outros oficiais-generais. Para o presidente, as Forças Armadas deveriam se manter distantes da competição política, feita de ambições e manipulações interesseiras, tornando a escolha do próximo presidente privativa ao palácio. Entretanto, a partir de 1976 já se notava uma campanha política. O Ministro do Exército, Sylvio Frota, que nos episódios de Herzog e Manoel Fiel Filho havia defendido o comandante do II Exército, passou a se aproximar de lideranças políticas civis da ARENA, principalmente aquelas ligadas à extrema-direita. Ele se apresentava como o candidato de predileção da alta-hierarquia militar, em oposição ao poder pessoal de Geisel e ao candidato de sua preferência, o ex-chefe do SNI João Batista Figueiredo. Apoiaria a argumentação de Frota o fato de Figueiredo ser um general de três estrelas e, segundo a ordem das promoções, seria promovido somente após as eleições de novembro de 1978[7]. Isso teria causado conflitos com a alta-hierarquia militar, que foi agravada mais ainda com a promoção acelerada permitida por Geisel aos outros generais para possibilitar o acesso de Figueiredo à patente exigida[8].

Nesse sentido, Sylvio Frota passou a se posicionar cada vez mais enquanto oposição ao governo. No início de outubro de 1977, o seu grupo de apoio iniciou uma ofensiva no Congresso, buscando lançar oficialmente a candidatura. Com a demissão do ministro sendo inevitável, a presidência tomou precauções para não correr riscos com uma mobilização militar. Para tanto, anunciou sua demissão em 12 de outubro de 1977, um feriado nacional, o que dificultava a resistência por parte dos apoiadores do general. Por outro lado, muitos dos altos oficiais que apoiavam Frota teriam se esquivado e desistido de apoiá-lo. Estaria, assim, terminado o movimento pela candidatura de Sylvio Frota e o caminho estaria aberto para a nomeação de João Figueiredo à presidência[9].

---

[6] *Idem*, p. 186-187. Não podemos ignorar que os assassinatos políticos de ativistas, sindicalistas e lideranças rurais continuaram acontecendo durante todo o período.
[7] Importante lembrar que a exigência de que o presidente fosse um general de quatro estrelas surgiu em meio às disputas pela sucessão de Costa e Silva, em que o candidato mais popular entre o baixo oficialato, Albuquerque Lima, era um general de três estrelas. *Cf.*: Nota 13 do Primeiro Capítulo.
[8] CHIRIO, *op. cit.*, p. 200-201.
[9] *Idem*, p. 201.

Apesar de ainda crescer a taxas altas – embora não tanto quanto no período do Milagre – a situação econômica do governo Geisel foi de ampla estagnação, devido principalmente à crise do choque do petróleo a partir de 1974. Apesar das relações comerciais terem caído consideravelmente em 1973 e 1974, enquanto teve uma pequena queda em 1975, o bom desempenho de 1976 trouxe essas relações novamente ao nível de 1972. Entretanto, no período entre 1973 e 1979 as exportações aumentaram lentamente, em torno de 6% ao ano, um pouco acima da média de importações mundiais, que foi de 5%. Em três dos cinco anos de mandato de Geisel o volume das exportações estagnou (1974, 1976 e 1977), ao passo em que, entre 1975 e 1980, a razão das exportações em relação ao PIB ficou em torno de 6,7 a 7,4%, enquanto a média dos anos 1973-1974 variou entre 7,5 e 7,6%. O Brasil também aumentou os seus subsídios às exportações, que entre 1969 e 1975 giravam em torno de 20 a 25%, para 32,5% em 1976 e cerca de 34 e 38% entre 1977 e 1979. Por fim, as importações também sofreram uma substantiva queda durante o governo Geisel. Entre 1969 e 1974, o volume de importações crescia a uma média de 23,8% ao ano. Nos seis anos seguintes esse volume estagnou, mesmo com o crescimento médio do PIB de 6,8%[10].

Esses dados deixam claro o fim do período do milagre econômico e o início de uma lenta desaceleração, que culminou nos graves problemas econômicos da década de 1980. Um dos principais agravantes dessa situação foi a política de rápido aumento do endividamento externo do país. O efeito dessa decisão foi o drástico aumento do pagamento de juros, de 0,5 bilhão de dólares em 1974 para 2,7 bilhões em 1978 e 4,2 bilhões em 1979. Além disso, houve subestimação dos requisitos do serviço da dívida, em que se planejou, em 1975, que seria de 35 bilhões de dólares, quando no final das contas foi de 49 bilhões. Embora o governo tenha tentado manter uma política de expansão as reformas não foram suficientes para convencer os credores. Com isso, a partir de 1980 os empréstimos deixaram de ser facilitados e as reservas monetárias caíram. As políticas baseadas em taxas de juros e no câmbio pré-indexado foram abandonadas ao final de 1980 e, nesse meio tempo, a inflação disparou para cerca de 100% ao ano. A partir de setembro de 1980 a política econômica passou a se concentrar no controle da inflação, fazendo com que as taxas de juros aumentassem e o nível de atividade econômica começasse a cair, após o PIB crescer mais de 9% naquele ano. Assim, a economia entrou em um longo período marcado por uma alta taxa de inflação e pela estagnação do crescimento[11].

---

[10] ABREU, Marcelo de Paiva. A Economia Brasileira, 1930-1980. *In:* BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: Volume X – A América latina após 1930: Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018, p. 685-687.

[11] *Idem*, p. 690-692.

Além dos fatores políticos, a situação econômica também fez com que o apoio civil ao regime ficasse cada vez mais desgastado. Entre março de 1974 e fins de 1976 os empresários emitiam opiniões políticas dentro dos marcos da distensão. Seu silêncio com relação a matérias político-institucionais, antes de significarem apatia representavam resistência ao projeto de abertura, tida como causadora de instabilidade política e, por consequência, econômica. Assim, eles teriam passado a se posicionar contrários à política econômica por meio da campanha contra a estatização. Entretanto, após 1977, parte dos empresários passou a se integrar ao amplo movimento de oposição ao regime militar, reivindicando o retorno do Estado de Direito e a defesa das franquias democráticas. Contudo, seu grande foco, para além da democracia, era a defesa da "livre iniciativa", buscando proteger o "sistema de livre mercado" contra a intervenção crescente do Estado[12].

A política econômica do governo Geisel não era popular com o empresariado, motivado principalmente pelos cortes nos programas de investimentos, pela liberação das taxas de juros, e as incertezas com os rumos da economia e com a equipe econômica. Se, a princípio, eles não viam problemas em conciliar um regime autoritário com a defesa da liberdade econômica, ainda assim eles buscavam reformas que abrissem maior espaço para sua participação nas decisões econômicas[13].

Entretanto, dois eventos levaram a uma mudança de posição. O primeiro deles foi a promulgação da Lei Falcão em 1976, visando restringir o uso do rádio e da televisão para a realização de campanhas eleitorais. Já o segundo foi a edição do chamado "Pacote de Abril", em 1977, que promulgava mudanças constitucionais que visavam impedir que a oposição assumisse maioria no Senado com a criação de voto indireto para um terço de suas vagas. Esses eventos deixaram claro que, apesar do discurso em defesa de uma liberalização do regime, Geisel não permitiria que o projeto do governo fosse questionado ou disputado, e nem abriria espaço para a proposição de reformas democratizantes que ameaçassem a ordem. Somava-se a isso o clima de intensa mobilização social desde 1975, que colocava a chamada "sociedade civil" cada vez mais em oposição ao regime militar[14]. Com isso, o empresariado foi cada vez

[12] VELASCO E CRUZ, Sebastião Carlos. *Empresariado e Estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*. Campinas: Editora da UNICAMP: São Paulo: FAPESP, p. 207-238.
[13] *Idem*, p. 241-248.
[14] *Idem*, p. 250-275.

mais se aproximando dessa oposição culminando, assim, na perda de uma parte significativa da base de sustentação do regime.

Dessa forma, em uma conjuntura cada vez mais agitada, o MR-8 viveu um momento de grande crescimento e de aprofundamento de sua atuação pelas liberdades democráticas. Vejamos neste capítulo, portanto, como o artigo "Socialismo e liberdades democráticas", um texto seminal para a organização na metade final da década de 1970, condensa sua visão a respeito das liberdades democráticas e como o MR-8 passou a atuar diretamente no jogo político eleitoral. Por fim, analisaremos qual era sua visão sobre o crescimento do movimento sindical e como o caráter das greves de 1978 ajudou a preparar a sua mudança de posicionamento a partir de 1979.

3.1. "Socialismo e Liberdades Democráticas": a participação eleitoral e a crítica do MEP

No capítulo anterior vimos um primeiro movimento por parte do MR-8 em definir e defender como viável a tática de luta pelas liberdades democráticas para combater a ditadura. Entretanto, o texto analisado, "Contra o doutrinarismo e o economicismo[15]", apesar de sustentar essa tática, tinha como principal objetivo criticar e apresentar a inviabilidade das posições das organizações consideradas "doutrinaristas" e "economicistas", não havendo um trabalho mais aprofundado de definição e teorização a respeito da luta pelas liberdades democráticas e como ela deveria ser utilizada para derrubar a ditadura e se lutar pelo socialismo. Essa tarefa buscou ser realizada com o artigo "Socialismo e liberdades democráticas[16]", de Daniel Terra.

Escrito em setembro de 1976 e publicado na revista *Brasil Socialista* em janeiro de 1977, ele seguiu uma linha muito parecida de "Contra o doutrinarismo e o economicismo", no sentido de crítica às organizações comunistas que discordavam da posição do MR-8, principalmente a Política Operária e o MEP. Nesse texto, o autor buscava demonstrar como a defesa de certas questões do socialismo feita por outras organizações, quando direcionadas contra a tática do MR-8, serviria para encobrir a resistência desses grupos à autocrítica dos erros que levaram a esquerda brasileira a chegar na situação que se encontrava. Com o combate a essas posições, o doutrinarismo teria sido forçado a recuar para posições cada vez mais

[15] TERRA, Daniel. Contra o doutrinarismo e o economicismo: por uma tática proletária de combate à ditadura. *Brasil Socialista*. Ano I, nº 4, outubro de 1975, p. 4-39.

[16] TERRA, Daniel. Socialismo e liberdades democráticas. *Brasil Socialista*. Ano III, nº 8, p. 64-113.

secundárias no conjunto da esquerda, mas ainda continuavam a ser o principal desvio interno que impediria a tendência proletária de assumir consequentemente a luta contra seus principais oponentes, que eram o reformismo e o populismo. Assim, o texto pretendia destacar as questões das liberdades democráticas, da luta política e sindical e a relação entre a vanguarda e a massa, tendo como foco a participação no processo eleitoral de novembro de 1976[17].

Em linhas gerais, o autor se valeu muito durante todo o texto de citações de Lênin para embasar sua argumentação. Essas citações eram usadas para justificar uma posição que defendia a participação dos comunistas nas instituições democráticas burguesas. De acordo com as citações, quem quisesse alcançar o socialismo por outro caminho que não o democratismo político chegaria a conclusões absurdas e reacionárias. A difusão da educação socialista dependeria da realização mais completa das transformações democráticas[18]. Mais ainda, para Lênin, através do aproveitamento da democracia burguesa iria se caminhar para a organização socialista e, consequentemente, democrática do proletariado contra o oportunismo, não havendo outra saída[19].

Essas citações deixariam claro que não seria possível chegar à ditadura do proletariado senão através de determinados avanços que, a princípio, seriam colocados ainda no terreno do capitalismo e da democracia burguesa. Já os grupos "doutrinaristas", como a Política Operária e o MEP, ao contrário, considerariam que essas afirmações estariam invalidadas. A revista *Marxismo Militante*[20], da Política Operária, criticaria a defesa das liberdades democráticas devido à falência histórica da democracia burguesa, propondo, em oposição, um governo revolucionário dos trabalhadores como alternativa à ditadura militar. Com isso, essa organização acabava vinculando a pauta das liberdades democráticas ao reformismo. Terra, ao contrário, considerava que esse governo revolucionário alternativo não seria uma alternativa nem à luta pelas liberdades democráticas e nem à democracia burguesa, sendo, antes disso, um momento e um objetivo parcial dessa luta. Ele seria um instrumento que visaria acelerar o debilitamento da burguesia, mas que, através dele, o proletariado ainda não teria conquistado o poder[21].

---

[17] *Idem*, p. 64-65.

[18] As citações, aqui condensadas, foram retiradas dos textos *O Estado e a Revolução* e de *Duas Táticas*, ambos escritos por Lênin. *Apud*: TERRA. Socialismo e Liberdades Democráticas, p. 65-66.

[19] Essa seria uma citação da resposta a P. Kievksy, retirada do texto "Contra o dogmatismo no movimento operário", também de Lênin. *Apud*: TERRA. Socialismo e Liberdades Democráticas, p. 66.

[20] As citações foram retiradas do segundo número da revista *Marxismo Militante*, ao qual não tivemos acesso. *Apud*: TERRA. Socialismo e Liberdades Democráticas, p. 67.

[21] TERRA. Socialismo e Liberdades Democráticas, p. 66-67.

A questão de fundo seria a concepção de que a democracia burguesa teria falido historicamente, fazendo então com que as lutas democráticas, no terreno do capitalismo, fossem reformistas e inconsequentes. Os doutrinaristas não perceberiam que esse raciocínio seria a capitulação mais completa em relação à luta revolucionária, nada tendo de atual. Para exemplificar, em uma longa citação de Lênin, Terra buscava justificar que os comunistas deveriam utilizar as instituições democráticas contra a burguesia, sendo a democracia propriamente dita irrealizável sob o imperialismo[22]. Sendo assim, se ocorressem situações históricas em que interessasse à burguesia negar todo e qualquer tipo de direito e a democracia, e em que a única saída estaria no socialismo, isso não significaria que o proletariado devesse se deixar intimidar e arriar as bandeiras democráticas, pois elas seriam indispensáveis para a sua luta pelo socialismo. Mais ainda, não se poderia falar em um "retorno" da democracia burguesa já que o capitalismo, mesmo em sua fase imperialista, geraria inevitavelmente instituições democráticas e, ainda que essa democracia fosse dominada pela ditadura burguesa, ela sempre existiria sob o capitalismo. Assim, tudo dependeria do proletariado que, em caso de recuo da burguesia, deveria saber ocupar as posições corretas, não se deixando iludir pelos avanços formais, pelo legalismo e pelo parlamentarismo, ainda que utilizando na medida do possível as formas legais e parlamentares. Essa seria, portanto, a concepção da Política Operária. Ela estaria intoxicada pela democracia burguesa, conseguindo perceber somente os avanços formais, legais e ilusórios e não os avanços democráticos reais, que seriam as mudanças objetivas na correlação de forças entre a burguesia e o proletariado[23].

O autor também argumentava que haveria erro em considerar que o golpe chileno de 1973 seria uma demonstração da inconsequência da conquista de determinadas liberdades democráticas. Ao contrário, ele afirma que elas não foram conquistadas pela efetiva mobilização das massas, mas por um acordo parlamentar. Impunha-se, com isso, que os dirigentes do proletariado não se iludissem com o alcance das liberdades conquistadas, preparando o movimento de massas para resistir quando a burguesia tentasse o seu contra-ataque. Contudo, o governo iniciou seu "caminho pacífico para o socialismo" promovendo reformas que prejudicavam os interesses da burguesia e do imperialismo, mas, ao mesmo tempo, negou qualquer tipo de organização operária de massas diferente da de tipo sindical. Isso exemplificaria o inverso do que o MR-8 almejaria alcançar. O seu objetivo final seria a

[22] "Contra o dogmatismo no movimento operário", *Apud*: TERRA. Socialismo e Liberdades Democráticas, p. 68-69.

[23] TERRA. Socialismo e Liberdades Democráticas, p. 68-69.

democracia proletária, não restando dúvidas de que todo avanço democrático parcial, conquistado antes da tomada do poder, ainda estaria dentro do terreno da democracia burguesa, mesmo que a ela se opusesse e visasse sua destruição[24].

Dessa forma, haveria a confusão entre duas ordens de problema: uma era não assumir que os princípios democráticos gerais só seriam plenamente concretizados através da ditadura do proletariado; e a outra era não assumir esses princípios gerais, insinuando que eles estivessem em contradição com a ditadura do proletariado, não percebendo que ela seria a concretização mais perfeita desses princípios. Eles nada teriam a ver com a ideia de garantir a liberdade "em geral", indistintamente, enquanto ainda existissem classes antagônicas na sociedade, uma vez que eles implicariam também na ideia de submissão e dominação. Essa deformação liberal dos princípios democráticos gerais atenderia aos interesses da burguesia que, necessitando encobrir os antagonismos de classe, considerava que sua democracia, a burguesa, representava indistinta e imparcialmente os interesses de toda a sociedade. Assim, os comunistas se distinguiriam dos liberais ao considerarem que a liberdade só é possível a partir da supressão das classes[25].

Para Terra, o respeito cada vez mais amplo aos princípios democráticos gerais, a igualdade entre todos os cidadãos avançaria na medida em que a burguesia fosse afastada e suprimida. Mais ainda, só se poderia progredir na medida em que se progredisse o comunismo. Por isso, caso a liberdade da burguesia fosse também respeitada, isso não culminaria no aumento do nível democrático geral da sociedade, mas a sua diminuição, uma vez que tendo em vista o antagonismo dos interesses de classe, o respeito à liberdade dessa minoria implicaria, necessariamente, no desrespeito à liberdade e aos direitos da maioria. Dessa forma, a palavra de ordem geral "pelas liberdades democráticas" deveria ser levantada pelo proletariado justamente porque não se referiria a uma fase da luta, mas porque representaria uma posição de princípio do proletariado lutar pelo avanço da democracia seja na sociedade burguesa, seja na proletária, já que, assim, sem uma educação na luta pela democracia proletária essa classe seria incapaz de realizar uma revolução econômica. Com isso, lutar pela democracia proletária, pela ditadura do proletariado, implicaria também em lutar pelos avanços democráticos ainda no terreno da sociedade burguesa. O sentido dessa palavra de ordem geral se tornaria cada vez mais clara para as massas pois ela seria encaminhada em combinação com todas as palavras de ordem táticas específicas que apontassem para o caminho concreto que levaria o movimento a

[24] *Idem*, p. 69-70.

[25] *Idem*, p. 70-71.

avançar no sentido que interessaria ao proletariado, em combinação com a defesa e a propaganda de todas as demais questões gerais e específicas do socialismo[26].

Nesse texto Terra também criticou os posicionamentos do MEP. Para essa organização, a luta pelas liberdades democráticas seria pequeno-burguesa e serviria para fortalecer a ala liberal do MDB, capitaneada pelos parlamentares autênticos. Para Terra, ao contrário, esse tipo de acusação queria dar a entender que a defesa dos direitos democráticos implicaria na adoção das desastrosas políticas de alianças praticadas pelo reformismo no país. Na realidade, aqueles que faziam essa acusação não teriam conseguido superar esse tipo de aliança, recusando-se a qualquer acordo com forças políticas não-proletárias. Com isso, em relação às lutas democráticas, o MEP não faria mais do que procurar atribuir ao MR-8 a sua própria concepção dessas lutas. Quem demonstrava estar influenciado pela ideologia pequeno-burguesa, que confundia democracia com conciliação de classes, seriam exatamente aqueles que acusavam que o desenvolvimento das lutas democráticas implicaria no fortalecimento da pequena-burguesia. Apenas quem não conseguisse conceber uma utilização das eleições e do parlamento diferente da forma burguesa poderia compreender que essa era entendida como a principal via de chegada ao poder. Assim, o parlamento não seria o palco principal da luta de classes. A classe operária poderia se utilizar dele, mesmo sem ainda possuir seus representantes, para apoiar sua luta extraparlamentar por meio de acordos com os representantes da pequena-burguesia sem, com isso, comprometer seu esforço por assumir o papel principal e dirigente da luta, mas sim o favorecendo[27].

Ainda que um certo crescimento da oposição pequeno-burguesa durante os primeiros momentos da reanimação do movimento de massas fosse inevitável, essa posição do MR-8, além de não reconhecer nenhum papel "decisivo" da oposição pequeno-burguesa, não significava um esforço no sentido de fortalecê-la perante o movimento de massas. O que ocorreria seria que, no interesse desse movimento, seria concedido um certo apoio perante a ditadura e a oposição burguesa. Essa posição permitia enfraquecer a oposição pequeno-burguesa e permitiria aos comunistas se fortalecerem mais rapidamente do que ela. Dessa maneira, para evitar que o descontentamento das massas fosse canalizado pela oposição pequeno-burguesa seria necessário demonstrar que o seu papel, assim como o do parlamento, seria secundário e contraditório[28].

---

[26] *Idem*, p. 75-76.

[27] *Idem*, p. 87-88.

[28] *Idem*, p. 88-89.

Para Terra, ainda que determinadas alianças ainda tivessem um papel na luta de classes, mesmo que secundário, a defesa das lutas democráticas não decorreria fundamentalmente da necessidade de se estabelecer alianças. Elas decorreriam da própria necessidade do proletariado de quebrar o monolitismo do domínio burguês, de conquistar uma margem de manobras cada vez mais ampla para conseguir tomar de assalto o poder da burguesia. Dessa forma, mesmo que não houvesse uma única parcela dessa classe ou da pequena-burguesia interessada em qualquer acordo tático com o proletariado em sua resistência democrática, ainda assim, e com mais razão, essa resistência seria indispensável na luta pelo socialismo[29].

Em suma, nesse texto observamos, de uma forma mais bem definida, como Daniel Terra justificava como o MR-8 e os comunistas deveriam agir naquela conjuntura por meio da luta pelas liberdades democráticas. Sempre embasando sua argumentação em Lênin, o autor defendia que a conquista dos direitos democráticos permitiria ao proletariado ampliar a democracia burguesa, ao fazer com que os trabalhadores e seus representantes ocupassem lugares institucionais para auxiliar nas lutas e reivindicações extraparlamentares e sindicais. Ao mesmo tempo, o proletariado, ao ocupar esses lugares, conseguiria fazer avançar esses direitos democráticos e, em conjunto com a propaganda dos preceitos socialistas, criaria a consciência necessária para a superação do regime capitalista e a realização de uma revolução socialista. Não há em seu texto a defesa de uma transição pacífica ao socialismo ou uma mudança do regime pela via parlamentar. Entretanto, enquanto a tática para a defesa das liberdades democráticas e a chegada ao parlamento são apresentadas de forma objetiva, não há muita clareza quanto à forma como se levará o trabalho de massas. Com isso, era natural que os debates entre as organizações comunistas ocorressem, disputando a sua viabilidade enquanto horizonte revolucionário para o proletariado.

Como visto no documento de Daniel Terra, um dos grupos que discordavam das posições do MR-8 era o MEP. Em abril de 1978 essa organização publicou um número de sua revista *Teoria e Prática*[30] que em grande parte debatia abertamente com "Socialismo e liberdades democráticas". Vejamos a crítica do MEP a esse texto e, mais amplamente, à tática do MR-8.

---

[29] *Idem*, p. 89.

[30] *Teoria e Prática*. Nº 6, abril de 1978.

No artigo "A crítica a algumas ideias errôneas[31]", o MEP buscou debater algumas temáticas pontuais que preocupavam a esquerda naquele período como, por exemplo, se haveria necessidade da realização de uma revolução burguesa nacional e democrática no Brasil. Entretanto, o que nos interessa neste trabalho é o terceiro tema debatido, que questionava se a luta contra a ditadura seria uma luta pelo alargamento da democracia burguesa e pela conquista de uma consciência democrática. Para o MEP, esse tema estaria interferindo na prática do movimento de esquerda, particularmente naquele favorável a uma estratégia de revolução socialista. Essa visão tentaria expressar no seio da esquerda socialista o ponto de vista político da pequena-burguesia e introduzir nela um novo tipo de reformismo chamado de "democratismo pequeno-burguês". Essa visão teria partido das críticas ao desvio doutrinarista, que considerava que a ditadura militar deveria ser o alvo político do conjunto da esquerda, de modo a despertar nas pequenas lutas e nas atividades dos setores avançados da massa o interesse pela luta política. Entretanto, dessa crítica ao doutrinarismo saiu uma vertente que perdeu de vista os interesses do proletariado e assimilou com rapidez um ponto de vista pequeno-burguês[32].

A luta contra a ditadura militar, enquanto luta política de massas, interessaria à classe operária, ao povo trabalhador e a todas as forças e setores conscientes comprometidos com a luta de libertação do proletariado. Entretanto, ao intervir aí um ponto de vista pequeno-burguês, a luta contra a ditadura passou a ter o objetivo de alargar a democracia burguesa existente e de transmitir às massas trabalhadoras uma consciência democrática correspondente aos ideais da pequena-burguesia. Dessa forma, todo o problema residiria no fato de que esse ponto de vista descaracterizaria o caráter de classe das lutas na sociedade brasileira, desfigurando a ditadura militar de sua expressão política do domínio da burguesia, separando esse regime da dominação burguesa. Isso dava a entender que seria do interesse dos trabalhadores dirigir suas lutas, no terreno da política, contra os aspectos de exceção e a favor de formas democráticas de dominação burguesa. Ao adotar esse ponto de vista, o proletariado passaria a não ter um objetivo próprio na luta política. Seu objetivo seria sempre alargar as propostas políticas de outras classes para ir acumulando quantidades de democracia burguesa, na sociedade capitalista, em favor de uma futura luta pelo socialismo[33].

---

[31] MEP. II – A crítica a algumas ideias errôneas. *Teoria e Prática*. Nº 6, abril de 1978, p. 9-59.

[32] *Idem*, p. 31-32.

[33] *Idem*, p. 32.

Sendo assim, o proletariado deveria ser preparado e conduzido na perspectiva de sustentar a luta contra a ditadura militar ou a outras formas de regime que poderiam vir a representar a dominação burguesa e de ganhar a maioria do povo para seus objetivos em cada momento e para a sua perspectiva de poder. Isso seria negado pelo democratismo pequeno-burguês, que justificaria essa negação pelo atraso do proletariado e o "avanço político" existente em setores da pequena-burguesia. De acordo com sua lógica, seria uma posição sectária preocupar-se com a direção proletária, uma vez que isso não levaria em conta a força política dos representantes da democracia pequeno-burguesa. Consequentemente, o proletariado deveria ser atraído para o setor à esquerda da oposição e que estaria em condições de travar a luta política, ou seja, aqueles setores comprometidos com a democracia pequeno-burguesa, enquanto projeto político. Por isso, a partir dessa perspectiva, esse reformismo que se instalou na esquerda socialista precisou criar uma teoria que tentaria conciliar o ponto de vista pequeno-burguês com o fato de que a etapa revolucionária seria socialista[34].

Por meio dessas teorizações, eles procurariam demonstrar que a luta de classes do proletariado teria como objetivo alargar, a cada momento, a dose de democracia burguesa existente, e sua estratégia seria alcançar uma quantidade tal de democracia burguesa capaz de se transformar em nova qualidade, ou seja, a democracia burguesa se transformaria em democracia proletária. Com isso, descaracterizariam o caráter de classe de conquistas parciais no campo das liberdades políticas e das melhorias nas condições de vida que efetivamente representariam as necessidades da classe operária e do povo trabalhador. Assim, as necessidades políticas não passariam de liberdades burguesas, até que, somadas numa grande quantidade, fossem suficientes para propiciar o salto para o socialismo[35].

Dessa forma, o MEP questionou, segundo a lógica democratista,

> (...) por que então não tomar das mãos da oposição burguesa as suas próprias bandeiras democráticas, uma vez que as tarefas do proletariado não seriam mais do que ampliar a dose de democracia burguesa? Por que não colocar no centro das táticas a luta contra a ditadura dirigida pelas bandeiras da democracia burguesa, já que todos os avanços nessa democracia se encaminham gradativamente para o socialismo? Por que não criar uma frente política ampla, sob a direção da democracia pequeno-burguesa, como meio de politizar o proletariado e criar experiências para ele, de modo a que possa atingir a consciência democrática[36]?

Para a organização, a situação era diferente daquela da revolução russa, em que criar uma quantidade de democracia burguesa para depois passar à luta pelo socialismo representava, de fato, uma lógica, em que era necessário se livrar de um Estado autocrático e

---

[34] *Idem*, p. 32-33.

[35] *Idem*, p. 33-34.

[36] *Idem*, p. 34.

liquidar suas bases feudais. Lutar e se preparar para a revolução democrático-burguesa, na Rússia, de acordo com os interesses do proletariado, era estabelecer uma aliança entre os operários e camponeses para derrubar a autocracia e estabelecer um governo provisório revolucionário ou a ditadura democrática dos operários e camponeses[37].

Já os democratistas dariam mais um passo em suas tentativas de copiar ensinamentos da revolução russa. Procurando ocultar seus desvios, eles acusariam as forças comprometidas com uma política proletária de se absterem em relação à luta contra a ditadura, mantendo-se no terreno do doutrinarismo. Quando falavam de luta contra a ditadura, estavam falando do seu chamado "centro tático democrático", ou seja, de uma luta dirigida por uma perspectiva pequeno-burguesa que descaracterizaria o caráter de classe das tarefas e conquistas políticas e econômicas do proletariado, colocando-as a serviço do objetivo de alargar as doses de democracia burguesa existentes no regime, de alcançar a consciência democrático-burguesa, criar uma frente dirigida pela fusão de reivindicações do proletariado e perspectivas políticas de democracia pequeno-burguesa. Assim, para uns, a luta contra a ditadura deveria ser assumida através do ponto de vista proletário, sendo travada e conduzida por uma política proletária mesmo que ainda não houvesse uma classe organizada imbuída de uma consciência revolucionária. Para outros, a luta contra a ditadura seria assumida do ponto de vista pequeno-burguês, em que o objetivo seria atrair o proletariado para a luta pequeno-burguesa, que se apoiaria nas propostas liberais da burguesia, e buscaria ampliá-las ou dar-lhes um colorido mais radical[38].

É importante notar que em 1975 o MEP tinha uma posição favorável à luta pelas liberdades democráticas. No artigo "Notas sobre a questão da tática[39]", escrito por Raul Villa[40] e publicado na revista *Brasil Socialista*, há a defesa das liberdades democráticas enquanto objetivo tático na luta contra a ditadura. Ou seja, ela seria importante enquanto mais uma das armas para se lutar contra o regime militar, mas não deveria ser defendida enquanto objetivo último dos comunistas. Por isso a cisão entre o MEP e o MR-8, como vimos. Para o MEP, o MR-8 estaria defendendo a luta pelas liberdades democráticas como um fim em si mesmo, derrotando, com isso, a razão de se levantar essa bandeira. Ao se tornar um objetivo estratégico,

[37] *Idem*, p. 34-35.

[38] *Idem*, p. 35-36.

[39] VILLA, Raul. Notas sobre a questão da tática. *Brasil Socialista*. Ano I, nº 3, julho de 1975, p. 5-25.

[40] Raul Villa era o codinome de Éder Sader, militante histórico da Política Operária e fundador do MEP. Éder Sader faleceu em 1988 devido a complicações da AIDS, adquirida por uma transfusão de sangue.

no lugar de um objetivo tático, o MR-8 acabaria defendendo não mais os interesses do proletariado e sim os da pequena-burguesia, que não teria por horizonte o socialismo, mas uma democracia liberal representativa. Assim, as críticas do MEP iam no sentido não de negar a importância da participação nas eleições para minar as bases da ditadura, mas de recusar a sua centralidade tanto no processo de derrubada do regime quanto como uma etapa rumo à revolução socialista.

Contudo, as críticas do MEP não se reduziram apenas à ideia de luta pelas liberdades democráticas, como proposta pelo MR-8. No mesmo número de sua revista *Teoria e Prática* a organização publicou um texto criticando, diretamente, o documento "Socialismo e liberdades democráticas", de Daniel Terra[41]. Para o MEP, Terra teria sido obrigado a precisar as contradições existentes em suas posições, por meio de seu documento, para se defender e justificar a prática direitista de sua organização. "Socialismo e liberdades democráticas" representaria, assim, a primeira tentativa mais séria de consolidar a evolução para a direita das posições do MR-8 e representaria uma teorização que buscaria resolver a contradição que existia anteriormente entre a estratégia socialista e a política que se limitava ao combate aos aspectos mais mal-intencionados da dominação burguesa no Brasil. Essa tentativa se dava em prejuízo da estratégia socialista, em que haveria sempre a tentativa de "alargar a democracia burguesa" para que, após as conquistas democráticas, o proletariado pudesse se transformar em força revolucionária e se colocar o problema da luta e destruição do Estado burguês. Assim, as lutas democráticas deixariam de ser o "centro tático" e se converteriam num processo estratégico, em que o eixo seria acumular uma quantidade cada vez maior de democracia, cuja somatória no futuro representaria uma quantidade suficientemente grande capaz de gerar a passagem para a democracia proletária[42].

A principal crítica da organização ao texto de Terra seria a respeito de seus métodos. Para o MEP, o autor usava o combate ao doutrinarismo para fazer passar suas teorizações acerca de uma linha direitista, sendo um método que nada contribuiria para o debate dentro da esquerda, além de estimular o sectarismo e uma política de baixo nível, nas frentes práticas, em relação a militantes e simpatizantes de outras organizações revolucionárias. Esse autor utilizaria em seus textos o método de colagem de citações, deixando as citações falarem por si mesmas, particularmente as de Lênin, sendo colocadas desordenadamente em seus textos. Além disso, elas seriam modificadas e "cortadas" para facilitar determinadas conclusões, não as situando

[41] MEP. Daniel Terra e a luta por liberdades políticas. *Teoria e prática*. Nº 6, abril de 1977, p. 121-165.

[42] *Idem*, p. 123-124.

historicamente. O MEP dava o exemplo de citações dos textos "Duas Táticas", escrito por Lênin em 1905, que foram juntados com citações de "O Estado e a Revolução", de 1917. Seria mais grave ainda o modo como foi feita a crítica de Terra à Política Operária e ao MEP, em que o autor tentaria confundir e tergiversar a propósito dos textos do MEP, procurando identificá-los com as posições da PO. Com o intuito de confundir os leitores, deformando as posições do MEP, Terra deixaria muitas vezes de dizer a que organização pertenceriam os textos citados. Assim, ao final de seu artigo, o autor não se preocupava mais em dizer suas fontes, passando a combater os "doutrinaristas" em conjunto, citando "argumentos" entre aspas sem nem mesmo dizer de onde saíram as citações e a que organizações pertenceriam[43].

Assim, o MEP considerava que esses seriam os métodos pelos quais Terra e o MR-8 tentariam expressar suas posições e combater as de outras organizações. Não seria de se estranhar, dessa forma, que seus militantes de base se armassem de métodos sectários e reacionários nas frentes de trabalho no movimento para combater forças que são por eles consideradas inimigos principais, ou seja, os "doutrinaristas". Em reuniões abertas chegariam até a acusar outros companheiros de subversivos, lançando dúvidas sobre a segurança de pessoas de outras organizações com o fim de afastá-las de áreas que seriam consideradas como uma espécie de propriedade. Esses métodos de Daniel Terra e da direção do MR-8, com isso, eram transformados em métodos de luta ideológica[44]. Dessa forma, o restante do documento consistiu na crítica ponto-a-ponto ao texto de Terra, apresentando as citações de Lênin que haviam sido modificadas, defendendo-se das acusações feitas pelo autor e mostrando como as posições do MEP e da PO seriam diferentes, além de reforçar as críticas já feitas anteriormente.

Com isso, vemos que a tática defendida pelo MR-8, de luta pelas liberdades democráticas, longe de ser unanimidade nas esquerdas comunistas, era criticada e posta em dúvida por outras organizações. Entretanto, o MR-8 continuaria considerando que sua posição seria acertada e vitoriosa, tendo em vista os resultados eleitorais e o crescimento de sua militância pelas bases no país. Assim, no primeiro semestre de 1977 a organização realizou o seu Primeiro Congresso, que representou a oficialização de todas as posições que estavam sendo levantadas anteriormente nos mais diversos documentos da organização. Suas resoluções foram publicadas integralmente na nona edição da revista *Brasil Socialista*[45].

---

[43] *Idem*, p. 125-126.

[44] *Idem*, p. 126.

[45] Resoluções do Primeiro Congresso. *Brasil Socialista.* Ano III, nº 9, abril de 1977.

Sinteticamente, o MR-8 reforçou seu comprometimento com várias de suas bandeiras, sendo elas: levar o proletariado e as massas revolucionárias a acumularem forças pela derrubada da ditadura militar; defesa das liberdades democráticas para melhorar as condições de vida do povo e abrir caminho para a luta pelo socialismo; o combate à política de institucionalização da ditadura, que fortaleceria a posição da grande burguesa dentro do regime; o desmascaramento da oposição burguesa, representada pela maioria moderada do MDB, mostrando às massas a impossibilidade de alterar sua condição sob essa direção; atrair a pequena-burguesia democrática enquanto uma aliada do movimento popular, ampliando a resistência contra a ditadura; e, o que seria o elemento principal, organizar a resistência dos trabalhadores para a luta contra a ditadura militar, permitindo que a classe operária pudesse dar uma solução revolucionária à crise de dominação que poderia surgir no processo de derrubada do regime. Com isso, restaria retomar a tarefa de construção partidária para se alcançar a vitória do socialismo[46].

3.2. A propaganda da participação eleitoral no jornal *Unidade Proletária*

Desde as suas origens como Dissidência do PCB o MR-8 era uma organização cujos militantes vinham, proeminentemente, de bases estudantis, com importantes dirigentes possuindo esse perfil. Entretanto, embora sempre tenha havido o esforço de ampliação de suas bases no seio do proletariado desde o período da luta armada, somente após a sua reestruturação e reorientação tática é que ela foi possível de ser plenamente realizada. Como já explicitado no documento "Nossas tarefas atuais no movimento operário", publicado no primeiro número da revista *Brasil Socialista*[47] e analisado no segundo capítulo desta dissertação, haveria de ocorrer o trabalho de penetração no proletariado não para tomar o comando administrativo de seus órgãos representativos, mas sim organizar a sua resistência à ditadura militar. Nesse sentido, para auxiliar nessa tarefa o MR-8 passou a publicar, a partir de meados de 1975, o jornal *Unidade Proletária*, cujo público-alvo eram as bases do operariado, diferentemente da revista *Brasil Socialista* que tinha por objetivo realizar debates e discussões mais teóricas e políticas entre os próprios grupamentos de esquerda.

---

[46] *Idem*, p. 64-95.

[47] MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO. Nossas tarefas atuais no movimento operário. *Brasil Socialista*. Ano I, nº 1, janeiro de 1975, p. 15-34.

Esse periódico tinha a dupla função de jornal informativo, de modo que noticiava sobre as mobilizações do movimento operário nacional e internacional, além de também trazer notícias críticas sobre a cena política brasileira e a ditadura, mas também cumpria o papel de agitação, ao apresentar a situação conjuntural por meio de suas notícias e propor uma saída e uma linha de atuação. Como exemplo disso podemos utilizar o sexto número do órgão, publicado em março de 1976. Nele, em uma matéria intitulada "Acidentes de trabalho: vamos botar as CIPAs em ação[48]", o periódico traz dados sobre os acidentes de trabalho, a precariedade do transporte público, a fome, a falta de lazer e o ritmo intenso do trabalho. Para ajudar a combater o problema dos acidentes de trabalho, ele incentiva a participação dos trabalhadores nas CIPAs (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes) que, embora fossem obrigatórias nas fábricas de acordo com a legislação, elas não existiriam em sua maioria. Quando existiam, muitas vezes eram controladas pelos patrões. Assim, os trabalhadores deveriam fazer com que as CIPAs funcionassem, exigindo o cumprimento da lei por parte dos empregadores, permitindo a participação dos trabalhadores eleitos nessas comissões, lutando para que cada vez mais elas passassem para seu controle completo. Dessa forma, elas teriam um importante papel para levar à frente a luta pela obrigatoriedade da utilização dos equipamentos de segurança nas empresas e, de modo igualmente importante, serviriam como um instrumento de apoio para as demais lutas, que estariam direta ou indiretamente relacionadas com o problema dos acidentes de trabalho.

O tema da participação dos trabalhadores no processo eleitoral também era recorrente nos números da *Unidade Proletária*. Indo de encontro à tática de defesa das liberdades democráticas, o jornal buscava incentivar o voto do operariado nos candidatos oposicionistas do MDB, em especial nos autênticos quando não houvesse um candidato operário na disputa. Após a promulgação da Lei Falcão, o órgão publicou em seu número de agosto de 1976 um editorial tratando especificamente sobre as eleições municipais de novembro[49]. Para os editores, com a aprovação dessa lei, as possibilidades de se aproveitar desse pleito para realizar um trabalho revolucionário haviam ficado mais estreitas. As eleições passaram a ter um valor de plebiscito para a ditadura, em que se a ARENA ganhasse significaria que a política de distensão estaria referendada, ao passo que, se o MDB vencesse, a política de abertura seria encerrada. Assim, a aprovação dessa legislação teria amordaçado políticos de ambos os partidos, evidenciando o receio de que surgissem algumas vozes nesse conjunto que

[48] Acidentes de trabalho: vamos botar as CIPAs em ação. *Unidade Proletária*. Ano I, nº 6, março de 1976, p. 4.

[49] Editorial: Os trabalhadores e a farsa eleitoral. *Unidade Proletária*. Ano I, nº 9, p. 2-3.

denunciassem as arbitrariedades que vitimavam os trabalhadores. Dessa forma, a ditadura desejava uma campanha bem-comportada que preparasse sua farsa eleitoral[50].

A oposição burguesa aos poucos estaria abandonando suas bandeiras democráticas. Ao mesmo tempo, a oposição pequeno-burguesa continuaria indecisa e incapaz de reagir. Os autênticos teriam quase desaparecido e, na luta dentro do MDB, terminaram cedendo e estariam cada vez mais marginalizados. Isso mostraria que a pequena-burguesia não teria condições de travar uma luta séria contra a ditadura se não estiver sob a influência da classe operária, com um movimento de massas empurrando sua atuação política. Ou seja, aos poucos estaria ficando claro para os operários mais conscientes que, para poder ter influência e para fazer uma real aliança com esse setor pequeno-burguês, era necessário que o movimento operário e popular estivesse forte e atuante. Portanto, o essencial seria preparar uma oposição de caráter revolucionário, dirigida pela vanguarda operária. Sendo assim, para o órgão, os trabalhadores mais conscientes não teriam nenhuma ilusão no MDB, tendo ciência de que ele abrigaria várias correntes políticas, mas que quem mandaria no partido seria a oposição burguesa. Eles não se envolveriam na ilusão de querer "tomar" o MDB ou de querer fazer dele o centro da oposição à ditadura[51].

Seria dentro dessa conjuntura que surgiria a questão da participação das eleições municipais de novembro de 1976. A luta política contra a ditadura interessaria diretamente à classe operária, sendo que seus setores mais conscientes sabiam que deveriam aproveitar toda e qualquer oportunidade para aprofundar essa luta. Por isso, a campanha eleitoral deveria se constituir em uma trincheira de denúncias políticas, difundindo ao máximo a plataforma de combate à ditadura que interessaria aos trabalhadores e a que nada deveriam subordinar. A presença política na campanha, por parte de candidatos não comprometidos com as posições revolucionárias do proletariado, só seria justificada na medida em que fosse um instrumento eficaz no desmascaramento da ditadura e na denúncia do caráter vacilante da oposição. Com isso, não haveria ilusão sobre o que poderia fazer um vereador ou um prefeito e, se não havia motivos para acreditar no "caminho eleitoral" numa democracia burguesa, haveria menos motivos ainda para acreditar no peso de cargos municipais sob a ditadura militar. Assim, o mais importante no momento seria agitar uma bandeira política de luta contra a ditadura, ampliar sua base de influência, levantar novos pontos de apoio, denunciar o regime a serviço da burguesia

[50] *Idem*, p. 2.

[51] *Idem*, p. 2-3.

e do imperialismo para, assim, elevar o nível de consciência e mobilização dos trabalhadores e construir sua organização independente[52].

A votação recebida pelo MDB nas eleições municipais de 1976, apesar das restrições impostas pela Lei Falcão, significou para os editores de *Unidade Proletária* que a sua tática de participação eleitoral estava correta e havia sido bem-sucedida. No editorial de seu décimo terceiro número, de dezembro de 1976[53], o periódico realizou um balanço político e eleitoral, buscando aprofundar e continuar agitando a base operária. O órgão argumentava que, embora tenha participado em somente cerca de 1500 municípios, e a ARENA tenha recebido mais votos que o MDB, a soma dos votos nesse partido, mais os brancos e nulos, seriam maiores que a votação recebida pela ARENA, evidenciando que o povo não estaria ao lado da ditadura. Dessa forma, os votos recebidos pela ARENA não significavam um apoio às políticas do governo, mas sim que amplas parcelas da população ainda não teriam aprendido a identificar seus inimigos e a expressar corretamente seus interesses[54].

Entretanto, as eleições burguesas nunca refletiriam fielmente a correlação de forças em um país, uma vez que favoreceriam enormemente os exploradores. Mais ainda, as características nacionais fariam com que as próprias eleições não fossem algo para serem respeitadas. Para o órgão, em um país como o Brasil,

> (...) onde os analfabetos, soldados, cabos e marinheiros não podem votar, onde as organizações revolucionárias dos trabalhadores estão na ilegalidade e são constantemente perseguidas, onde mesmo para enfrentar uma maioria esmagadora de candidatos oposicionistas moderados e conciliadores em eleições municipais a Ditadura se viu obrigada a apelar para a Lei Falcão, as eleições não passam de uma piada[55].

Por isso, a comparação entre a soma de votos da ARENA e do MDB seria uma questão secundária. O que importaria de verdade seria analisar o que poderia ser aproveitado para a luta dos trabalhadores brasileiros contra a ditadura[56].

A campanha levada a cabo pelo periódico teve o principal objetivo o desenvolvimento da agitação política para elevar o nível de consciência das massas populares. Apesar das limitações, da repressão, foi realizada uma ampla denúncia da ditadura, em que foram levantadas as bandeiras de luta por melhores condições de vida e pelas liberdades democráticas. Nos lugares em que os proletários se dedicaram à exploração das brechas legais para o trabalho de agitação, sempre teriam conseguido encontrar um jeito de realizá-lo sem

---

[52] *Idem*, p. 3.

[53] Editorial: Eleições. *Unidade Proletária*. Ano II, nº 13, dezembro de 1976, p. 2-3.

[54] *Idem*, p. 2.

[55] *Ibidem*.

[56] *Ibidem*.

fazer concessões às correntes burguesas e pequeno-burguesas do MDB. Isso levou ao avanço na criação e no fortalecimento das organizações populares, como as oposições sindicais e as sociedades de bairro, incrementando as lutas que já estavam sendo travadas e abrindo novas perspectivas para o seu desenvolvimento[57].

Dessa maneira, a campanha e os resultados eleitorais teriam mostrado que houve vitórias onde houvesse candidatos vinculados ao movimento operário e popular, que buscavam expressar posições de luta. Entretanto, em alguns casos a dispersão em torno de vários candidatos prejudicou e eles não conseguiram ser eleitos. Assim, os autênticos do MDB conseguiram péssimos resultados nos locais em que fizeram uma campanha "água morna", ao passo em que colheram bons resultados onde se radicalizaram e se aproximaram das posições verdadeiramente populares. Isso, somando as vitórias dos candidatos populares, seria mais uma demonstração para os doutrinaristas, que diziam que a participação no processo eleitoral seria levar água para o moinho da pequena-burguesia, de que eles precisariam crescer para poder discutir a política revolucionária com os trabalhadores[58].

Para o órgão, havia duas posições incorretas dentro da esquerda que deveriam ser combatidas. A primeira seria aquela que recomendou o voto no MDB, mas desistiu de denunciar claramente para as massas o caráter de classe das tendências políticas que predominavam no partido. Essa posição serviria apenas para confundir a massa e seria uma política oportunista e de reboque em relação às frações da burguesia. A segunda posição equivocada seria a do voto nulo. Quem a defendia deixaria de aproveitar o processo eleitoral para cumprir o seu papel, que seria o de se aproximar das massas trabalhadoras dando direção e organização à luta. Antes da campanha esses setores falavam que era necessário combater a política de institucionalização da ditadura e as ilusões das massas nas eleições e no MDB. Entretanto, limitaram-se a fazer suas pregações para círculos restritos, omitindo-se de levar a luta política nas massas. Esse erro seria ainda mais grave, na medida em que teria demonstrado a incapacidade para aprender com a própria realidade, uma vez que a participação dos trabalhadores na campanha eleitoral de 1974 já teria demonstrado o acerto dessa posição[59].

O jornal *Unidade Proletária*, assim, nos dá um bom panorama das intenções da organização que o editava e as maneiras como ela buscava atingir seu público-alvo, o operariado. Mais ainda, o periódico nos permite observar de uma maneira suscinta como estava

[57] *Ibidem*.

[58] *Idem*, p. 2-3.

[59] *Idem*, p. 3.

a conjuntura de lutas, greves e reivindicações no Brasil durante os anos do governo Geisel. Ele serve, assim, como um importante termômetro para analisarmos a crescente agitação passada pelo movimento sindical durante a década de 1970, mesmo antes das grandes greves dos anos 1978 e 1979. Veremos mais à frente como o periódico observava essas movimentações e suas opiniões e interpretações, principalmente após a notoriedade recebida pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, encabeçado por Luís Inácio "Lula" da Silva.

Assim, durante o processo eleitoral de 1976 o MR-8 conseguiu colher alguns frutos. Na cidade do Rio de Janeiro o MDB recebeu 1,2 milhão de votos, frente a 546 mil da ARENA. Dentre os eleitos à Câmara Municipal estava um dos dirigentes do MR-8, Antônio Carlos Nunes de Carvalho[60], o Tonico, eleito com 38.930 votos, sendo o oitavo vereador mais votado[61]. Vemos, com isso, que tanto a decisão de participar das organizações de base, para criar núcleos de apoio, quanto a de participar das eleições tiveram sucesso. A eleição de Tonico, assim, seria um primeiro sinal para o MR-8 do acerto da tática da luta pelas liberdades democráticas e da organização da resistência dos trabalhadores. Entretanto, tão ou mais importante foram as próximas eleições, de novembro de 1978, que tiveram impacto direto na reorientação do seu programa em seu segundo congresso. Vejamos, portanto, a análise da situação política e eleitoral a partir da edição do Pacote de Abril, de 1977, pelas páginas de *Unidade Proletária*.

Em seu número de junho, o órgão discutiu a situação do regime militar devido à promulgação do Pacote de Abril. Representando o fim da distensão, essa seria uma grave derrota para a ditadura que teve que mudar de passo no meio da marcha. As classes dominantes já não se mostravam tão seguras e, ao mesmo tempo, o sentimento oposicionista estava crescendo por todo o país. Novos setores passavam à oposição, em particular o movimento

---

[60] Antônio Carlos Nunes de Carvalho, o Tonico, foi um importante dirigente do MR-8 no período abordado neste trabalho. Um dos documentos produzidos pelo SNI, de 24 de novembro de 1976, que buscava informar sobre os "elementos comuno-subversivos" eleitos para as câmaras e prefeituras do estado do Rio de Janeiro, traz um breve resumo do histórico de Tonico. Ele havia sido preso no Congresso da UNE em Ibiúna, em 1968; detido em 1969 ao tentar fugir de uma ação policial de trânsito, em que foi encontrado um "petardo" de fabricação caseira em seu carro; foi indiciado em inquérito do DOPS da Guanabara em 1970 para apurar os envolvidos com a "Dissidência Comunista do Estado da Guanabara", sendo enquadrado pelos dispositivos da Lei de Segurança Nacional; teria sido "denunciado" por dois militantes do MR-8 ao CISA (como é sabido, esses depoimentos eram geralmente extraídos sob tortura) como pertencente a essa organização; em 1974 teria sua fisionomia relacionada a um assalto à sede da Guarda Noturna, ocorrido em 1973, no antigo estado da Guanabara; e teria sido lançado candidato em 1976 pelo grupo ligado ao ex-deputado Lysâneas Maciel. Mais ainda, seria caracterizado como um "comunista e antirrevolucionário" pelo órgão de informações. Dessa forma, podemos afirmar que, de fato, a eleição de militantes e indivíduos ligados ao MR-8 e a outros grupos comunistas não era nenhum segredo para o regime. *Cf.* SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. *Elementos comuno-subversivos eleitos vereadores e prefeitos pelo estado do Rio de Janeiro.* 24 de novembro de 1976. Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações. Código de referência BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.76099575.

[61] Dados obtidos no site do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, no documento "Resultados Finais das Eleições Municipais de 15.11.1976". <https://apps.tre-rJefferson Athaydesjus.br/site/jsp/grava_arquivo.jsp?id=103661>. Acesso em 24/02/2021.

operário e popular, que conquistava algum espaço e vinha elevando sua combatividade. Assim, com o Pacote de Abril teria aumentado o isolamento da ditadura militar, cuja base de apoio não estava muito unida. Ela ainda continuava muito mais forte que o povo, mas teria menos força do que antes. A situação apresentava um quadro de instabilidade política crescente, no qual se colocava mais de uma alternativa para a ditadura. Seria predominante a tentativa de congelar o quadro político, impedir o aumento do desgaste e ganhar tempo até 1978. Daí se esperava trocar o presidente e traçar uma política mais bem definida[62].

A ditadura não estaria com força para reprimir toda a oposição. O que ela faria era combinar ofensivas repressivas localizadas com manobras para se recuperar do desgaste. Esse vai e vem dependeria de muitas coisas, inclusive do ímpeto do movimento de massas, cujo alastramento poderia tornar inviável essa política, obrigando o governo a fazer concessões ou a um forte endurecimento. Por outro lado, a oposição burguesa, capitaneada pelos moderados do MDB, estaria em um ponto mais complicado. Ela ganhou força durante os últimos anos, mas chegou a um beco sem saída. Depois de ter sido alvo de voto de protesto popular em 1974, o partido esforçou-se para convencer as massas de que seria possível mudar a sua situação por meio das eleições. Entretanto, com o Pacote de Abril, a ditadura deu o recado claro: os altos mandos militares pretendiam continuar dirigindo o país por, pelo menos, mais doze anos. Dessa forma, o MDB não sabia o que fazer. A relação da oposição liberal com a ditadura militar estaria crítica, o que seria bom para a esquerda pois isolaria mais ainda o governo. Contudo, ela ainda queria encontrar uma saída junto com a ditadura para a crise, o que seria muito ruim para os comunistas se desse certo[63].

O alastramento do descontentamento também estaria ocorrendo dentro da pequena-burguesia. Essas camadas estavam se deslocando progressivamente para a oposição. Enquanto alguns setores ainda estavam em um compasso de espera, com esperança de que a situação pudesse melhorar com a distensão, o Pacote de Abril fez essas esperanças irem por água abaixo. Dessa forma, a pequena-burguesia deveria se radicalizar bastante e adotar, em sua maioria, uma atitude oposicionista mais aberta. Em vez de cortar o caminho, o Pacote de Abril acabou por "engrossar o caldo" desses movimentos[64].

O movimento operário e popular, em particular, seguia em franca reanimação. As lutas ainda seriam pequenas, localizadas e desconectadas entre si, faltando organização e

---

[62] Editorial: Organizar e ampliar a resistência dos trabalhadores. *Unidade Proletária*. Ano II, nº 16, junho de 1977, p. 2.

[63] *Ibidem*.

[64] *Idem*, p. 2-3.

unidade, apesar de estar melhorando. Já apareciam formas de coordenação, sendo maior o nível de consciência dos setores avançados e a simpatia e apoio geral dos operários menos conscientes às lutas que iam acontecendo. Apesar de mais fraco, na zona rural o movimento vinha tomando impulso. Também era notável a mobilização do movimento estudantil, que em quase todos os estados reconstruía suas entidades linhas e ganhava características de massa. Essas mobilizações elevaram as dificuldades políticas da ditadura e tiveram forte repercussão junto às mais diversas camadas da população, especialmente junto aos trabalhadores. Assim, o Pacote de Abril não iria bloquear tudo isso. Apesar das novas leis repressivas do governo, o movimento de massas poderia ganhar mais impulso. Por isso seria necessário organizar e ampliar a resistência dos trabalhadores, que era o caminho mais adequado para a formação de um poderoso movimento de massas contra a ditadura[65].

Mesmo com esse diagnóstico de crise da ditadura militar o periódico não considerava que o regime estivesse prestes a ser derrotado. Pelo contrário, apesar dos sérios problemas e da reanimação dos movimentos oposicionistas, ela não estaria prestes a cair imediatamente e nem as massas já haviam reunido condições para passar à ofensiva. As correntes políticas que estavam apregoando a queda imediata da ditadura estariam confundindo uma situação de grande instabilidade e de problemas crescentes com uma situação de queda iminente. Estariam também confundindo uma situação de franca reanimação do movimento de massas com uma situação de ofensiva. O resultado desses erros sérios seria fazer pouco caso de um inimigo que teria ainda muita força, fazendo vista grossa para as imensas dificuldades enfrentadas pelo movimento de massas no caminho de sua reorganização, semeando ilusões que desarmariam os trabalhadores no caminho de sua luta contra a ditadura[66].

Assim, a razão para tanta confusão estaria na extrema impaciência de certas camadas da pequena-burguesia ao iniciar um processo de crescimento e radicalização na ausência de um movimento operário forte. Boa parte das bases de sustentação das organizações de esquerda ainda se encontravam nessas parcelas, cujos impulsos tenderiam a influenciar mais fortemente esses grupamentos quanto menor fosse sua sedimentação ideológica. Com isso, a pequena-burguesia, quando se radicaliza e entra em ascensão, quer respostas e soluções imediatas. O desejo de se ver livre da ditadura levava certas camadas da pequena-burguesia a perderem contato com a realidade e a substituírem a realidade por seus desejos. Por isso, achando que a ditadura estava nas últimas, pronta para cair, essas correntes queriam jogar a

---

[65] *Idem*, p. 3.

[66] Editorial: A Ditadura está para cair? *Unidade Proletária*. Ano II, nº 17, julho de 1977, p. 2.

todo preço o movimento de massas numa ofensiva aberta contra o regime. O resultado disso só poderia ser abortar o desenvolvimento do movimento, realizando, assim, o trabalho dos inimigos. Frente a essa situação, seria hora de luta e de unidade, e não de tolices e de divisão[67].

Essa intepretação de que a ditadura estaria em crise e o movimento popular na defensiva continuaria ao longo de 1977 até as manifestações a favor do reajuste salarial promovidas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo no segundo semestre do ano. Veremos mais à frente como o periódico analisava o desenvolvimento do movimento sindical. O que interessa no momento é saber que, a partir desse evento, o periódico intensificou sua defesa da participação dos movimentos de base para direcioná-los no rumo considerado correto. Ao mesmo tempo, *Unidade Proletária* também buscou propagandear a participação nas eleições de novembro de 1978 enquanto um importante marco na luta contra a ditadura. Vejamos, portanto, como isso se dava em suas páginas.

Em seu editorial de agosto de 1978 o periódico retomou o caminho das discussões e reiterou muitos dos seus argumentos a respeito da questão eleitoral. A partir de 1974, houve uma intensa luta ideológica no seio das forças da esquerda a respeito da participação nas eleições e no parlamento burguês. Muitos pontos referentes aos princípios e à tática dos comunistas foram aprofundados por esses debates, o que culminou no enfraquecimento de posições direitistas (participar das eleições a reboque dos liberais) e esquerdistas (defesa do voto nulo). Em meio a essa luta os setores proletários da esquerda avançaram, equacionando a questão das eleições à luz dos princípios do marxismo-leninismo e de uma análise correta das condições da luta de classes no Brasil. Assim, a posição assumida foi a de que a participação eleitoral seria necessária pois as massas ainda não estariam em condições de empreender uma ofensiva revolucionária. Contudo, ela deveria estar sempre ligada à denúncia permanente dos crimes da ditadura, da inconsequência da oposição liberal, da vacilação da democracia pequeno-burguesa e do caráter das eleições e do parlamento burguês. Ou seja, deveria se utilizar o parlamento e as eleições para levar a massa a desacreditar deles e acreditarem cada vez mais no caminho da própria luta, no caminho da revolução. Naquele momento seria grande o número de trabalhadores conscientes que concordavam com essa posição e almejavam utilizá-la como uma arma para impulsionar o processo revolucionário. Essa seria, portanto, a maior garantia

[67] *Idem*, p. 2-3.

que o órgão teria para afirmar que as eleições de 1978 significariam um enorme avanço na luta do proletariado e do povo brasileiro[68].

Assim, com base na autocrítica dos erros esquerdistas a partir de 1974, os comunistas chegaram às eleições de 1976 com uma visão mais amadurecida, que permitia tirar todo o proveito da farsa eleitoral armada pela ditadura. A tática mais acertada, nesse caso, foi a de não ir contra a tendência da massa de votar nos candidatos menos comprometidos com o regime, sem deixar, no entanto, de denunciar amplamente suas posições inconsequentes, para que o voto popular nesses candidatos fosse o mais crítico possível. Com isso, em 1978 as linhas gerais afirmadas na campanha de 1976 continuariam válidas. A grande diferença seria que a campanha poderia ser mais ousada que as anteriores, permitindo denúncias políticas mais incisivas e ações de massa mais agressivas. A agitação a ser feita deveria ser a mais ampla possível sobre a necessidade de um governo popular enquanto alternativa à ditadura, estendendo a propaganda do socialismo. Dessa forma, os comunistas deveriam avançar na consolidação de seus grupos para a formação do verdadeiro partido da classe operária e, ao mesmo tempo, também deveriam lutar para promover a unidade das forças populares, retirando as correntes pequeno-burguesas da órbita dos liberais, para construir uma Frente que fortalecesse a luta dos trabalhadores e do povo pela derrubada da ditadura[69].

Foi com esse posicionamento que o MR-8 se lançou na campanha eleitoral de 1978. Em uma campanha cheia de limitações impostas pelas mudanças legislativas, a organização, devido à sua ativa inserção em movimentos sindicais e de base, apoiou diversas candidaturas vitoriosas do MDB. Nesse pleito, principalmente, conseguiu eleger Raymundo de Oliveira, um de seus dirigentes, como deputado estadual pelo estado do Rio de Janeiro com 60.506 votos[70]. Assim, para o MR-8, a votação expressiva de um de seus quadros e os resultados gerais das eleições coroaram o sucesso da tática de defesa da luta por liberdades democráticas. Mais do que isso, esse resultado propiciou a proposta de aprofundamento dessa frente eleitoral e a construção de uma frente popular, centrada em torno do MDB, considerado agora como a

---

[68] Editorial: O proletariado e as eleições. *Unidade Proletária*. Ano IV, nº 23, agosto de 1978, p. 2.

[69] *Idem*, p. 3.

[70] Em entrevista a Américo Oscar Freire e Marieta de Moraes Ferreira, Raymundo de Oliveira afirmou ter sido um quadro do MR-8, mas não completamente, principalmente por nunca ter assinado nenhuma ficha de filiação e ter posições mais amplas com outros grupamentos de esquerda, como o PCdoB. Entretanto, ele era muito próximo e se reunia frequentemente com o MR-8, de modo que era considerado "pessoa até de direção". Assim, ele se manteve ligado à organização durante todo o seu mandato de deputado estadual, de 1979 a 1983. Ele fez parte do PMDB até 1988, quando se desligou e foi um dos fundadores do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), indo para o Partido Democrático Trabalhista (PDT), de Leonel Brizola, nos anos 1990. *Cf.*: OLIVEIRA, Raymundo Theodoro Carvalho De. *Raimundo de Oliveira (depoimento,1999)*. Rio de Janeiro: CPDOC/ALERJ, 2001.

principal ferramenta no combate à ditadura. Veremos no próximo capítulo como se deu a defesa desse novo posicionamento e como eles impactaram nas formulações de seu segundo congresso, em outubro de 1979. No momento, é importante termos em vista outro evento que também impactou nessa decisão. Entre 1975 e 1978 o Brasil vivia a crescente reanimação do movimento sindical que atraiu a atenção das organizações de esquerda, o MR-8 não sendo exceção. Analisaremos, portanto, como o MR-8 observava a arena sindical nesse período para compreendermos os caminhos que levaram até a realização de seu Segundo Congresso em fins de 1979, que representaram uma importante mudança em seus posicionamentos.

3.3. O movimento sindical entre 1975 e 1978

Como dito anteriormente, o jornal *Unidade Proletária* possuía um perfil mais voltado para as bases do operariado, trazendo notícias e matérias a respeito de mobilizações sindicais, sociais e críticas sobre a situação política, além de realizar propaganda das posições do MR-8. Com isso, esse periódico nos ajuda a compreender como o movimento operário foi crescendo ao longo da segunda metade da década de 1970, culminando nas grandes greves do ABC paulista, encabeçadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Dessa forma, vejamos algumas notícias e as interpretações desse órgão sobre a cena política e sindical.

A princípio, podemos notar que, sobretudo nos anos 1975 e 1977, *Unidade Proletária* interpretava muitas das manifestações enquanto movimentos espontâneos e desorganizados. Um exemplo disso foi uma matéria publicada em seu primeiro número, intitulada "Revolta popular no Grande Rio[71]", abordando o problema das linhas de trens do Rio de Janeiro. De acordo com a reportagem, o aumento do custo dos ônibus, somado ao péssimo estado das locomotivas e ao aumento populacional gerou graves problemas de funcionamento, levando a quebra-quebras e incêndios causados pelos usuários. Os trabalhadores fizeram isso por cerca de dez vezes entre setembro de 1974 e maio de 1975. Para o periódico, o grau de organização desses movimentos teria sido quase nulo, bastando um atraso ou um acidente para alguém se exaltar e iniciar o quebra-quebra. Essa seria a forma que as massas, que ainda possuíam um baixo nível de consciência e de organização, encontraram para protestar[72].

A partir de 24 de junho a revolta popular teria atingido grandes proporções, em que três estações foram inteiramente destruídas e o ramal de Japeri teria se transformado em uma

[71] Revolta popular no Grande Rio. *Unidade Proletária*. Ano I, nº 1, julho de 1975, p. 4-5.

[72] *Idem*, p. 4.

praça de guerra. Sem conseguir conter os manifestantes, a Polícia Militar teve que chamar a Polícia do Exército, havendo muitos trabalhadores arrastados para a Vila Militar, correndo o risco de "desaparecer" como os presos políticos. Entretanto, a política repressiva não foi eficiente e entre 9 e 10 de julho os atrasos dos trens transformaram os subúrbios cariocas em um campo de batalha, havendo enfrentamento entre trabalhadores e a polícia em várias localidades. Além das prisões, o periódico reporta ao menos dez trabalhadores mortos a bala. Essa situação obrigou o governo federal a exigir "urgentes providências", embora não se precisasse de muito raciocínio para perceber que essas providências que estavam dispostos a tomar não passariam de tapa-buracos. Assim, os protestos continuaram ao longo de julho apesar das promessas da ditadura[73].

Dessa forma, o jornal propunha uma linha de ação dos comunistas para com os trabalhadores em revolta. Uma vez que o nível de organização ainda era muito baixo, não passando do limite das explosões espontâneas e sem planejamento, a vanguarda deveria participar do quebra-quebra e tomar a iniciativa. Também era necessário organizar uma plataforma de lutas e fazer agitação nos bairros e fábricas, além de avançar na criação de associações de bairro, sindicatos, elementos da igreja, vereadores e deputados para se comprometerem com as reivindicações dessa plataforma[74].

As eleições em sindicatos importantes também eram noticiadas nas páginas de *Unidade Proletária*. Um exemplo seria a matéria sobre as eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo[75], comandado por Joaquim de Andrade, o Joaquinzão, tradicional sindicalista e considerado um "pelego" pela oposição sindical. A reportagem discute como a campanha havia sido de chapa única, composta pela então direção, sendo discreta e sem tocar em nenhuma pauta como o arrocho, a liberdade sindical, a lei antigreve ou a luta contra a ditadura. Contudo, esse processo eleitoral havia sido fraudulento, uma vez que a oposição não teria conseguido apresentar uma chapa, sendo impossibilitados de concorrer e, mais ainda, quem controlava as urnas era a própria chapa única. A oposição, entretanto, organizou-se e passou a fazer campanha pelo voto nulo, denunciando o peleguismo da chapa única e divulgando um programa de lutas combativo, buscando mobilizar as fábricas. Dessa forma, a vitória de Joaquinzão (em que foram contabilizados 33 mil votos para a chapa, 25 mil abstenções, 896 votos em branco e 344 nulos) consolidaria mais três anos dos mesmos pelegos

[73] *Idem*, p. 4-5.

[74] *Idem*, p. 5.

[75] SP: Eleições dos metalúrgicos. *Unidade Proletária*. Ano I, nº 1, julho de 1975, p. 6-7.

dominando o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo desde a intervenção após o golpe de 1964[76].

O jornal afirmou, portanto, que quem pensasse em levar à frente as lutas de classe não poderia se limitar a apenas conquistar diretorias sindicais. Por isso o próprio movimento operário, quando começava a avançar, faria nascer uma outra estrutura apoiada diretamente nas fábricas. As comissões de fábrica seriam o embrião, o ponto de partida para a construção de um sindicalismo livre e independente. Apesar dos "Joaquins de Andrade", as lutas operárias estavam crescendo e iriam crescer mais ainda. Enquanto a burguesia se regozijava com essa vitória, a classe operária fazia um balanço de sua atuação, preparando seus planos para dar um passo à frente, rumo à vitória que estaria se aproximando[77].

Dessa forma, vemos que o periódico já observava que o movimento operário e popular estava lentamente se reanimando, embora com pouca organização e de forma espontânea. Em outros números do periódico podemos observar alguns exemplos sobre essas mobilizações. No quinto número, de janeiro de 1976, o jornal reportava uma greve na Comércio e Indústria Engenharia Capixaba (CIEC, uma empresa de construção civil do Espírito Santo), em que os operários reivindicavam aumento de 50 centavos por hora trabalhada. O sindicato, comandado pelos pelegos, tentou desmobilizar o movimento. Os operários, com isso, continuaram com uma operação tartaruga até conseguirem o aumento[78]. Em março, o jornal noticiou um quebra-quebra nas portarias da fábrica da "Saad do Brasil[79]" devido ao atraso de pagamentos. A polícia interveio, mas os trabalhadores continuaram ali exigindo o pagamento. Por intermédio dos policiais, a empresa prometeu realizar o pagamento no dia seguinte sem falta e que ninguém sofreria represálias. Para o jornal, essa experiência seria mais um exemplo dos quebra-quebras, que estavam em alta, servindo para tornar os operários da Saad mais confiantes e mais conscientes de sua própria força[80]. Em dezembro de 1976, o periódico abordou a campanha salarial de Belo Horizonte e Contagem, em que as assembleias sindicais teriam aprovado a luta por 60% de aumento. Entretanto, os pelegos empurraram um acordo de

[76] *Ibidem*.

[77] *Idem*, p. 7.

[78] Greve no Espírito Santo. *Unidade Proletária*. Ano I, nº 5, janeiro de 1976, p. 9.

[79] A "Saad do Brasil" foi uma empresa localizada em São Caetano do Sul – SP, responsável pela fabricação de produtos de borracha. *Companhia Saad do Brasil – 61.149.712/0014-86*. <https://cnpj.biz/61149712001486> Acesso em 13/03/2021.

[80] Quebra-quebra na SAAD do Brasil. *Unidade Proletária*. Ano I, nº6, março de 1976, p. 16.

43%, fechando os patrões à revelia dos trabalhadores. Os metalúrgicos, com isso, estariam tentando formar uma oposição sindical[81].

Esses exemplos, vitoriosos ou não, mostram que, de fato, o movimento sindical estava se reanimando, embora ainda continuasse atomizado, restrito a fábricas isoladas e sem uma coordenação central. Apesar dessas manifestações providenciarem uma importante experiência de luta para esses trabalhadores, suas reivindicações limitavam-se às pautas econômicas e localizadas, não possuindo grande impacto para além dos limites da própria empresa. Por isso, *Unidade Proletária* deu bastante ênfase nas eleições dos sindicatos importantes que aconteceriam em 1977 e 1978. Para o periódico, a vacilação de setores sindicais combativos estaria demonstrando ser preciso discutir a respeito da participação e luta dentro dos sindicatos oficiais. Eles ainda teriam um grande peso para a classe operária, cuja maioria não havia ainda se convencido da necessidade de construir e sustentar os sindicatos livres e independentes dos controles ministeriais. Portanto, os comunistas teriam de combinar a luta pelo fortalecimento das Comissões Operárias nas fábricas com aquela dentro dos sindicatos oficiais, levando as reivindicações operárias a se imporem, desmascarando as traições dos pelegos e levando os trabalhadores a participarem ativamente dessa disputa[82].

Para o texto, anteriormente, as afirmações de que as eleições sindicais não eram importantes faziam sentido pois o que se combatia era o desvio do sindicalismo de cúpula. Agora, elas só serviriam para encobrir as inseguranças de alguns companheiros de que, ao assumirem uma atividade permanente dentro dos sindicatos oficiais, acabariam caindo nos velhos desvios que buscavam condenar. Assim, aqueles que faziam "corpo mole" sobre a importância de participar e ganhar as eleições sindicais também não sindicalizariam os operários, não prensariam os pelegos permanentemente, não sabiam aproveitar as brechas existentes para levantar as reivindicações operárias dentro dos sindicatos atrelados. A experiência teria mostrado que os operários conscientes poderiam tirar muito proveito da ação dentro desses sindicatos, tendo como exemplo os casos de Contagem e de Osasco, em 1968. Dessa forma, os comunistas deveriam concorrer às eleições sindicais, procurando unir todos os setores combativos em torno de uma plataforma classista – contra o arrocho, por melhores condições de vida e de trabalho, pelas liberdades sindicais, por um sindicalismo independente e organizado pelas bases –, realizando um amplo trabalho de massas[83].

---

[81] Belo Horizonte e Contagem: Campanha salarial dos metalúrgicos. *Unidade Proletária*. Ano II, nº 13, dezembro de 1976, p. 5.

[82] As eleições sindicais e nossas tarefas. *Unidade Proletária*. Ano II, nº 14, março de 1977, p.4.

[83] *Ibidem*.

A partir do segundo semestre de 1977 a cena sindical passou por intensas transformações. De acordo com Vito Giannotti, em agosto daquele ano o jornal *Washington Post* publicou um artigo, republicado no Brasil pelo *O Estado de São Paulo*, a respeito dos índices de inflação oficiais brasileiros entre 1973 e 1974. De acordo com a matéria, a inflação oficial teria sido de 12,6% quando na realidade fora de 22,5%. Essa notícia teria circulado entre muitos trabalhadores, impulsionando um movimento pela reposição salarial. Alguns sindicatos, liderados pelos Metalúrgicos de São Bernardo, iniciaram uma mobilização pela reposição dos 34,1% atualizados, o que provocou a reunião de quase cinco mil pessoas em frente ao sindicato em assembleia. Em outubro isso também ocorreu em São Paulo, em que a Oposição Metalúrgica conseguiu aprovar, em uma assembleia com mais de mil pessoas, a decretação de uma greve pela reposição da inflação de 1973[84]. Assim, esses eventos marcaram os primeiros passos do movimento sindical rumo a grandes mobilizações reivindicativas e combativas, que marcariam os anos finais da década de 1970 e início dos anos 1980.

Dada a sua importância, essas movimentações não passaram batidas pelas páginas de *Unidade Proletária*. Em novembro o periódico buscou analisar a situação e expor seus posicionamentos. Para o órgão, a classe operária estaria lentamente reagrupando suas forças e elevando a sua atuação no terreno sindical. Seria um sintoma dessa reanimação o fato de algumas oposições combativas terem a chance de vencer as eleições que iriam ser realizadas em alguns meses para diversos sindicatos. Com isso, o manifesto dos trabalhadores gaúchos e a atuação dos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo e Santo André, na luta pela reposição salarial, seriam exemplos significativos disso[85].

O periódico também aproveitava para criticar posições e interpretações que considerava erradas sobre essas manifestações. Para o órgão, haveria quem dissesse que elas viriam reforçar a tese de que a maioria dos dirigentes sindicais nunca teria deixado de ter um razoável espírito de luta e que estariam apenas esperando o momento propício para revelá-lo. Essa seria uma tese sem sentido, já que a realidade teria se encarregado de mostrar que para cada Luís Inácio da Silva (o Lula, então líder do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo) que aparecia, continuaria existindo muitos pelegos que aperfeiçoavam diariamente a arte de defender os interesses da burguesia no interior do movimento sindical. De igual modo errariam aqueles que considerariam que não haveria avanços reais, ainda que limitados, nas posições de

[84] Capítulo 7: Do golpe de 64 à explosão das greves (1964-1979). *In:* GIANOTTI, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 220-221.

[85] Alguns efeitos da reanimação da vida sindical. *Unidade Proletária*. Ano II, nº 19, novembro de 1977, p. 4.

algumas diretorias e que eles seriam positivos para a luta. Isso se daria devido ao aumento do grau de mobilização da classe, que estaria agindo sobre as cúpulas sindicais. Pelegos como Ari Campista, então presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), sentiriam que o chão estaria fugindo sob os pés. Por outro lado, aqueles mais maleáveis, como Joaquim de Andrade, seriam obrigados a usar uma linguagem diferente, fazendo verdadeiros malabarismos para apresentar suas propostas traidoras e desmobilizadoras como posições de luta. Entretanto, ainda haveria aqueles que estariam avançando e contribuindo limitadamente para o avanço do movimento. Esse seria o caso de Luís Inácio da Silva[86].

O comportamento dessas correntes na questão da reposição salarial seria bem significativo. Enquanto os pelegos mais linha dura estavam repetindo as palavras do governo, dizendo que "não há o que repor", a diretoria dos metalúrgicos de São Paulo liderava o bloco dos que diziam que "era preciso levar a luta para frente", através de uma ação popular contra o governo. Contudo, ambas as propostas teriam o objetivo de desmobilizar a classe operária. A primeira teria razões óbvias, enquanto a segunda seria uma perda de tempo devido à demora para o julgamento de uma ação popular como essa. No entanto, a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo encaminhou a luta no rumo certo ao usar das brechas legais para forçar a negociação direta com os patrões. Isso possibilitou a abertura de um razoável espaço de movimentação para a categoria[87].

Assim, seria outra conversa se Luís Inácio da Silva e os demais dirigentes sindicais que o acompanharam nessa posição estariam manobrando corretamente nesse terreno e extraindo da luta tudo o que ela poderia dar para a classe. Eles não eram comunistas e manifestavam fortes desvios legalistas, mesmo no campo da ação sindical, querendo realizar um sindicalismo "de pressão", mas ao mesmo tempo bem-comportado. Com isso, seria óbvio que não estivessem conduzindo a luta da melhor forma. Mesmo assim, o passo dado favoreceu, e bastante, a ativação do movimento operário. Dessa maneira, os companheiros revolucionários que afirmassem que seriam "tudo pelego igual" acabariam atrapalhando tanto na hora de fazer alianças com essas forças quanto na hora de dar combate às suas limitações. Não saberiam nem as atrair e empurrar para a frente, nem disputar com elas a direção da luta[88]

O sectarismo desses companheiros viria do medo de ficarem isolados, de que a classe operária, em seu processo de reanimação, acompanhasse as lideranças que defendessem

---

[86] *Ibidem*.

[87] *Ibidem*.

[88] *Idem*, p. 4-5.

uma luta cheia de senões e moderações, que visse a ação sindical como um fim em si mesmo ou que desejassem desembocar em outro caminho que não fosse o da revolução socialista. Contudo, ficar esbravejando contra o "peleguismo" de quem não estivesse se comportando como pelego seria o melhor caminho para isolar-se das massas e entregar para essas lideranças a direção do movimento. Dessa forma, não adiantaria querer tentar barrar no grito o crescimento de lideranças do tipo de Luís Inácio da Silva, sendo necessário inclusive reconhecer que em algumas questões eles estariam fazendo um trabalho melhor do que o de oposições que insistiam em continuar a catar operários com pinça, ao invés de enfrentarem as dificuldades de um trabalho massivo. Assim, enquanto as boas intenções seriam necessárias para a construção de um movimento operário revolucionário, também seria preciso existir boas posições táticas. Essas boas posições seriam incompatíveis tanto com a diluição dos que passam atestado de combatividade para todos, como o sectarismo de quem fechava os olhos para os novos fenômenos que a realidade da luta de classes iria apresentando[89].

Podemos ver, com isso, que o periódico comemorava a intensificação da mobilização sindical e se posicionava favorável ao surgimento das suas novas lideranças, com destaque para Lula. Mesmo que não concordasse inteiramente com suas posições políticas, o jornal reconhecia a importância e o papel dessas mobilizações no combate à ditadura militar, restando aos comunistas o trabalho de compreender esses movimentos, participar deles, e tentar levá-los para uma posição que tente romper com as limitações do legalismo. Isso, mais uma vez, iria de encontro com a tática do MR-8 de organização da resistência dos trabalhadores: mais do que apenas dizer o que eles deveriam fazer, os comunistas deveriam utilizar das formas de luta gestadas pela própria classe operária e guiá-las rumo à revolução socialista.

Nesse sentido, as eleições sindicais de 1978 seriam importantíssimas para os desenvolvimentos ao longo do ano. Em fevereiro de 1978[90] o periódico noticiava que os pelegos estariam perdendo terreno, indicando que a reanimação do movimento operário estava se fazendo sentir no plano eleitoral. As atenções estariam concentradas nos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Contagem, importantes redutos da classe operária, onde as oposições iriam jogar duro para arrancar os pelegos dos comandos dos sindicatos. Embora os metalúrgicos de Santo André e de São Bernardo também fossem às urnas, nesses casos os setores classistas optaram por não apresentar chapa própria, compondo ou apoiando as chapas de situação. Mesmo que elas não estivessem entusiásticas na defesa dos interesses dos trabalhadores, ao

[89] *Idem*, p. 5.

[90] Eleições sindicais. *Unidade Proletária*. Ano II, nº 20, fevereiro de 1978, p. 5-6.

menos estavam começando a se afastar do peleguismo tradicional, especialmente a respeito da questão da reposição salarial[91].

Estava ficando cada vez mais claro que o processo de retomada das lutas sindicais passaria, necessariamente, pelos sindicatos oficiais, apesar dos limites do controle ministerial. O crescimento das movimentações e da consciência da classe operária iria se chocar, mais cedo ou mais tarde, com esse controle, tornando possível sua derrubada ou a construção de "sindicatos livres". Contudo, naquele momento, em que começavam a aparecer os primeiros sinais de generalização das lutas sindicais, a disputa pelo controle dos sindicatos oficiais entre os trabalhadores e os pelegos seria de grande importância. Assim, o objetivo central nas eleições seria tirar os pelegos das posições que ocupavam, substituindo-os por diretorias classistas, sendo a questão abrir os maiores espaços possíveis para que a classe operária pudesse utilizá-los para fazer avançar suas lutas[92].

Dessa forma, era uma necessidade constante lutar pela unidade dos setores classistas no movimento sindical. Naquele momento, seria uma tarefa especialmente difícil derrotar os pelegos por meio de eleições. A divisão dos setores classistas significaria a derrota, entregando de mão beijada para os traidores da classe operária os sindicatos por mais três anos, atrasando suas lutas. A construção dessa unidade, portanto, não seria uma tarefa fácil, mas sim extremamente complexa, porque ainda imperaria uma relativa confusão entre as correntes classistas. Por isso, essa luta exigiria firmeza e flexibilidade na defesa de uma linha de ação cujos princípios centrais seriam o combate ao arrocho salarial, melhores condições de vida e de trabalho, pelas liberdades sindicais e por um sindicalismo independente e democraticamente controlado pelos trabalhadores[93].

A partir de maio de 1978 a situação política e sindical brasileira passou por uma reviravolta com a eclosão das greves no ABC paulista, o que não passou imperceptível pelos editores de *Unidade Proletária*. No dia 4 desse mês algumas pequenas greves eclodiram em algumas seções da Ford. Uma semana depois, no dia 11, os operários do setor de estamparia da Ford deram o sinal, sem saberem, para o começo do maior movimento grevista desde 1968, desligando as máquinas por meia hora exigindo melhores salários. No dia seguinte, os funcionários da SAAB-Scania também entraram em greve. Dois mil trabalhadores da empresa entraram na fábrica pela manhã, bateram seus cartões de ponto, posicionaram-se frente às

---

[91] *Idem*, p. 5.

[92] *Ibidem*.

[93] *Idem*, p. 5-6.

máquinas e permaneceram parados. A adesão foi total, deixando os capatazes e os encarregados perplexos, não compreendendo o que estava acontecendo[94].

A direção da empresa havia chamado o sindicato para acabar com a paralisação, porém seu líder, Lula, recusou-se. Com a fábrica parada, a empresa não sabia mais o que fazer para obrigar os operários a retornarem ao trabalho. Assim, no dia 14, a companhia autorizou o sindicato a realizar uma assembleia dentro da Scania. Lula defendeu a proposta de que os trabalhadores retornassem ao trabalho, dando à companhia um prazo para a efetivação do aumento. Quase metade dos operários foram contrários à proposta, mas perderam. Com isso, o tempo mostrou que eles tinham razão, já que a empresa acabou concedendo apenas 6% de reajuste salarial, frente aos 20% exigidos. Outras fábricas que pararam depois e que negociaram com os patrões, sem retornarem ao trabalho, conseguiram aumentos bem maiores, entre 10 e 15%[95].

No dia 15 de maio os 9500 operários da Ford também aderiram à greve, em um movimento espontâneo e sem confusão. Os poucos operários que haviam começado a trabalhar logo notaram que eram os únicos e foram aderindo. Aqueles que insistiram, receberam logo uma chuva de parafusos e foram desligando as máquinas. No dia 16, outras grandes empresas automobilísticas começaram a parar. Milhares de operários da Mercedes-Benz e da Volkswagen desligaram as máquinas. Na Mercedes a empresa rapidamente prometeu aumento. A Volkswagen, ao contrário, reforçou a repressão interna. Entretanto, a onda grevista já havia se alastrado de uma vez por todas. Em pouco tempo a Pirelli (com 3,6 mil operários) e a Firestone (com 3,7 mil), indústrias de pneus e artefatos de borracha, também entraram em greve. Dessa forma, no dia 22 de maio já chegava a dezoito o número de empresas atingidas, com a paralisação da Rhodia (5 mil), Isam (2,5 mil), Mollins (570), Villares de São Bernardo, Sulzer Weise (450) e a Chrysler. Os operários da Scania, descontentes com os 6% concedidos, tentaram paralisar novamente, mas não conseguiram. Outras fábricas, como a Feisa, Kraute e a Siemar pararam e só voltaram a funcionar diante das promessas de que as reivindicações seriam atendidas. Em Diadema, os operários da Coldex Trade entraram em greve, enquanto em São Caetano, 800 operários da indústria de alimentos Adria desligaram suas máquinas[96].

A onda grevista também chegou à capital do estado. Os 600 operários da Toshiba cruzaram os braços, reivindicando melhoria salarial e elegendo uma comissão de dezoito

---

[94] São Paulo: as máquinas param. *Unidade Proletária*. Ano III, nº 22, julho de 1978, p. 6.

[95] *Ibidem*.

[96] *Idem*, p. 6-7.

representantes. Outras fábricas foram parando em São Paulo, Osasco e em Guarulhos, que eram outros municípios industriais importantes da região metropolitana. Em algumas das empresas surgiram comissões de representantes operários. No interior os operários também pararam as fábricas, tendo o movimento alcançado cidades como Campinas e São José dos Campos. Assim, de acordo com *Unidade Proletária*, em quarenta e cinco dias de movimentos grevistas, 200 mil trabalhadores do ABC, da capital, de Osasco, Guarulhos, etc., conquistaram aumentos que variaram entre 5,5% e 16,5%, impondo na marra essa conquista à classe patronal. Mais importante do que isso seria que centenas de milhares de operários comprovaram na prática que só a luta e a unidade da classe seriam capazes de resolver seus interesses. Depois de anos de refluxo, o movimento operário brasileiro, com o proletariado paulista à sua cabeça, retomava a história de lutas e mobilizações. As recentes greves, que ainda continuariam e se estenderiam para outras fábricas, demonstrando um enorme fôlego, seriam apenas o primeiro sintoma claro do grande crescimento das lutas que começaria a viver o movimento operário brasileiro. Elas indicariam, portanto, que estaria se aproximando um período marcado por importantes combates, em que o proletariado iria dizer suas palavras[97].

Obviamente, essas greves causaram também reação da classe patronal e do governo militar. Por parte dos patrões, houve o uso da repressão para tentar desarticular o movimento, por meio das demissões, prisões e falsas acusações[98]. Por parte do regime, uma semana após o início do movimento grevista o Ministério do Trabalho baixou um decreto afirmando que as greves eram ilegais. Entretanto, as tentativas de intimidação não obtiveram êxito. Os trabalhadores responderam agitando palavras de ordem contra o arrocho e em defesa de direitos democráticos, estendendo mais ainda o movimento. Além disso, a grande maioria dos setores antiditadura da sociedade demonstraram abertamente sua simpatia para com os grevistas, defendendo através de notas e declarações públicas a legitimidade da greve. Com isso, a ditadura viu-se cada vez mais isolada e sem condições políticas para passar a reprimir aberta e ostensivamente o movimento[99].

Duas vitórias conquistadas pelo movimento grevista seriam destacadas pelo jornal. A primeira seria ter aberto um rombo no arrocho salarial. Quase todas as fábricas que pararam obtiveram aumentos em torno de 10 a 15%. Mais ainda, temendo novas paralisações, os sindicatos patronais das indústrias metalúrgicas de São Bernardo e Santo André foram forçados

---

[97] *Idem*, p. 7.

[98] Repressão sob várias formas. *Unidade Proletária*. Ano III, nº 22, julho de 1978, p. 7.

[99] Viva a luta da classe operária. *Unidade Proletária*. Ano III, nº 22, julho de 1978, p. 8.

a aceitar um acordo em que se comprometiam a dar um aumento de 10% a todos os metalúrgicos desses dois municípios. Já a segunda vitória estaria no fato da classe operária ter reduzido a letra morta a lei antigreve, conquistando na prática o direito de paralisação. Contudo, ainda haveria mais vitórias. O movimento grevista trouxe saldos importantíssimos do ponto de vista da elevação do nível de consciência e organização dos trabalhadores. Um exército de 100 mil homens e mulheres se lançou com entusiasmo na defesa de seus interesses econômicos pisoteados, paralisando fábricas sem a necessidade de organizar piquetes, demonstrou alto grau de criatividade e sensibilidade política nas formas de luta adotadas, e estaria aprendendo rapidamente a reconhecer, de forma profunda, a força que teria a união de sua classe. Tudo isso abriria perspectivas muito favoráveis para o isolamento dos pelegos, o fortalecimento das oposições sindicais combativas e a conquista dos sindicatos atrelados. Por fim, principalmente, contribuiria para o avanço do trabalho de construção de uma estrutura sindical independente do Ministério do Trabalho[100].

Vemos aqui como as mobilizações causadas pelas greves de 1978 despertaram intenso interesse por parte do jornal *Unidade Proletária*. Essas paralisações acabaram sendo a culminação de uma tendência que o periódico já estava observando, de pequenas lutas gerando consciência e provendo a experiência necessária para uma grande mobilização da classe operária. Elas seriam representativas de como sua tática de organização da resistência dos trabalhadores seria certeira e daria frutos. Embora não fossem resultado direto das ações do MR-8 e as direções dos sindicatos não fossem comunistas ou socialistas, ao menos elas dariam voz aos anseios da classe operária e mostrariam que a atuação seria essencial na luta contra a ditadura e o capitalismo.

Dessa maneira, a confluência da reanimação do movimento operário com as sucessivas vitórias eleitorais do MDB levou a organização a uma remodelação de sua tática de combate à ditadura. Se, até aqui, elas podem ser resumidas ao intenso trabalho de base e participação nas eleições burguesas, a partir de 1979 elas passaram a assumir um caráter mais centralizado nas disputas internas no MDB e, posteriormente, do PMDB. Com os novos personagens entrando em cena, principalmente o movimento que deu origem ao Partido dos Trabalhadores, assim como o chacoalhar da arena política com a promulgação da Lei de Anistia e as contínuas greves, os anos finais da ditadura militar representaram, ao mesmo tempo, o auge e a decadência da organização.

---

[100] *Idem*, p. 8-9.

4. CAPÍTULO 4: Transformar o MDB em um Partido Popular: apogeu e "racha" de 1982

O período final da ditadura militar, particularmente o governo do general João Batista Figueiredo (1979-1985), representou, no conjunto das esquerdas, um momento crucial para a emergência de novas figuras na cena política e o desaparecimento, desagregação e fusão de algumas agremiações. No caso dos grupos comunistas, significou gradual perda de espaço e de influência política para o nascente Partido dos Trabalhadores, fruto da efervescência dos movimentos sociais do período e, em menor medida, para o Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado por Leonel Brizola. Assim, para melhor compreendermos a trajetória final do MR-8 abordada nesse trabalho, é necessário observarmos os desenvolvimentos políticos e econômicos do período, assim como o papel dos movimentos sociais e, principalmente, do surgimento do Partido dos Trabalhadores no estabelecimento de uma nova correlação de forças na conjuntura política do país.

A ascensão do general João Batista Figueiredo para a presidência da República não ocorreu com a mesma estabilidade que levou Geisel ao poder. Em primeiro lugar, estava a já discutida contestação de sua candidatura pelo ministro do Exército, Sylvio Frota. Com Frota destituído, e sem uma figura representativa na cena política, a comunidade de segurança ficou sem espaço e em uma situação fragilizada, sem muita perspectiva. Entretanto, a contestação à candidatura de Figueiredo veio também de outros setores do oficialato, descontentes com a falta de consulta para a escolha do candidato oficial, assim como do MDB, que buscava acelerar o processo de abertura política. Isso levou a uma inusitada aliança desses militares com o MDB, formando uma chapa para disputar a eleição pelo Colégio Eleitoral em 1978, encabeçada pelo general Euler Bentes Monteiro. Assim, a vitória de Figueiredo, longe de ser acachapante como havia sido a de Geisel em 1974, quando obtivera 84% dos votos, foi mais "apertada", obtendo 61% dos votos. A esperada dissidência de parlamentares da ARENA em torno da candidatura de Euler não ocorreu, mas não era impensável. Foi justamente um movimento desses que, seis anos mais tarde, levou à eleição do governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, para a presidência[1].

[1] CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira.* Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p.205-207.

Figueiredo, em seu discurso de posse, reafirmou seu compromisso com a estratégia de transição, liberalização e abertura levada a cabo após a política de distensão de Geisel. Nesse processo, muito devido à pressão dos movimentos sociais em torno do tema quanto a setores militares preocupados com retaliações, o governo enviou ao Congresso, como uma de suas primeiras medidas, um projeto de lei de anistia política. Sendo deliberadamente ambíguo, o projeto perdoava os crimes políticos cometidos pelos oponentes da ditadura, assim como os "crimes conexos", ou seja, aqueles cometidos pelos agentes da repressão. Dessa forma, acabou se tornando uma "lei para torturados e torturadores", longe da reivindicação popular de "anistia ampla, geral e irrestrita". Tornado lei em agosto, esse projeto permitiu o retorno de lideranças políticas civis ao país, assim como privou essa mesma oposição de uma de suas principais bandeiras do período[2].

Outra reforma importante realizada pelo governo Figueiredo, ainda em 1979, foi a reforma partidária, que colocou fim ao sistema bipartidário no país. Essa lei incentivou a criação de novos partidos, uma manobra política destinada a dividir a oposição institucional ao regime, evitando uma eventual vitória eleitoral do MDB em 1982. Enquanto o sucessor da ARENA, o Partido Democrático Social (PDS), manteve a maioria dos seus parlamentares, a oposição se dividiu em quatro: PMDB, que abarcou a maior parte dos membros do antigo MDB; o Partido Popular (PP), liderados por Magalhães Pinto e Tancredo Neves e composto por algumas dissidências arenistas; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), liderado pela sobrinha de Getúlio Vargas e criado para impedir o uso do nome histórico por Leonel Brizola; e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), que Brizola foi obrigado a fundar para reconstruir o antigo PTB. Por fim, um quinto partido de oposição criado, embora tenha sido menos desejado, foi o Partido dos Trabalhadores (PT), que discutiremos mais à frente[3].

Após o restabelecimento do pluripartidarismo, o governo apresentou dois pacotes de emendas constitucionais que causavam novas mudanças nas regras eleitorais antes das eleições de 1982. Essas mudanças foram necessárias pois essas eleições definiriam a composição do Colégio Eleitoral responsável por escolher o presidente em 1985. Assim, em novembro de 1981 a primeira emenda baniu as alianças políticas e instituiu o voto vinculado (voto restrito a um único partido em todos os níveis, de vereador a governador do estado). O PDS se beneficiou de ambas as medidas, pois impedia que o PMDB e o PP juntassem forças; e

---

[2] BETHEL, Leslie e CASTRO, Celso. A política no Brasil sob o Regime Militar, 1964-1985. *In:* BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: Volume X – A América latina após 1930: Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018, p. 514.

[3] *Idem*, p. 515.

a do voto vinculado, pois o PDS tinha grande peso nos municípios, o que causaria um efeito cascata em outros cargos. Devido a isso, o PP decidiu se dissolver, e a maioria dos seus parlamentares migraram para o PMDB, aumentando sua bancada de 115 para 168 deputados. Com a eleição dessa bancada, em conjunto com todas as mudanças nas regras para a definição do novo presidente, tais como a nova composição das delegações estaduais que dava maioria para o partido da situação, o governo se sentia seguro e não via nenhuma necessidade de mudar as regras do jogo[4].

Entretanto, a situação econômica brasileira, assim como a pressão dos diversos grupos políticos de oposição, frustrou essas esperanças. Durante o governo de João Figueiredo houve uma grande deterioração do crescimento do PIB brasileiro. Em comparação com o ápice em 1980, o PIB caiu 4,9% no período, tendo uma leve recuperação de 7% entre 1984 e 1985, ao final do regime militar. Diversos choques externos ao longo da década de 1970 impactaram uma economia que era largamente indexada, causando altas taxas de inflação e uma profunda crise financeira do Estado brasileiro. No início dos anos 1980, a taxa de inflação já ultrapassava os 100% ao ano, aumentando para 200% e além nos anos seguintes. Essa tendência inflacionária, que alcançou espantosos 80% mensais em março de 1990, continuou até 1994, quando houve a implantação do Plano Real e a sustentação da inflação anual abaixo dos dois dígitos[5].

Ao assumir a presidência em março de 1979, o general João Figueiredo teve de lidar com as consequências do segundo choque do petróleo. Os Estados Unidos elevaram as taxas de juros acima de 15% para tentar conter, domesticamente, os impactos do choque. Mas isso também significava que os países que haviam tomado empréstimos em dólar agora estavam economicamente vulneráveis, como foi o caso do Brasil[6]. Assim, a dependência da economia brasileira com os empréstimos internacionais, somado também à diminuição dos investimentos estrangeiros, ao baixo desempenho das exportações e à inflação crescente, construíram um cenário político e econômico muito desfavorável para a ditadura militar, que foi obrigada a conviver com cada vez mais numerosas greves e pressões por parte da oposição.

---

[4] *Idem*, p. 518-521.

[5] ABREU, Marcelo de Paiva. A Economia Brasileira, 1980-1994. *In:* BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: Volume X – A América latina após 1930: Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018, p. 699-701.

[6] *Idem*, p. 701-702.

Entre um dos mais importantes grupos de oposição que se formaram, cresceram e conquistaram grande influência nesses anos foi o Partido dos Trabalhadores. As transformações do movimento sindical ocorridas a partir do final da década de 1970 influenciaram o debate sobre a formação de um partido de base popular. De acordo com Keck, além da nova lei que permitia o pluripartidarismo, a formação do PT contou também com alguns fatores que não apenas a vontade das lideranças do "novo sindicalismo". Para a autora, além da concentração em São Paulo do núcleo central das lideranças trabalhistas conhecidas nacionalmente, particularmente Luís Inácio Lula da Silva, também haveria uma base de massa que já se manifestara na mesma região no final dos anos 1970, devido às greves e às diversas lutas sociais. Contudo, seria importante considerar também o papel da esquerda organizada, cuja visibilidade no plano público a partir do final dos anos 1970 contribuiu para a ampliação e ocupação de um espaço à esquerda no espectro político. À medida em que o PT ia se consolidando em São Paulo, os parlamentares de esquerda do PMDB iam se sentindo cada vez mais marginalizados pela liderança de seu partido. Assim, ao saírem do PMDB e ingressarem no PT no início dos anos 80, esses parlamentares forneceram um apoio essencial durante a sua legalização[7].

O desempenho eleitoral do partido nos primeiros anos de sua fundação foi baixo, porém conseguiu conquistar a simpatia do eleitorado para além dos votos. Parte de seu prestígio, para Keck, viria da sua identificação com um setor combativo do movimento sindical que, ao longo de todo o período, "continuou elaborando novas reivindicações e formas de luta, assim como uma maior sofisticação de sua organização, a fim de estender sua influência a um número cada vez maior de sindicatos e trabalhadores[8]". Dessa forma, o PT, no começo da década de 1980, foi ocupando o espaço tradicional dos partidos comunistas: o de representante dos trabalhadores, fabris ou não, e da massa de proletários combativos.

É importante termos isso em mente para analisar os anos que iriam culminar na cisão de 1981 do MR-8. Embora, como veremos, muitos dos argumentos para a saída da organização possam ser considerados como de ordem interna ou de discordância com os posicionamentos das lideranças, o fato é que o crescimento da influência do partido impactou na visão de seus militantes sobre a sua própria prática política. Vejamos, portanto, de que maneira vão se alterando as posições do MR-8, assim como sua própria influência no seio das

[7] KECK, Margaret. *PT – A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010, p. 93-110.

[8] *Idem*, p. 232.3.

esquerdas, a partir de 1979, culminando, finalmente, em sua cisão em 1982 e na consolidação de um outro MR-8 ao longo da década de 1980.

4.1. A construção do Partido da Classe Operária

Ao longo de 1978 o MR-8, por meio principalmente de seu periódico *Unidade Proletária*, continuou a defesa e a propaganda daquelas posições que vimos até agora. A organização continuou apoiando a oposição legal do MDB, por meio da participação no jogo eleitoral, embora reconhecesse que após as campanhas grevistas de 1978 a conjuntura estaria mais favorável para ações de massa mais incisivas e agressivas. Ainda seria necessário continuar lutando para retirar os democratas pequeno-burgueses da órbita dos liberais, atraindo para o campo popular e construindo a Frente Popular contra a ditadura[9]. Em outro número, o MR-8 argumenta que a candidatura do general Euler Bentes, embora fosse favorável à classe operária e o povo pelas divisões causadas no interior da burguesia, não poderia iludir o movimento popular a renunciar sua luta pela sua alternativa ao regime. O projeto de Euler conteria o movimento popular em limites estreitos, justamente quando esse movimento poderia ter maior capacidade de organização e de construção de uma alternativa[10]. Assim, às portas das eleições de novembro de 1978, o periódico reforçaria as tarefas dos comunistas nesse pleito. Em resumo, as tarefas continuavam sendo a formação de uma ampla Frente Eleitoral, aglutinando todos aqueles, vindo do operariado ou da pequena-burguesia, que visassem derrotar a ditadura e defender a conquistas das mais diversas liberdades democráticas[11].

No final de 1978 o movimento operário continuava em franca ascensão. Comentando as campanhas salariais, o periódico noticiou que a palavra de ordem na maioria dos sindicatos havia sido "aumento ou greve", não havendo resistência nem nos sindicatos dominados pelos pelegos. Isso mostraria que a classe operária estava com ânimo e disposição de utilizar a greve para impor suas reivindicações aos patrões, o que permitia o crescimento da influência e de autoridade dos ativistas sindicais mais comprometidos com a organização do movimento grevista. Contudo, para obter êxito, os ativistas deveriam concentrar seus esforços em realizar um trabalho de agitação com o conjunto da categoria, dando atenção especial às assembleias sindicais, principalmente nas fábricas onde a possibilidade de paralisação for

[9] Editorial: o proletariado e as eleições. *Unidade Proletária*, nº 23, ano IV, agosto de 1978, p. 2-3.

[10] Editorial: Euler: atalho ou beco sem saída? *Unidade Proletária*, nº 24, ano IV, setembro de 1978, p. 2-3.

[11] Tarefas dos comunistas nas eleições. *Unidade Proletária*, nº 24, ano IV, setembro de 19, p. 4-5.

maior. Caso o trabalho de agitação fosse bem-feito, e a movimentação pela greve fosse realizada onde os operários estivessem mais mobilizados, bastaria algumas fábricas começarem o movimento grevista para que as outras fossem aderindo[12]. Assim, analisando os resultados desse movimento, em novembro, o periódico concluiu que havia uma desproporção entre a disposição dos trabalhadores de entrarem em greve e o nível das lideranças, que buscavam organizar todos os trabalhadores em comissões de fábrica para depois iniciar uma greve. Isso teria paralisado muitos ativistas no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Na realidade, as lideranças sindicais deveriam ter mais fé na capacidade de luta das massas operárias, uma vez que ficar defendendo a bandeira da organização contra a bandeira da greve não iria fazer nem a greve e nem organizaria nada[13].

Como vimos anteriormente, um dos principais objetivos do MR-8 durante o período abordado neste trabalho era o de construir um partido revolucionário. Esse seria o verdadeiro partido do proletariado, responsável por organizar e ser a vanguarda da luta pelo socialismo, emancipando as massas trabalhadoras brasileiras. Entretanto, durante os anos finais da década de 1970, outros grupos de esquerda, comunistas ou não, começaram a se destacar e ganhar algum espaço. Podemos exemplificar o grupo das lideranças sindicais surgidas na esteira dos grandes movimentos grevistas do final da década, com um prestígio conquistado pelo seu papel de representantes dos trabalhadores. Porém, o período também deu voz a outros grupos de oposição ao regime, com destaque para o movimento negro, o movimento LGBT, ambientalistas, movimentos ligados à Igreja Católica e, com grande importância para a futura fundação do Partido dos Trabalhadores, os grupos trotskistas. O crescimento da influência desse último grupo, em especial, e os debates a respeito da necessidade da fundação de um novo partido para representar o proletariado, inevitavelmente levou a debates com outros grupos comunistas mais estabelecidos, não excluindo disso o MR-8.

Em um artigo intitulado "Socialismo legal, geleia geral[14]", o MR-8 debateu diretamente com o grupo trotskista Convergência Socialista, um dos pioneiros na defesa da fundação do Partido dos Trabalhadores e que, de acordo com Keck, desde a sua formação, em janeiro de 1978, já falava na necessidade de se criar um partido socialista[15]. No artigo, o MR-8 argumenta que o terreno para a construção do partido comunista estava cada vez mais fértil,

---

[12] *Ibidem*.

[13] As primeiras lições da segunda onda grevista. *Unidade Proletária*, nº 26, ano IV, novembro de 1978, p. 4-5.

[14] Socialismo legal, geleia geral. *Unidade Proletária*, nº 25, ano IV, outubro de 1978, p. 10-11.

[15] KECK, *op. Cit.*, p. 119.

permitindo o aumento da influência que as organizações e núcleos comunistas dentro do crescente movimento operário e popular. Nesse cenário, para construir o partido, os comunistas deveriam educar os trabalhadores dentro dos princípios do marxismo-leninismo, organizá-los em verdadeiras organizações comunistas, democraticamente centralizadas. Contudo, seria necessário compreender que havia pouca margem para um trabalho legalizado, limitando a educação e a organização política das vanguardas do operariado. Qualquer atividade legal que não fosse exprimir a força de uma organização ilegal dos comunistas correria o risco de não ter muito impacto, perdendo seu sentido[16].

Entretanto, para o MR-8, vários grupos de esquerda, que poderiam contribuir para esse esforço de construção do partido, estariam cada vez mais se direcionando para o "liquidacionismo", ou seja, a destruição de todos os esforços indo nesse sentido. Esses grupos acreditariam que ela seria uma coisa para ser feita em um futuro distante, sendo que a melhor maneira de acumular forças para a formação do partido seria por meio de uma atividade de propaganda legal do socialismo. Esses grupos, compostos por intelectuais e estudantes, seriam a base da formação dos mais diversos "movimentos socialistas", como os partidos socialistas, convergências socialistas, tendências estudantis socialistas, amplos, unificados, estreitos ou dispersos, e que não avançariam em nada nem o processo de construção do Partido da Classe Operária, nem a união do povo na luta pela derrubada da ditadura[17].

Partindo do ponto de vista da luta pela derrubada da ditadura, unificar todos aqueles que se considerariam socialistas seria uma visão sectária e direitista. Na realidade, o interesse real seria unir todos os que estariam dispostos a lutar por uma alternativa popular à crise do regime. Entretanto, haveria muitos socialistas que se contentavam em marchar a reboque da alternativa liberal burguesa, não buscando uma alternativa popular. Por outro lado, haveria muitos que não se consideravam socialistas, mas que estariam dispostos a lutar por um Governo Popular. Dessa forma, para o MR-8, na construção do partido da classe operária, qualquer união que não fosse a dos comunistas, em organizações que seguissem o centralismo democrático, em um trabalho naturalmente ilegal, contribuiria muito pouco para esse processo. Nessa ótica, os "movimentos socialistas", em suas diferentes versões, só serviriam para atrapalhar[18].

A ditadura do proletariado seria a mais ampla democracia para o proletariado e as massas populares. Entretanto, nenhum dos "movimentos socialistas" assumiria claramente essa

---

[16] Socialismo legal, geleia geral, *op. Cit.*, p. 10.

[17] *Ibidem.*

[18] *Ibidem.*

pauta em seus projetos. Isso se dava porque o espaço legal para a defesa da ditadura do proletariado era limitado, ao passo em que esses movimentos só se preocupariam com o trabalho legal. Além disso, esses grupos gostariam de se manter abertos para a entrada de quem não defenderia a concepção da ditadura do proletariado, aceitando até mesmo quem se colocava abertamente contra ela. Para o MR-8, essa ideia só poderia partir de quem teria começado a se esquecer de qual seria a questão essencial do socialismo – a conquista do poder do Estado pela classe operária, por meio de sua ditadura de classe[19].

Na construção do Partido da Classe Operária, o papel desses movimentos seria o de realizar um vasto trabalho de propaganda, em que as ideias do socialismo iriam se disseminar pelo proletariado e pelo povo e, a partir disso, é que seria possível construir o partido. Entretanto, de acordo com o artigo, o problema é que essa propaganda estava sendo feita por um movimento eclético e que diluiria o que havia de mais essencial no socialismo, que era a ideia da ditadura do proletariado. As massas ganhariam a consciência de seus reais interesses históricos através de sua própria experiência de luta, fecundada pela direção política imprimida pelos comunistas. Nesse sentido, a propaganda socialista, para o MR-8, desempenharia um papel secundário e complementar. E essa capacidade de dar uma direção política correta só poderia surgir como resultado de uma correta interpretação da realidade da luta de classes, através dos princípios do marxismo-leninismo, que seriam materializados no programa, na estratégia e na tática das organizações comunistas[20].

Por fim, o artigo argumenta que esses movimentos, por não defenderem a ditadura do proletariado, não se tornavam mais do que uma geleia imobilista. Todas as suas teorizações sobre serem um passo necessário para a construção da vanguarda do proletariado não passaria de uma fuga de suas verdadeiras tarefas. Para grupos doutrinaristas, que ainda não haviam conseguido perceber que havia algo além da propaganda do socialismo na atividade revolucionária, essa ideia seria atrativa. Entretanto, ela seria, sobretudo, liquidacionista. E aqueles que quisessem colaborar para a construção do partido criando movimentos socialistas que agissem dentro da legalidade só contribuiria para atrasar o desenvolvimento político da classe operária. E seria exatamente isso o que a Convergência Socialista estaria fazendo, servindo como um bom exemplo[21].

---

[19] *Idem*, p. 10-11.

[20] *Idem*, p. 11.

[21] *Ibidem*.

Com esse artigo podemos observar como o MR-8 começou a se relacionar com os novos grupos que surgiam na cena política do final da década de 1970. Como vimos nos capítulos anteriores, a organização adotava uma postura de defender sua posição política classificando outros grupos como “mais” ou “menos” comunistas, “pouco” ou “muito” socialistas, com desvios diversos ou pautas que implodiriam a construção da oposição à ditadura. No caso do debate com a Convergência Socialista, embora se discuta que o grande problema é criar um movimento dito “socialista” que aceita grupos antissocialistas, a base das discussões era que os novos grupos de oposição que se formavam estavam se estruturando tanto fora da órbita das organizações comunistas tradicionais quanto vindo de movimentos espontâneos com direcionamentos políticos e pautas muito diferentes. Franklin Martins, um ex-dirigente entrevistado para este trabalho ajuda a compreender essa questão. Questionado sobre os conflitos com as novas lideranças sindicais e os mais diversos movimentos sociais surgidos ao final da década de 1970, ele afirmou:

> [...] Era uma dificuldade em lidar com as coisas novas que estavam surgindo, mas eu acho que foi uma coisa que o MR-8 soube lidar bem. Depois eu acho que ele foi tendo cada vez mais dificuldade, no fundo porque ele foi perdendo espaço. Por quê? Porque o que vinha de baixo, daquilo que não tava [*sic*] organizado, daquilo que era espontâneo, daquilo que vinha do núcleo de igrejas, que vinha de oposições sindicais, era muito mais forte do que o que estava organizado, com muito mais energia. Devia ter tido mais inteligência para dizer "ótimo, vamos..." eu acho que se sentiu incomodado, e se entrincheirou e foi quando ele foi começando a ficar, a meu ver, mais dogmático e a querer dar lição nos outros e foi quando ele foi se isolando (informação verbal)[22].

Ao mesmo tempo, podemos considerar essa postura por parte do MR-8 como se a organização estivesse convicta de que o caminho que estava trilhando era o mais correto naquela conjuntura. O maior exemplo disso é o resultado das eleições que, como vimos no capítulo anterior, conseguiu colher bons frutos tanto para o MDB quanto para a organização em 1976, que elegeu um vereador na cidade do Rio de Janeiro e um deputado estadual no estado do Rio de Janeiro. Com isso, vemos que o MR-8 passou a ter espaço tanto na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, quanto na Assembleia Legislativa do estado. Isso provava, em sua ótica, que sua tática de participação no jogo eleitoral era correta e, quando somado à ebulição dos movimentos sociais, em particular o sindical, estava dado o terreno para que o MR-8 pudesse agir e influenciar decisivamente na cena política brasileira. Os desenvolvimentos que levaram ao seu segundo congresso, em outubro de 1979, ajudaram a definir o momento de maior auge do MR-8 e, também, uma de suas maiores crises.

[22] MARTINS, Franklin [mar. 2021]. Entrevistador: Jefferson Godoy Athaydes. Campinas, 2021. 1 arquivo .mp3 (98 min.).

4.2. Hegemonizar o MDB ou um Partido dos Trabalhadores?

A análise das eleições de novembro veio já em dezembro de 1978 pelo periódico *Unidade Proletária*. Nesse número, o MR-8 concluiu que o pleito atestou o isolamento do regime militar, ainda que o governo ainda mantivesse a maioria no parlamento devido ao Pacote de Abril. A oposição passou a ser a maioria e estaria crescendo cada vez mais, mesmo que isso não significasse que a ditadura estivesse prestes a cair. Assim, mesmo com a derrota eleitoral, a ditadura ainda teria uma força considerável, não sendo possível associar a correlação de forças real à correlação de votos. Por outro lado, as eleições também marcaram uma mudança no interior do próprio MDB. Os "adesistas", que votavam junto ao governo, sofreram redução de suas bancadas, assim como os "moderados" que controlavam o MDB e conciliavam com o governo. Em compensação, os "autênticos" e os candidatos populares aumentaram sua participação nas bancadas do MDB na Câmara e nas Assembleias Legislativas. Isso, para o MR-8, significaria que esse grupo, que antes era apenas um grupo de pressão sobre os moderados, agora poderia disputar a direção do MDB[23].

Dessa forma, essas eleições teriam provado para o MR-8 que a tática da frente eleitoral teria sido correta e favoreceria grandes avanços no desenvolvimento da luta pela derrubada da ditadura militar. Essa palavra de ordem teria ganhado enorme projeção, marcando o pleito e favorecendo o crescimento do conjunto das forças populares. Contudo, não conseguiu avançar muito na unidade das diversas candidaturas, principalmente devido à resistência de setores mais atrasados. Entretanto, a unidade das candidaturas populares se impôs na prática, fazendo ser necessário consolidar e estender esses avanços. Isso demonstraria que setores amplos da classe operária e do povo teriam atendido ao apelo pela formação dessas frentes e não se limitaram apenas a votar no MDB. Eles reforçaram os candidatos populares e mostraram seu desejo de uma oposição que não fosse encabeçada pelos liberais[24].

Até as eleições de 1978, a tática eleitoral do MR-8 poderia ser resumida como a de incentivar o voto dos trabalhadores naqueles candidatos identificados com as pautas populares. A intenção anunciada era de fortalecer a presença desses candidatos nas Câmaras e Assembleias Legislativas, servindo como apoio das mobilizações e das reivindicações populares. Enquanto único partido de oposição legalizado do Brasil, o MDB receberia essa votação e ampliaria sua

[23] Editorial: resultado das eleições de novembro. *Unidade Proletária*, nº 27, ano III, dezembro de 1978, p. 2.
[24] *Idem*, p. 3.

importância política, aumentando a crise do regime e levando ao eventual fim da Ditadura Militar. Assim, a visão do MR-8 em relação ao MDB era até então pragmática: o partido seria utilizado apenas como base legal de atuação, foco central da Frente Popular, uma vez que não seria um partido essencialmente proletário ou popular. Para tanto, seria necessário um posterior trabalho de criação de um partido verdadeiramente popular, que representasse os trabalhadores e que necessitaria de um amplo trabalho, envolvendo não só o MR-8, mas também os outros partidos e organizações de esquerda comunista.

Entretanto, com o resultado considerado extremamente positivo das eleições de 1978, o MR-8 passou a mudar a sua visão sobre o papel do MDB não apenas para o fim da ditadura. No mesmo número 27 de seu periódico *Unidade Proletária* a organização publicou o texto "Formar um Bloco Popular, avançar dentro do MDB[25]", explicitando sua nova posição. Para a organização, a tática da frente popular eleitoral teve o papel de conter algumas propostas que seriam atrasadas, como a negação da necessidade da articulação independente do campo popular em nome de uma "frente democrática" com os liberais. Ao mesmo tempo, ela favoreceu um crescimento das diversas tendências e candidaturas populares, tanto em termos eleitorais ou de influência junto à população. Assim, o movimento popular teria se beneficiado intensamente do trabalho realizado por essas campanhas durante o período eleitoral[26].

Agora, restaria saber quais seriam os próximos passos do movimento popular, pensando principalmente na constituição de uma Frente popular, agindo de forma independente e com unidade política. Para tanto, deveria se levar em conta o crescimento da oposição popular dentro do MDB, assim como as derrotas dos adesistas e o debilitamento dos moderados. A bancada popular dobrou de tamanho, conquistando uma grande importância dentro do partido. Isso abria um grande espaço dentro do MDB, que poderia ser ampliado caso a bancada popular soubesse atuar corretamente. Assim, havia a possibilidade de que esses setores pudessem polarizar muitas decisões, atraindo os setores indefinidos e assumindo a hegemonia dentro do partido. Os setores mais combativos deveriam, então, intensificar e radicalizar a luta interna dentro do MDB, para melhor definir uma representação parlamentar popular[27].

Seria impossível prever o resultado dessa luta interna. Contudo, como existia a possibilidade de os setores populares conquistarem a hegemonia dentro do partido, seria necessário um longo trabalho de enfrentamento com os liberais. Eles seriam obrigados a uma

---

[25] Formar um Bloco Popular, avançar dentro do MDB, *Unidade Proletária*, nº 27, ano III, dezembro de 1978, p. 4-5.

[26] *Idem*, p. 4.

[27] *Ibidem*.

redefinição que não desejavam e enfrentariam divisões internas. Enquanto alguns permaneceriam no interior do MDB, outros iriam constituir um partido independente, buscando escapar de uma neutralização política forçada. Por outro lado, caso a luta interna não fosse vencida pelos setores populares, ela teria servido de qualquer maneira para criar uma coesão de um bloco popular parlamentar e para diferenciar esse grupo em relação ao liberalismo burguês. Assim, a luta interna favoreceria de qualquer forma a formação desse bloco[28].

Para que o sucesso fosse alcançado, seria necessário realizar algumas tarefas, tendo especial importância a luta contra o adesismo. Ela favoreceria na medida em que afastaria os maiores inimigos da oposição popular no interior do MDB. Ao mesmo tempo, a derrota desse grupo também enfraqueceria os moderados, uma vez que frequentemente conciliavam e terminavam protegendo os adesistas. Também seria necessário atrair os setores das massas que se encontravam sob a influência dos adesistas, buscando a persuasão e o esclarecimento com base em fatos atuais. Ao mesmo tempo, seria necessário intensificar o ingresso de ativistas populares no MDB, ocupando o maior espaço possível, seja ocupando diretórios já existentes ou organizando novos. Isso tudo deveria se dar em torno das posições do campo popular, a partir da necessidade dessas forças disputarem a hegemonia do MDB[29].

Com isso, observamos que o MR-8 passou a pautar não apenas a entrada no MDB como uma forma de reunir e organizar a oposição à ditadura. Agora, a possibilidade de se hegemonizar a política no interior do MDB, transformando o partido de uma reunião de diferentes grupos contrários ao regime para um partido pautado pelas reivindicações dos setores populares, acabou se tornando um objetivo para a organização. Entretanto, esse objetivo não tardaria a se chocar com as propostas vindas por outros grupos de oposição, organizados fora da órbita do MDB e que havia crescido continuamente em influência e importância. Esse grupo, dos sindicalistas que ascenderam principalmente a partir das últimas grandes greves de 1978, passaria a propor a necessidade da organização dos trabalhadores em torno de um partido que realmente representasse seus interesses – um verdadeiro "Partido dos Trabalhadores".

No número 29 de *Unidade Proletária* o MR-8 buscou discutir as dificuldades que giravam em torno da fundação desse partido. Em janeiro de 1979, diversos líderes sindicais, reunidos em Lins (SP), lançaram um manifesto defendendo sua construção. De acordo com o MR-8, não havia nesse manifesto nenhuma definição sobre o programa e os objetivos desse

[28] *Ibidem*.

[29] *Idem*, p. 5.

partido, ficando na generalidade ao dizer que o partido deveria ser dos "assalariados" e que deveria "lutar pelos interesses dos trabalhadores". No final de janeiro, os defensores da criação desse partido marcaram uma reunião em Osasco para definir os pontos básicos do programa e as tarefas imediatas para sua construção. Após as adesões "inconvenientes" ao projeto, vindas por parte de pelegos conhecidos pelo seu passado e seu presente de traição às lutas da classe operária, o próprio Lula recuou e concordou em transformar a reunião numa em que se discutissem apenas assuntos sindicais, adiando por tempo indefinido a discussão do programa e da criação do partido[30].

Para o MR-8, a maior dificuldade encontrada por esses sindicalistas seria a falta de uma resposta questões decisivas: "qual o tipo de sociedade que se deseja construir?"; "qual seria, portanto, a sociedade capaz de atender aos interesses dos trabalhadores?". Segundo o texto, oportunistas que estavam com o Partido Trabalhista de Maluly Neto e que agora estariam com o Partido Trabalhista de Lula, a resposta era simples. Eles defenderiam uma sociedade em que os patrões não explorassem tanto, e que os pelegos como Joaquim de Andrade, dos metalúrgicos de São Paulo, e João Silveira, dos metalúrgicos de Minas Gerais, poderiam ser os árbitros "imparciais" dos conflitos entre trabalhadores e patrões. E, por fim, seria uma sociedade em que eles poderiam continuar a desviar o dinheiro do sindicato para suas contas particulares[31].

Para sindicalistas como Lula, por outro lado, a resposta era mais complicada. A luta de classes estaria desenvolvendo dentro deles uma rejeição e um ódio crescente contra a sociedade capitalista. Ao mesmo tempo, a ação da classe patronal e da ditadura, assim como a manipulação da classe trabalhadora por parte de políticos liberais, estaria causando uma indignação crescente e bastante real nesses sindicalistas. Contudo, eles ainda não teriam chegado ao ponto de aceitar a alternativa da revolução socialista, da ditadura do proletariado e do comunismo. As experiências comunistas, assim, estariam os enchendo de dúvidas e de incertezas[32].

Portanto, devido à incapacidade de responder a essa pergunta, acabam ficando sem um horizonte que os guiasse no terreno da luta política, tentando substituir suas dúvidas nesse terreno por afirmações vazias de que é necessário construir "um partido dos trabalhadores", em que eles não sejam utilizados como massa de manobra ou que eles tomem as decisões. Se os próprios líderes operários não assumem uma definição precisa a respeito de "que sociedade

---

[30] "Partido dos Trabalhadores": confusão e equívoco. *Unidade Proletária*, nº 29, ano IV, fevereiro de 1979, p. 4.

[31] *Ibidem.*

[32] *Ibidem.*

interessa aos trabalhadores", não adiantaria querer criar um partido, transferindo essa responsabilidade para a massa trabalhadora. Desse modo, esse Partido dos Trabalhadores seria um tiro pela culatra, sendo presa fácil de demagogos. É impossível, assim, "proteger" a classe operária da influência dos liberais, socialdemocratas, da democracia pequeno-burguesa, a não ser lutando para conquistar essa classe para as ideias que atendem realmente a seus interesses[33].

Por fim, apesar do movimento feito por alguns sindicalistas combativos rumo à articulação de um "Partido dos Trabalhadores" ser considerada incorreta e negativa do ponto de vista político, também possuía um aspecto positivo. A rejeição da direção dos liberais e do velho trabalhismo, mesmo que a partir de desvios obreiristas[34] e sindicalistas, mostra que esse grupo buscava se situar num campo de oposição à burguesia. Contudo, sua ação política se mostrou desastrosa. Ao justificar a fundação desse partido, essas lideranças concentraram seus ataques na cúpula moderada do MDB, e não na Ditadura Militar. Ao mesmo tempo, a proposta também terminou confundindo a luta no plano sindical. Como os operários entenderiam que os líderes sindicais combativos e os mais odiados pelegos fossem se unir para tocar a luta política e fundar um partido comum? Claro que passariam a desconfiar dos combativos nas lutas sindicais, ou a confiar nos pelegos sendo, em ambos os casos, um desastre. A tarefa principal, portanto, seria sustentar dentro do movimento sindical que seria inviável e contraproducente qualquer tentativa de se formar novos "partidos legais". Agora, aqueles que estivessem verdadeiramente empenhados em combater a ditadura deveriam penetrar no MDB, fortalecendo o bloco popular e lutando para que esse bloco assumisse a hegemonia dentro do "Partido"[35].

Em suma, podemos notar como o MR-8 justifica sua crítica à criação de um "Partido dos Trabalhadores", que corria o risco de trair os ideais que defendia, devido à sua indefinição política e programática. Ao mesmo tempo em que esse partido deveria ser construído para representar os verdadeiros interesses dos trabalhadores, também deveria surgir a partir de um grupo organizado e comprometido com os ideais marxista-leninistas, os únicos capazes de dar prosseguimento à tarefa de libertação da classe operária e do povo. Entretanto, uma vez que esse Partido dos Trabalhadores estaria surgindo fora da influência ideológica e política dos comunistas, mais ainda em um contexto de luta contra a Ditadura Militar, a opção

[33] *Idem*, p. 5.

[34] Obreirismo é a corrente, em partidos de esquerda e especialmente em partidos comunistas, que defende que somente os proletários seriam capazes de conduzir a luta pela mudança na sociedade, afastando assim a possibilidade de alianças com setores como estudantes e intelectuais.

[35] "Partido dos Trabalhadores": confusão e equívoco, *op. Cit.*, p. 5.

mais segura e considerada correta pelo MR-8 era a de aprofundar e concentrar a oposição no interior do MDB. Eventualmente, com o aumento expressivo dessa oposição no interior do partido, esse grupo chegaria até a tomar o controle dele e pautar os próximos passos da luta contra o regime, com o objetivo último sendo a libertação da classe trabalhadora brasileira. Ou seja, o MDB se tornaria o grande polo de lutas contra a ditadura no Brasil, assim como possivelmente poderia vir a se tornar o embrião de um partido verdadeiramente popular.

Em outubro de 1979, após a promulgação da Lei da Anistia, foi realizado o II Congresso do MR-8, cujas resoluções foram então publicadas em livro pela Editora Quilombo, vinculada à organização[36]. Nesse congresso, o MR-8 oficializou a incorporação de outros dois grupos comunistas, a Organização Comunista do Sul, atuante principalmente no Rio Grande do Sul, e da Fração Operária Comunista, dissidência da Ação Popular Marxista-Leninista, o que atestava o seu crescimento entre a esquerda no período. Esse documento também define sua tática de construção da Frente Popular no interior do MDB, já que esse partido concentraria a maioria dos parlamentares que buscaram criar vínculos concretos de luta política com as massas. Uma vez que, cada vez mais, membros do partido estavam radicalizando suas posições, passando a seguir a política das forças populares, o papel dos comunistas deveria ser agir para acelerar esse processo, avançar na luta pela hegemonia e buscar construir uma aliança entre essas correntes e os liberais combativos. Essa linha deveria ser adotada em conjunto com a grande batalha política contra o "odioso projeto" de reforma partidária, cujo objetivo principal era cassar o MDB, dividir e desmantelar a oposição democrática e popular e abrir caminho para o adiamento das eleições de 1982[37].

Dessa forma, o documento buscava deixar claro às forças populares que ainda se encontravam fora do MDB, principalmente aquelas iludidas quanto a possibilidade de organizarem o renascido Partido Trabalhista Brasileiro ou o Partido dos Trabalhadores, que essa reforma partidária da ditadura nada teria de democrática e em nada contribuiria para uma efetiva liberdade de organização das correntes populares em partidos políticos legais. Por isso, concentrar as forças na criação desses partidos seria, no mínimo, cair no imobilismo político, quando não fazer o jogo da Ditadura, auxiliando-a na sua cruzada para pulverizar o MDB[38].

Assim, ao longo de 1979 o MR-8 cresceu em influência, importância e impacto nos movimentos sociais, sindicais e populares por todo o país. Nesse mesmo ano, passou a ser

---

[36] MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO. *Resoluções Políticas do II Congresso do MR-8*. São Paulo: Quilombo, 1980.

[37] *Idem*, p. 51-52.

[38] *Idem*, p. 52.

publicado o principal periódico da organização durante o final da década de 1970 e anos 1980, o jornal *Hora do Povo*, que veio a se tornar, efetivamente, no principal órgão divulgador de sua linha política. Esse periódico, segundo Eladir Santos, buscava colocar em prática todo o trabalho de agitação em sua linha editorial, escritas com a "linguagem do povo", possuindo manchetes pequenas e chamativas[39]. Perguntado sobre o papel do *Hora do Povo*, Franklin Martins afirmou:

> (...) [o] Hora do Povo num primeiro momento uma coisa espetacular e, olha, eu não lidava com aquilo, por quê? Porque ele faz um jornal falando para o povão. Ele não faz um jornal falando para a intelectualidade (...). Mas de modo geral todo mundo falava para a classe média (...), mas a Hora do Povo teve uma grande vantagem e por isso que ele causou uma comoção nos primeiros momentos, eles falavam para o povão (informação verbal)[40].

Em muitos momentos, o linguajar e as manchetes eram criticados por serem muito apelativos, não servindo ao propósito da denúncia política, sendo considerado por outros grupamentos de esquerda como expressão do baixo nível político. Como também complementou o entrevistado:

> (...) Tem uma manchete que simbolizou isso, não me lembro exatamente a manchete, mas... tinha o termo da "ejaculação precoce", entende? Na manchete do jornal, era como se parte da esquerda tivesse ejaculação precoce, entende? Ele na verdade deixa de falar com o povão e começa a travar a luta política no interior da esquerda, eu acho que isso tem a ver com o incômodo que vai acontecendo, inclusive na redação do jornal, o fato de daquilo que eu me referia de baixo, do movimento social, movimento político, movimento camponês, movimento sindical, movimento da igreja, movimento estudantil, movimento de bairro, o que vinha de baixo era muito mais forte do que estava dentro das organizações, entende? Então a *Hora ao Povo* ao invés de se conectar com isso ele quis enquadrar o resto e isso é, tem um impacto muito grande na luta interna que vai ter no MR-8 (...) (informação verbal)[41]

Dessa forma, o MR-8 utilizou o *Hora do Povo* como um instrumento para se comunicar com "o povão", com a base dos trabalhadores. Porém, com o tempo, passou a utilizar o periódico como instrumento de ataque a outras organizações, travando uma disputa política ampla com o conjunto das esquerdas por meio de um órgão que, de certa forma, não havia sido criado com aquela finalidade. Além de relatos de violência provenientes de outras disputas políticas em sindicatos e campanhas salariais, o uso do jornal *Hora do Povo* contribuiu para construir uma imagem do MR-8 de intolerante e truculento. Outros grupos de esquerda passaram também associar o periódico a práticas fascistas. Adelmo Genro Filho, Marcos Rolim

---

[39] SANTOS, Eladir Fátima Nascimento dos. *Disputas de memórias: memória e identidade do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (1975-1985)*. Tese de doutorado em Memória Social UNIRIO, Rio de Janeiro, 2014, p. 54-55.

[40] MARTINS, Franklin [mar. 2021]. Entrevistador: Jefferson Godoy Athaydes. Campinas, 2021. 1 arquivo .mp3 (98 min.).

[41] *Idem*.

e Sérgio Weigert publicaram, em 1981, o livro "Hora do Povo: Uma vertente para o fascismo[42]", em que argumentam que tanto as práticas quanto a ideologia do jornal tenderiam ao fascismo:

> (...) De fato, o reformismo, o populismo ou o oportunismo são conceitos insuficientes para caracterizar globalmente a proposta político-ideológica expressa pelo *HP*. Seus traços de identidade com os métodos, o estilo e a ideologia do fascismo não podem ser atribuído [sic] a uma simples coincidência. A diluição da luta de classe, o desprezo pelas possibilidades subjetivas do povo, o elogio puro e simples da energia espontânea das massas, o reforço da ideologia burguesa e dos preconceitos através da desintegração do real, o antiteoricismo, o taticismo exacerbado, o dogmatismo e a prática brigadista, são manifestações que – integradas organicamente – formam a dimensão original do fenômeno *Hora do Povo* (informação verbal)[43].

Assim, para os autores, embora não seja automaticamente fascista, o periódico reproduziria práticas e ideias que, futuramente, poderiam vir a se tornar fascistas[44]. Isso serve para exemplificar a imagem que o MR-8 foi conquistando frente a outros grupos de esquerda: a de uma organização violenta, oportunista, direitista e que, ao fim e ao cabo, não mais defenderia o socialismo.

4.3. Descontentamento e racha de 1982

Podemos ver que o MR-8 centralizou sua atuação política no interior do MDB, ao mesmo tempo em que outros grupos se organizavam crescentemente fora da órbita desse partido. O Partido dos Trabalhadores, por exemplo, surgido do movimento operário, nasceu no período a partir da concepção de que a representação dos interesses diretos dos trabalhadores seria feita pelos trabalhadores e por eles mesmos. Em uma conjuntura política em que o movimento operário estava em ebulição, o discurso e a prática do partido negavam a mediação – e em alguns casos até mesmo a aproximação – com setores próximos aos liberais, aos pelegos e ao patronato. E, talvez o que seja mais importante, as suas lideranças possuíam justamente a mesma origem social daqueles que buscavam representar, o que poderia garantir uma maior identificação com os eleitores e militantes, tornando a imagem do partido mais confiável. Por outro lado, o MR-8 estava cada vez mais defendendo a participação no interior de um partido que foi fundado pela ditadura militar, comandado por políticos sem vinculação orgânica com as classes populares, sob o argumento de fortalecer uma frente política cujos objetivos, aos

---

[42] GENRO FILHO, Adelmo, ROLIM, Marcos, WEIGERT, Sergio. *Hora do Povo: uma vertente para o fascismo*. São Paulo, SP: Brasil Debates, 1981.

[43] *Idem*, p. 27.

[44] *Idem*, p. 34-35.

olhos de outros grupos de esquerda, já estavam sendo alcançados sem a necessidade de se aliar com os liberais, os pelegos ou o patronato.

Com isso, embora o MR-8 tenha aumentado a sua presença nos movimentos sociais nos últimos anos da década de 1970, e tenha sido muito importante no interior do movimento comunista para a percepção do papel da luta democrática para deslegitimar e derrubar o regime ditatorial, a partir da fundação do Partido dos Trabalhadores suas pautas políticas passaram a se tornar continuamente desconectadas dos anseios e realidades do movimento popular. Enquanto o movimento operário estava organizado em torno de novas lideranças combativas, o MR-8 continuava a defender a aproximação com tradicionais lideranças pelegas como Joaquim de Andrade, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, sob o argumento de que a participação deles nas greves ajudaria na unidade de ação sindical[45]. Segundo Camurça e Reis, o MR-8 criticava a conduta das oposições sindicais, acusadas de praticar "paralelismo sindical", provocando o enfraquecimento do sindicato como instrumento de luta. As divergências quanto à organização do movimento operário levaram a um antagonismo que, por vezes, resultou em violência no meio sindical, o que acarretou a fama de truculento e stalinista para o MR-8. Assim, foi sendo construída uma imagem a partir de uma polarização, em que de um lado se encontrava o MR-8, alinhado a dirigentes sindicais tradicionais considerados pelegos, e de outro, as *oposições sindicais*, em torno do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, setores da Igreja Católica "progressista", grupos da esquerda radical e os trotskistas da Convergência Socialista e da Liberdade e Luta (Libelu)[46].

No plano interno, a situação política da própria organização também começou a ser questionada. Na visão de Franklin Martins, o II Congresso do MR-8 de outubro de 1979 pode ser considerado como a consolidação de uma visão que aos poucos iria anulando a posição à esquerda que o MR-8 tinha até então:

> É, o congresso que tem em 79, ele de certa forma ele... Ele consolida... uma visão que vinha crescendo dentro do MR-8 de que não é que a luta de massas é importante, isso todo mundo concordava, (...). Mas ele começa a se consolidar dentro de uma coisa assim, o MDB era a grande expressão de tudo e o quê que nós tínhamos era que atuar dentro do MDB e eles achavam que assim iam controlar o MDB..., evidente não ia, entende? Isso começa a ser uma coisa que é, mais ou menos começa um pouco a anular a esquerda... Evidentemente não era isso que eles diziam, começam um pouco a anular a esquerda para dar um protago... [sic] ou seja, nós teríamos que ser uma força coadjuvante e boazinha. Isso aí é uma visão mais geral que começa a ter, que vai

[45] Unidade Sindical. *Unidade Proletária*, nº 31, ano IV, abril de 1979, p. 5.

[46] AARÃO REIS, Daniel, CAMURÇA, Marcelo Ayres. O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8): da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB. *In:* AARÃO REIS, Daniel, FERREIRA, Jorge (orgs.). *Revolução e Democracia (1964-...)*. Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 142.

> perpassando, principalmente as direções, desperta muita resistência dentro do MR-8 (...) (informação verbal)[47].

Dessa forma, as posições que passaram a ser adotadas pela direção, cuja defesa era imposta aos militantes com base no princípio do centralismo democrático, nem sempre eram aceitas por essa militância. Aos poucos foi se criando uma atmosfera de discordância e disputa interna. Uma das questões que contribuíam tanto para essas disputas quanto para os conflitos com outros grupos de esquerda também foi a crescente defesa política da figura de Stálin por parte de suas lideranças:

> (...) Existia uma outra coisa no MR-8 que foi crescendo também dentro dessa mesma coisa que eu falei também no MDB que é a questão do Stalinismo, setores da direção do MR-8 começaram a fazer a defesa do Stalin como se o Stalin fosse o maior dirigente que o... o mundo socialista tinha tido etc., e isso enfrentava grandes resistências, eu por exemplo nunca achei isso, porque nunca tive nada de trotskista, mas achava o Stalin, reconhecia que teve um papel importante, isso na resistência ao nazifascismo na Segunda Guerra Mundial, mas que, vamos dizer, a forma como ele construiu o controle dele sobre o partido tinha ao mesmo tempo dizimado o partido. Tinha uma visão crítica fortíssima, entende? Mas isso vai prevalecendo dentro do MR-8 (...) (informação verbal)[48].

A questão do stalinismo seria um exemplo do estado de espírito que havia dominado a direção do MR-8, em que a organização estaria sempre correta em suas colocações e análises:

> (...) vai se criando dentro da direção do MR-8 um estado de espírito de "certezas absolutas" e essa questão do Stalinismo é a expressão disso, entende? Nós crescemos e nos reconstruímos, e hoje em dia nós existimos porque nós temos a nossa certeza, lutamos por ela etc. e vamos cumprir. O que eu acho que era um equívoco, não é porque você tinha toda certeza, porque se teve flexibilidade política para adaptar e se teve a compreensão do quê que era o principal, que era a lutas pelas liberdades democráticas, pela democracia, contra a ditadura e era necessário fazer aliança com todo mundo (informação verbal)[49].

Esse estado de espírito é singular, uma vez que, como vimos nesse trabalho, e como também foi observado pelo entrevistado, foi justamente a capacidade de autocrítica e de reorientação política que contribuiu para que o MR-8 sobrevivesse ao massacre causado pela repressão. Com isso, essa posição da organização gerou descontentamento no interior da própria militância e prejudicou sua relação com outros grupos:

> (...) Mas você tem uma coisa do Stalinismo que é uma coisa também que vai incomodando progressivamente a militância e vai afastando o MR-8 de setores importantes da intelectualidade, de setores importantes do movimento estudantil, porque as "certezas absolutas", quando você chegava nos locais de debate etc. e tal, em geral te conduziam a ter um comportamento mais rígido, mais sectário. Não que todos os militantes tivessem, muitos militantes não tinham. Acho que até a maioria, acho não, a maioria não tinha esse comportamento, mas isso era algo que perpassava um pouco o discurso que vinha do MR-8, isso basicamente ali a partir dos anos 79, 80 por aí (informação verbal)[50].

---

[47] MARTINS, *op. Cit.*

[48] *Idem*.

[49] *Idem*.

[50] *Idem*.

Essa crítica ao stalinismo também pode ser observada em uma carta de desligamento, enviada por um militante não identificado. Nessa carta, o militante critica a tentativa de reconstruir internamente os partidos comunistas da III Internacional da década de 1930. Embora identificasse virtudes, como a combatividade, a perseverança e a dedicação, assim como boa formação teórica para alguns membros da direção, também trazia deficiências da década de 1930: alinhamentos automáticos, principalmente em relação à União Soviética, repetição acrítica de autores clássicos, enorme dificuldade de conviver com a divergência e a falta de democracia interna. Além disso, o que seria mais grave, ignoraria 50 anos de história do movimento comunista, período rico em fatos, experiência e lições para a classe operária. Essa postura ainda se somaria à postura "rolo compressor", em que não haveria nenhuma concessão ou composição com outras forças de esquerda, em que toda divergência seria vista como a posição de inimigos do povo, agentes da CIA, policiais ou o que se pudesse xingar[51].

Essa postura da organização, além do relacionamento entre os grupos de esquerda, também impactou na forma como ele se relacionava com outros movimentos sociais. Podemos ter como destaque o movimento sindical que, como observado anteriormente, testemunhou cenas de violência entre apoiadores das posições do MR-8 e membros da oposição sindical. De acordo com o entrevistado, em um primeiro momento, havia proximidade entre os militantes do MR-8 e aqueles que estavam organizando as grandes greves do ABC paulista:

> (...) O MR-8, os militantes do MR-8 eu diria, porque não é uma coisa orgânica, tinha um contato de proximidade com o movimento sindical, tinha contato de proximidade com a posição sindical dos metalúrgicos de São Paulo, que era o principal sindicato do país, atuavam dentro da oposição, tinha uma participação grande no sindicato, não diria uma participação grande, mas tinha um diálogo grande na... nos sindicatos ali de São Bernardo (informação verbal)[52].

Entretanto, muito devido a nova postura do MR-8 de defesa intransigente de suas posições, negando em muitas vezes o diálogo, logo esse relacionamento deteriorou:

> Quando eu saí da clandestinidade, aos poucos, que foi um período de adaptação, eu passo a conversar com muito mais gente e eu começo a sentir que o MR-8 tava se isolando e muitas vezes de formas absolutamente infantis, sem necessidade, porque aquela coisa das verdades absolutas, ele não conversava, não dialogava, muita gente dele não conversava. É justo que muita gente conversava e dialogava também, mas muita gente não conversava e dialogava, quer dizer, tentava enquadrar o movimento. Então foi esse processo (informação verbal)[53].

Isso resultou, por fim, já em 1981, na percepção de que a organização estava ficando com suas posições cada vez mais isoladas, em defasagem com o anseio do efervescente movimento operário:

---

[51] *Carta aos companheiros*. S.d. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Daniel Aarão Reis, Série Movimento Revolucionário 8 de Outubro. Código de referência BR RJAPERJ DAR.0.MR8.1/30.

[52] MARTINS, *op. Cit.*

[53] *Idem*.

> Eu digo, uma das coisas que me marcou profundamente foi quando foi a eleição do Meneguelli para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, que é em 81, não me lembro o mês, eu fui no dia da apuração. O MR-8 tinha lançado uma chapa, (...). Tava o Alemão também na chapa, vou te dizer, era uma chapa composta por lideranças importantíssimas, lideranças de fábricas, (...) Mas sofreu uma derrota monumental, uma coisa assim de 90%, 80 e tantos por cento[54]. E mais do que isso, a mim incomodou profundamente foi ver como que havia naquela base sindical, a apuração foi num ginásio, então era uma coisa, você tinha mais ou menos assim, 95% no ginásio do outro lado e o pessoal ligado a chapa do MR-8 5% dos que estavam lá, e evidente que nós estamos inteiramente errado [sic], um sindicato que está travando essas disputas, travando essas greves, quer dizer, e que tá inteiramente desligado de tudo o que... aquilo ali me marcou... eu diria o seguinte: foi algo que, esse... não dá para continuar como tá (informação verbal)[55].

Como vimos, na década de 1960 e início dos anos 1970, o MR-8 defendia a luta armada como uma forma de se lutar contra a ditadura militar e se conquistar o socialismo. A partir do racha de 1972, resultante da situação precária que a organização se encontrava após a ação da repressão, o MR-8 passou a defender a participação nas lutas democráticas e nos movimentos de base para lutar prioritariamente contra a ditadura. Nessa nova posição, aceitava-se a aliança com as classes médias e a pequena burguesia, não apenas a classe operária em conjunto ao campesinato, visando lutar contra a dominação burguesa e abrindo o caminho para a criação de um governo popular, dirigido pelo proletariado. A partir de 1978, com a vitória nas eleições, essa ideia se expande, objetivando agora transformar o MDB em um partido popular. Todas essas posições, como vimos, eram adotadas com base na perspectiva de se alcançar, em algum momento, o socialismo. Isso implicava em definir que o principal adversário, além da própria ditadura, era a burguesia que a apoiava.

Contudo, a partir de 1982, o MR-8 passou a defender novas posições. Em suas *Teses para o III Congresso*[56], continuando a aprofundar a centralidade do agora PMDB para o final da ditadura, a organização passou a observar que o problema principal do país seria a situação de dependência perante o imperialismo internacional. A ditadura contribuiria para esse processo, prejudicando o pequeno e o médio capital, abrindo caminho para a dominação estrangeira, responsável por espoliar o povo e a nação. Para combater esse processo, seria necessário fortalecer a frente democrática, concentrado no PMDB, em torno de um programa político e econômico que caracterizaria uma revolução nacional, democrática e popular. A

---

[54] A Chapa 1, apoiada pela direção cassada do sindicato (liderada por Lula) recebeu 27.535 votos, contra 2.901 recebidos pela Chapa 2. Fonte: SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC. *Linha do tempo 1981*. Disponível em: https://smabc.org.br/1981-3/. Acesso em 02/12/2022.

[55] MARTINS, *op. Cit.*

[56] MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO. *Teses para o III Congresso*. São Paulo: Quilombo, 1982.

adoção desse programa implicaria na ruptura com a submissão ao imperialismo e a ditadura, visando a instalação de um governo democrático e popular. A implementação desse programa seria interesse de diversas classes da sociedade brasileira, que seriam espoliadas pelo capital financeiro internacional. Ele seria interessante, acima de tudo, à classe operária, mas também aos trabalhadores rurais, aos camponeses, aos assalariados em geral, aos profissionais liberais e aos pequenos e médios proprietários. Seria possível atrair para a defesa desse programa, inclusive, uma parcela da grande "burguesia nacional" [57]. Dessa forma, no lugar de uma "frente popular", agora a organização defenderia a formação de uma "frente democrática" contra a ditadura militar, englobando toda a sociedade que estivesse disposta a combater o regime.

É importante observar tanto a defesa da tese de que o atraso e a exploração seriam culpa principalmente da dependência frente ao imperialismo, quanto a da possibilidade de aliança e aproximação com uma existente "burguesia nacional" brasileira. Essas teses remetem à "Declaração de março de 1958", do PCB, que caracterizava uma mudança de sua postura com relação à luta política, sendo um dos principais documentos criticados pelas organizações que se separaram desse partido após o golpe civil-militar de 1964. Nesse documento, foi definida que a contradição básica da sociedade brasileira seria entre, de um lado, o conjunto da nação contra o imperialismo norte-americano e seus agentes internos e, de outro, as forças produtivas em desenvolvimento contra as relações de produção semifeudais na agricultura. Também haveria a contradição entre o proletariado e a burguesia; entretanto, na "etapa atual" do processo revolucionário não haveria necessidade de uma "solução radical". Sendo assim, a "revolução brasileira" deveria ser anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática. Ela deveria articular uma "frente única" de forças sociais, que compreenderia o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a burguesia e até os "setores latifundiários ligados a monopólios imperialistas rivais". Para tanto, seria fundamental manter o processo de democratização que estava em curso[58].

Dessa forma, em 1982, o MR-8 estaria se aproximando de posições defendidas pelo PCB a partir de 1958 e que já haviam sido criticadas pelo próprio MR-8 em seu processo de radicalização rumo à luta armada, como é possível observar em documentos como a "Linha política de abril de 1969[59]". Nesse e em outros documentos abordados até agora neste trabalho,

---

[57] *Idem*, p. 21-32.

[58] AARÃO REIS, Daniel. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no brasil entre 1943 e 1964. In AARÃO REIS, Daniel, RIDENTI, Marcelo (orgs.). *História do marxismo no Brasil.* Vol. V. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 90-92.

[59] *Linha política de abril de 1969*. Abril de 1969, Fundo Gilberto Mathias, Pasta 11, Arquivo Edgard Leuenroth. Código de referência BR SPAEL GM 01 03.

o conceito de "burguesia nacional", enquanto uma classe que teria interesses de desenvolvimento nacional, é rejeitado, uma vez que a burguesia brasileira já estaria plenamente vinculada ao grande capital internacional. Por isso é singular observar esse movimento por parte da organização, que retoma teses rejeitadas em toda a sua trajetória enquanto grupo independente do PCB.

Essas teses definidas no III Congresso não foram aceitas por parte da militância. Sua adoção, somado aos confrontos com outros grupos, a postura cada vez mais sectária da organização e a atitude autoritária de suas direções levou ao estado de descontentamento que culminou no "racha" da organização, em meados de 1982:

> (...) Ao invés de você estar ligado com energia, você foi ficando com a seita, cada vez mais uma seita com suas verdades, seus princípios etecetera e tal e se isolando, brigando, ao invés de estar conectado com o que vinha de baixo. E o racha, não tenho dúvida nenhuma, não tenho que me provar não, não tô [sic] dizendo que não tenho convicções, não, eu tenho certeza, mas afirmo, a maioria do... da militância do MR-8 saiu do MR-8 no racha, né? Agora como a direção era controlada pelo outro lado e ela tinha, vamos dizer, o controle dos delegados, das bases, etecetera, ela montou uma situação onde [sic] acabou ganhando numericamente, mas politicamente saiu muita gente, saiu mais da metade. Agora o aparato, a maioria do aparato continua [sic] ali (informação verbal)[60].

Discutindo o processo de cisão, Camurça nos apresenta que, nas disputas políticas entre a direção e os dissidentes, o "centralismo democrático" era sempre evocado tanto para desarmar as críticas quanto para as fortalecer nos momentos de discussão. O Comitê Central soube se mover bem dentro das regras do jogo, fazendo "fluir" a linha partidária e justificando todas as suas iniciativas dentro da legalidade partidária. Por outro lado, os dissidentes, sentindo-se tolhidos por essas regras, reclamavam da insensibilidade da direção para as questões levantadas por eles. Os dissidentes, no fim e ao cabo, não conseguiam romper com os paradigmas definidos pela linha política, não propondo uma alternativa, o que evidenciava a preeminência de Claudio Campos como formulador político e a dependência do restante do Comitê Central às suas teorizações. A direção, dessa forma, conseguiu manobrar para mostrar que os dissidentes não estariam conseguindo compreender a linha política de forma completa e complexa[61].

Assim, para Camurça,

> O grau de rejeição ao esquema de funcionamento que partilharam no MR8 durante anos, onde estiveram submetidos ao esquema férreo do "Centralismo Democrático" e ao ritmo frenético das constantes inflexões da "linha política", levou a que os dissidentes 'matassem' o 'oito' como referência. Primeiro se considerando o "próprio

[60] MARTINS, *op. Cit.*

[61] CAMURÇA, Marcelo Ayres. Os "Melhores Filhos do Povo": Um estudo do ritual e do simbólico no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8). Curitiba: Appris, 2015. p. 247-258.

> MR-8" e convocando o seu "IV Congresso" e segundo, através deste "Congresso", dissolvendo o "MR-8" e decretando a entrada de seus militantes no PCB[62].

Os dissidentes, ao se considerarem o próprio MR-8, teriam reproduzido em estilo e grandiloquência tudo o que eles criticavam existir no MR-8, pontuando o menosprezo e a desconsideração pelo adversário, assim como projetava suas certezas, como se uma maioria tivesse aderido prontamente a seu projeto. Ao chamarem o IV Congresso, estaria consolidada a "pulsão de morte" em relação a sua antiga organização ao dizer que o erro estaria na sua própria formação, propondo o retorno ao PCB. Para Camurça, a imagem da "morte" do MR-8 não seria apenas figura de estilo, uma vez que o que se desejava era justamente isso. A disputa simbólica pela reivindicação da organização girava em torno de sua própria "tradição". Assim, ao "matar" o partido, a dissidência se recusava a admitir que um outro MR-8 pudesse existir sem sua participação. Igualmente, a direção dizia que o grupo ressurgiria mais "robusto e renovado" do III Congresso, negando-se a admitir o quão enfraquecido e debilitado ficou com a saída de quase a metade de seus militantes[63].

Aos dissidentes, restou buscarem outro abrigo no PCB, uma vez que se encontravam carentes de um "centro formulador". Entretanto, o que encontraram foi um partido diverso, que faltava coesão e uma linha tão imperiosa e totalizante quanto a do MR-8 que lhes apontasse um norte[64]. Dessa forma, a experiência no PCB teria sido marcada pela frustração e pelo tédio, levando muitos a abandonarem a militância ou a procurarem novos ares:

> (...) "A gente 'morreu' no Partidão. O 'Partidão' nos matou!" relatou-me uma das líderes da dissidência. Diante da decepção a grande maioria deles deixou o PCB, dissolvendo-se na sociedade como ativistas de ONGs, movimentos sociais, de outros partidos de esquerda e de centro (PMDB, PDT, PT) ou numa grande maioria como simples cidadãos, mas não mais militantes comunistas[65].

Assim, a dispersão dos dissidentes enquanto projeto político reforçou no remanescente MR-8 a confirmação da justeza de suas posições definidas em seu III Congresso. Ao passo em que, para os que dele se separaram, a imagem que restou do MR-8, ao longo de sua trajetória, foi de lamentação pelo que a organização se transformou:

> Foi uma vela que foi apagando, foi a lugar nenhum. Não teve mais relação com movimento de massa... foi diminuindo, foi diminuindo e apagou como toda seita continua existindo, para uma seita existir não precisa de muita coisa, precisa do que? Adoração a algum... alguma pessoa, alguma ideia... E quando tudo que acontece na realidade não é assim, eles não entendem, então é uma certa autossuficiência, então onde é que está, não existe isso (informação verbal)[66].

---

[62] *Idem*, p. 260.

[63] *Idem*, p. 260-262.

[64] *Idem*, p. 262.

[65] *Ibidem*.

[66] MARTINS, *op. Cit.*

***

De uma organização presente e influente nos mais diversos movimentos sociais e sindicais ao longo da década de 1970, o MR-8 se tornou uma organização cada vez mais desconectada desses movimentos e mais inserida na política interna do PMDB. Ao longo da década de 1980 o foco das publicações do grupo pôde se resumir ao combate à influência do imperialismo na economia brasileira, em especial o papel desempenhado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), sendo publicadas no jornal *Hora do Povo* e compiladas no livro *Por um Brasil brasileiro*, de autoria de Claudio Campos[67]. O objetivo desses textos são de alertar e mobilizar a luta do povo brasileiro contra a dominação imperialista, buscando construir um país democrático e soberano, uma "pátria livre". Embora não fosse o foco dos textos, chama a atenção a ausência da defesa do socialismo enquanto um horizonte político. De certa maneira, é uma tendência que poderia ser observada principalmente a partir de 1978, em que o socialismo era evocado como um horizonte, embora cada vez mais por tradição ou figura de linguagem, ao passo em que a prática política levava cada vez mais para a institucionalidade da democracia burguesa.

Sendo assim, durante a década de 1990, o MR-8 continuou atuante na política brasileira, ao lutar contra o desmonte do Estado levado a cabo pelos governos Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. O grupo também foi um apoiador dos governos Lula até 2009, quando se separou do PMDB e fundou o Partido Pátria Livre (PPL), reaproximando-se do Partido Socialista Brasileiro (PSB), de Eduardo Campos e Marina Silva. Atualmente, o MR-8 se encontra atuante no interior do PCdoB, partido com o qual se fundiu em 2019 ao não ter conseguido atingir a cláusula de barreira nas eleições do ano anterior. Embora longe do tamanho e da influência que já teve na década de 1970 e 1980, o grupo continua ativo e participando da política, em busca de seu ideal de uma pátria verdadeiramente livre da dependência econômica e das influências do imperialismo.

[67] CAMPOS, Cláudio. *Por um Brasil brasileiro*. São Paulo: Global, 1985.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da esquerda brasileira é muito rica de exemplos de organizações, interpretações, lutas e conquistas. Embora nem sempre vitoriosos, esses grupos ajudaram a moldar a opinião pública e muitas vezes a pautar a política por meio de sua atuação, seja pela pressão vinda dos movimentos sociais ou pela própria participação no jogo eleitoral. Por isso, neste trabalho buscamos estudar uma dessas organizações, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), um dos principais grupos de oposição à Ditadura Militar, entre os anos de 1972 e 1985. Utilizamos para tal, principalmente, documentos escritos pelo próprio MR-8, como textos de circulação interna, linhas políticas, resoluções de congressos, artigos e editoriais de periódicos diversos. Também utilizamos fontes produzidas por outras organizações que disputavam o terreno político com o MR-8, buscando compreender as diferenças e os caminhos adotados pelo grupamento. Por fim, também utilizamos o depoimento de Franklin Martins, um ex-militante e dirigente do MR-8, tentando compreender acima de tudo os motivos que levaram à cisão do grupo durante o ano de 1982.

No primeiro capítulo deste trabalho vimos a reestruturação política da organização após o massacre causado pela repressão. Em 1972, exilados no Chile, os militantes do MR-8 discutiram os rumos a serem tomados a partir de então. De um lado, um grupo defensor da continuidade da luta armada, principalmente sob o argumento de que abandoná-la significaria que aqueles que haviam caído perante a repressão teriam morrido em vão. Por outro lado, dirigentes vindos do Brasil e que testemunharam a contínua brutalidade dos órgãos de segurança propunham uma nova tática de combate ao regime militar, dessa vez por meio dos movimentos sociais e pela participação no limitado jogo democrático brasileiro. O confronto entre essas duas visões culminou na cisão dessa organização em dezembro de 1972. Após acusações de formação de "fração" por ambos os lados, os proponentes da nova tática saíram vitoriosos e continuaram a reconstrução do MR-8.

Também observamos nesse capítulo as resoluções que saíram do pleno de dezembro de 1972, documento que definiu a prática política do MR-8 durante toda a década de 1970. Nesse texto, como principais pontos, podemos observar o abandono do militarismo, considerando-o como uma expressão do espontaneísmo e do voluntarismo, que teria levado a organização a pesadas perdas políticas e orgânicas, humanas e materiais. No lugar da luta armada, o MR-8 deveria se concentrar em se inserir nos movimentos sociais de base, tendo em

vista a aproximação com o proletariado, para representar seus anseios e reorganizar o movimento revolucionário. Nesse processo, o objetivo seria a refundação do partido que iria exercer a direção desse movimento. Para propiciar isso, tendo em vista que o proletariado se encontrava desorganizado e enfraquecido, seria necessário se aproximar da pequena-burguesia, cujos interesses de luta contra a ditadura e por democracia a atrairia para o campo do proletariado. Sendo assim, o MR-8 definiu nesse documento as diretrizes que pautariam a sua atuação política e que o permitiram sobreviver, se reinventar e crescer durante a década de 1970.

No segundo capítulo analisamos como o MR-8 buscou reorganizar o movimento operário e quais os objetivos que ele esperava atingir com essa reorganização, entre os anos de 1973 e 1975. O MR-8 argumentava que os comunistas deveriam ingressar nesses movimentos não somente para dirigir, mas também para educar o proletariado da necessidade de se resistir à Ditadura Militar. Com a formação das vanguardas operárias, em conjunto com um ativo trabalho de criação de bases populares, o MR-8 esperava que o movimento operário fosse um agente central para o enfraquecimento e derrubada do regime. Dessa forma, diferentemente do período em que defendia a luta armada, não mais se tratava de atrair o proletariado à rebelião aberta por meio de ações exemplares da vanguarda. Agora, o próprio proletariado, organizado em torno de pautas próprias do proletariado, é que ditaria o ritmo do processo que levaria à Revolução Brasileira.

Também observamos nesse capítulo a análise da organização a respeito da escolha do general Ernesto Geisel como presidente da República, o papel que ele desempenhava, e os indicativos trazidos pelas eleições de 1974. Para o MR-8, a escolha de Geisel representava um processo de "institucionalização" da ditadura, em que haveria uma pequena abertura de canais para a oposição, mas o regime não sairia do controle e da influência das Forças Armadas. Essa abertura seria limitada, e a participação da esquerda seria, no mínimo, inviabilizada, o que fazia esse projeto ser contra os interesses do proletariado. Para combater esse projeto, os comunistas deveriam se organizar em torno da plataforma de luta pelas liberdades democráticas, preparando o terreno não só para a derrubada da ditadura, mas também para a revolução socialista no Brasil. Sendo assim, as eleições de 1974, vencidas pelo MDB, foram interpretadas como uma forma de protesto da população contra a política do regime militar. A vitória do partido da oposição confirmava para o MR-8 a tese de que a defesa da luta pelas liberdades democráticas acirraria as contradições da ditadura e abriria o caminho para sua superação.

Finalizando o capítulo, analisamos que essas posições, entretanto, trouxeram conflitos com outras organizações de esquerda, principalmente a Política Operária e o MEP. A

Política Operária via a defesa das liberdades democráticas como uma forma de aproximar o proletariado do programa de "redemocratização", que não tinha por objetivo superar o próprio capitalismo. Por isso, o MR-8 estaria defendendo posições "pequeno-burguesas", que iam contra os interesses da classe operária. Essa crítica foi respondida pela organização no texto "Contra o doutrinarismo e o economicismo: por uma tática proletária de combate à ditadura", de autoria de Daniel Terra, em que ele defende a centralidade da tática de luta pelas liberdades democráticas. As posições da PO, caracterizadas de "doutrinaristas", foram caracterizadas pelo autor por defender teorias que pouco tinham respaldo na realidade política ou no movimento de massas. Por isso, a PO não defenderia as liberdades democráticas por não saber fazer uma crítica a essa tática que não separasse os interesses do proletariado daqueles da pequena-burguesia democrática ou da burguesia. Dessa forma, foi marcado o afastamento entre essas duas organizações, que tanto haviam se aproximado durante o processo de reestruturação da esquerda revolucionária após 1972.

No terceiro capítulo analisamos o aprofundamento teórico da luta pelas liberdades democráticas. Examinamos o texto de Daniel Terra, "Socialismo e liberdades democráticas", em que o autor defende que a conquista dos direitos democráticos permitiria ao proletariado ampliar a democracia burguesa, uma vez que seus representantes iriam ocupar lugares institucionais para auxiliar nas lutas extraparlamentares e sindicais. Ao ocupar esses lugares, o proletariado conseguiria fazer avançar os direitos democráticos e, juntamente à propaganda do socialismo, ajudaria a criar a consciência necessária para a realização de uma revolução socialista. Contudo, por uma falta de clareza quanto à forma que o trabalho de massas seria realizado, outras organizações criticaram essas posições. O MEP, como pudemos ver, além de considerar a tática equivocada, também argumentava contra os métodos de Daniel Terra e do MR-8, identificando-os como reacionários e sectários, além de desonestos ao citar Lênin sem rigor e confundir as posições do MEP com as da Política Operária.

Nesse capítulo observamos também como o MR-8 fazia a propaganda da participação eleitoral por meio de seu periódico *Unidade Proletária*. Voltado às bases operárias, esse periódico fazia o trabalho de agitação e propaganda trazendo notícias e orientações políticas, buscando atrair o proletariado para as posições da organização. Entre 1976 e 1978, principalmente, o MR-8 incentivava nas páginas do periódico a votação em candidatos ligados às causas populares, assim como o voto nos parlamentares "autênticos" do MDB. Com as vitórias nas eleições municipais de 1976, em que o MR-8 conseguiu eleger um de seus dirigentes vereador na cidade do Rio de Janeiro, e nas eleições legislativas de 1978, elegendo

um de seus militantes deputado estadual no estado do Rio de Janeiro, estaria confirmada para o grupamento a justeza e a correção da tática de luta pelas liberdades democráticas.

Por fim, observamos nesse capítulo como a organização observou a ascensão do movimento operário entre os anos de 1976 e 1978. O periódico comemorava o lento crescimento desse movimento em 1976, noticiando cada vez mais greves que possuíam crescentemente maior adesão e impacto. No segundo semestre de 1977, a divulgação de que os dados sobre a inflação entre 1973 e 1974 teriam sido forjados levou o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, liderado por Luís Inácio da Silva, o Lula, a reivindicar reposição de 34,1%. Isso seria um exemplo da reanimação do movimento operário, organizado em torno de novas lideranças combativas. A partir de maio de 1978, um novo capítulo da história nacional seria inaugurado com as greves do ABC paulista, que se estenderam até o início dos anos 1980. Essas greves mostrariam para o MR-8 que sua tática de organização da resistência dos trabalhadores seria correta e eficiente, mesmo que as lideranças e os sindicatos não fossem socialistas ou comunistas.

Finalmente, analisamos no quarto capítulo as críticas do MR-8 às propostas de fundação de um "Partido dos Trabalhadores" autônomo, gestado fora da órbita dos comunistas. Discutindo com um documento do grupo trotskista Convergência Socialista, o MR-8 argumentava que a ideia da formação desse partido contribuiria para o liquidacionismo, pois não haveria esforço para a criação do partido da classe operária. Os grupos que defendiam a fundação do 'Partido dos Trabalhadores" não tinham por objetivo conquistar a ditadura do proletariado, mas sim se contentariam com os limites da democracia burguesa. A criação de movimentos socialistas que agissem dentro da legalidade, sem se pautarem pelos princípios do marxismo-leninismo, no final das contas, serviriam para imobilizar e liquidar os esforços de emancipação do proletariado.

A partir das eleições de 1978, o MR-8 mudou sua visão a respeito do papel desempenhado pelo próprio partido de oposição da ditadura, o MDB. Até então, as organizações comunistas deveriam entrar no partido para realizar um trabalho de propaganda de suas posições, utilizando esse estreito espaço legal para apoiar suas ações fora do parlamento. Após o sucesso do MDB nessas eleições, o MR-8 começa a defender a busca da hegemonia dos setores populares dentro do partido, transformando o MDB em um verdadeiro Partido Popular, objetivando, assim, tomar seu controle e pautar sua política. Em oposição a essa ideia, permaneciam os esforços de outros grupos em fundar o Partido dos Trabalhadores que, para o MR-8, fracassariam por uma indefinição política e programática, arriscando trair os ideais pelos quais o partido seria fundado.

Assim, terminamos o capítulo discutindo sobre os descontentamentos que vão surgindo dentro do MR-8 quanto à sua prática política, sua relação com outros grupos e suas diretrizes, que culminaram no "racha" de 1982. A imagem da organização foi sendo paulatinamente marcada por acusações de sectarismo, violência e truculência, em que outros grupos chegaram a chamar o principal periódico do MR-8, o jornal *Hora do Povo*, em uma "vertente para o fascismo". Após seu III Congresso, o MR-8 buscou construir uma "frente democrática", no lugar de uma "frente popular", abrindo a possibilidade de se realizar alianças com setores da burguesia nacional, uma tese que em muito se aproximava das definições da "Declaração de Março de 1958", do PCB. Assim, em meio a discordâncias com as teses do III Congresso, mais as insatisfações com as práticas internas e externas do MR-8, ocorre em 1982 o "racha", em que a organização perde mais da metade de sua militância.

Com isso, vemos a trajetória de uma organização que, de grande influência no meio da esquerda comunista em meados dos anos 1970 e início dos anos 1980, tornou-se cada vez mais minoritária tanto na política brasileira quanto na própria disputa política no interior do PMDB. Ao longo da década de 1980 a organização buscou construir essa frente democrática dentro do partido para lutar contra o imperialismo e as influências do FMI. Durante a década de 1990, lutou contra as privatizações e o desmonte do Estado realizadas pelos governos Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Foi um apoiador do governo Lula até 2009, quando finalmente se separou do PMDB para fundar seu próprio partido político, o Partido Pátria Livre (PPL). Nesse processo, aproximou-se de Marina Silva e Eduardo Campos, do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Finalmente, após não conseguir atingir a cláusula de barreira nas eleições de 2018, o partido se fundiu com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Continua atuante na política, lutando por uma pátria livre da dependência econômica do imperialismo, mesmo distante do que fora em seu auge na década de 1970 e de 1980.

6. FONTES

Fontes textuais

Arquivo Edgard Leuenroth
Fundo "Gilberto Mathias": pastas 9, 10, 11 e 12.
Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro
Coleção "Marcelo Camurça".
Arquivo Nacional
Fundo "Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça".
Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
Coleção Daniel Aarão Reis Filho, série "Movimento Revolucionário 8 de Outubro".

Periódicos

Brasil Socialista, n.º 1 a 10, 1975-1977. Arquivo Edgard Leuenroth.
Em Tempo, 1977-1985. Arquivo Edgard Leuenroth.
Unidade Proletária, 1975-1980. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Entrevistas

Raymundo de Oliveira:
OLIVEIRA, Raymundo Theodoro Carvalho De. *Raimundo de Oliveira (depoimento,1999)*. Rio de Janeiro: CPDOC/ALERJ, 2001.

7. BIBLIOGRAFIA

Artigos e Capítulos

AARÃO REIS, Daniel, CAMURÇA, Marcelo Ayres. O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8): da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB. *In:* AARÃO REIS, Daniel, FERREIRA, Jorge (orgs.). *Revolução e Democracia (1964-...)*. Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 131-148.

AARÃO REIS, Daniel. Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – Polop (1964-1986). *In:* AARÃO REIS, Daniel, FERREIRA, Jorge (orgs.). *Revolução e Democracia (1964-...)*. Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 53-71.

AARÃO REIS, Daniel. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. *In:* AARÃO REIS, Daniel, RIDENTI, Marcelo (orgs.). *História do marxismo no Brasil.* Vol. V. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 73-108.

ANGELL, Alan. Chile, 1958-c. 1990. *In: BETHELL, Leslie (org.). História da América Latina: Volume IX – A América latina após 1930: México, América Central, Caribe e Repúblicas Andinas.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015, p. 884-905.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A ditadura militar em tempo de transição (1974-1985). *In:* MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006, 153-164.

CARVALHO, Alessandra. "Democracia e desenvolvimento" versus "Segurança e desenvolvimento": as eleições de 1974 e a construção de uma ação oposicionista pelo MDB na década de 1970. *Varia História*. Vol. 28, n. 48, Belo Horizonte, julho/dezembro de 2012, p. 555-572.

CIAMBARELLA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular. *In:* AARÃO REIS, Daniel, FERREIRA, Jorge (orgs.). *Revolução e Democracia (1964-...).* Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 99-129.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. *In:* SILVEIRA, Ênio *et. al* (orgs.). *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 33-47.

DIAS, Cristiane Medianeira Ávida. Os brasileiros no Chile (1970-1973): exílio e memória. *Autos & baixas – Justiça, memória e cidadania*. Vol. 3, n. 1, 2015, p. 85-95.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Tempo e Argumento*. Vol. 9, n. 20, Florianópolis, janeiro/abril 2017, p. 5-74.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. Vol. 24, n. 47, São Paulo, 2004, p. 29-60.

FICO, Carlos. Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. *Topoi (Rio de Janeiro)*. Vol. 14, n. 27, Rio de Janeiro, julho/dezembro 2013, p. 239-261.

GROSSI, Diego. Dilemas da historiografia brasileira sobre a resistência armada contra a Ditadura Militar: a questão democrática entre os paradigmas liberais e a proposta marxista. *História & luta de classes*. Vol. 19, 2015, p. 45-51.

PRADO, Luiz Carlos Delorme, EARP, Fábio Sá. O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). *In:* DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). *O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 207-241.

SILVA, Camilla Cristina. O Brasil do deixe-o: vivências e lutas no exílio. *Revista escrita da História*. Ano 2, vol. 2 (4), setembro/dezembro 2015, p. 47-66.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. *In:* DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). *O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 243-282.

ROLLEMBERG, Denise. A ditadura civil-militar em tempo de radicalização e barbárie (1968-1974). *In:* MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006, p. 153-164.

Livros

AARÃO REIS FILHO, Daniel, MOTTA, Rodrigo Patto Sá, RIDENTI, Marcelo (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

AARÃO REIS FILHO, Daniel, SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

AARÃO REIS FILHO, Daniel. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense: CNPq, 1990.

AARÃO REIS FILHO, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

AARÃO REIS FILHO, Daniel. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

AARÃO REIS, Daniel, FERREIRA, Jorge (orgs.). *Revolução e Democracia (1964-...).* Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

AARÃO REIS, Daniel, RIDENTI, Marcelo (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Vol. V. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

AARÃO REIS, Daniel, RIDENTI, Marcelo (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Vol. VI. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

AARÃO REIS, Daniel, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. 2ª edição, Petrópolis: Vozes, 1985.

BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: Volume IX – A América latina após 1930: México, América Central, Caribe e Repúblicas Andinas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: Volume X – A América latina após 1930: Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

CAMPOS, Cláudio. *Por um Brasil brasileiro*. São Paulo: Global, 1985.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. *Os "Melhores Filhos do Povo": Um estudo do ritual e do simbólico no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8)*. Curitiba: Appris, 2015.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira.* Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CODARIN, Higor. *O MR-8 na luta armada: as armas da crítica e a crítica das armas*. São Paulo: Alameda, 2019.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). *O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 3ª edição, Petrópolis: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FLORES, Sebastián Leiva. *Teoría y practica del poder popular: los casos del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR, Chile, 1970-1973) y el Partido Revolucionario de los Trabajadores – Ejército Revolucionario del Pueblo (PRT – ERP, Argentina, 1973-1976)*. Dissertação de mestrado em História da América, Universidade de Santiago do Chile, 2007.

GENRO FILHO, Adelmo, ROLIM, Marcos, WEIGERT, Sergio. *Hora do Povo: uma vertente para o fascismo*. São Paulo, SP: Brasil Debates, 1981.

GIANOTTI, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

GRABOIS, Mario Almada. *A luta desarmada: a esquerda revolucionária e o debate da questão democrática nos anos 1970*. Dissertação de mestrado em ciência política UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

GUIMARÃES, Juarez. *Democracia e marxismo: crítica à razão liberal*. São Paulo: Xamã, 1999.

HABERT, Nadine. *A década de 1970: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. 2ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1994.

KECK, Margaret. *PT – A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. *In:* REVEL, Jacques (org.) *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006, p. 141-152.

MATHIAS, Suzeley Kalil. *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979).* Campinas: Papirus, 1995.

MONTEIRO, Thiago William Nunes Gusmão. *"Como pode um povo vivo viver nessa carestia": O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982)*. Dissertação de mestrado em História, USP, São Paulo, 2015.

MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO. *Resoluções Políticas do II Congresso do MR-8.* São Paulo: Quilombo, 1980.

MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO. *Teses para o III Congresso*. São Paulo: Quilombo, 1982.

PESSOA, Reynaldo X. Carneiro (org.). *PCB: Vinte anos de política 1958-1979 (Documentos)*. São Paulo: LECH, 1980.

PINHEIRO, Milton (org). *Ditadura: o que resta da transição*. 1ª edição, São Paulo: Boitempo, 2014.

RÉMOND, Réné (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. *O fantasma da revolução brasileira*. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SAES, Décio. *Democracia*. São Paulo: Editora Ática, 1987.

SANTOS, Eladir Fátima Nascimento dos. *Disputas de memórias: memória e identidade do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (1975-1985)*. Tese de doutorado em Memória Social UNIRIO, Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. *Os filhos rebeldes de um velho camarada: a Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969)*. Dissertação de mestrado em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. 2ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

TORRES, Lucas Porto Marchesini. *Estratégias de uma esquerda armada: militância, assaltos e finanças do PCBR na década de 1980*. Salvador: EDUFBA, 2017.

VELASCO E CRUZ, Sebastião Carlos. *Empresariado e Estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977).* Campinas: Editora da UNICAMP: São Paulo: FAPESP, 1995.